

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Helena Patini Lancellotti

**TECNOLOGIAS DE GOVERNO, INFÂNCIA E RUA:**

**Um estudo sobre as categorias e as práticas dos serviços que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre.**

Porto Alegre, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Helena Patini Lancellotti

**TECNOLOGIAS DE GOVERNO, INFÂNCIA E RUA:**

**Um estudo sobre as categorias e as práticas dos serviços que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Patrice Schuch

Porto Alegre, 2016

### CIP - Catalogação na Publicação

Lancellotti, Helena Patini

Tecnologias de governo, infância e rua: Um estudo sobre as categorias e as práticas dos serviços que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre / Helena Patini Lancellotti. -- 2016. 155 f.

Orientadora: Patrice Schuch.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Crianças e Adolescentes em situação de rua. 2. Antropologia do Estado. 3. Tecnologias de governo. 4. Gestão da Infância. I. Schuch, Patrice, orient. II. Título.

Helena Patini Lancellotti

**TECNOLOGIAS DE GOVERNO, INFÂNCIA E RUA:**

**Um estudo sobre as categorias e as práticas dos serviços que acompanham crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Patrice Schuch (Orientadora)

Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Claudia Lee Williams Fonseca

Programa de Pós Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFRGS

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Fernanda Bittencourt Ribeiro

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –PUC/RS

---

Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Lirene Finkler

Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC

Porto Alegre, 2016

*Às pessoas que compõe a rede de proteção destinada a crianças e adolescentes em  
situação de rua em Porto Alegre.*

*Ao meu avô (in memorian).*

## AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que o trabalho de escrita possa ser, existem pessoas que se mostram e mostraram presentes durante este processo. Para além de agradecer as sugestões e o suporte acadêmico, se faz necessário ser grata pela amizade e períodos de alegria que me foram proporcionados neste período.

Primeiramente, agradeço a todas as equipes que compõe o serviço Ação Rua e aos profissionais que fazem parte da Proteção Especial de Média Complexidade por permitirem que esta pesquisa pudesse ser realizada e por todo ensinamento que recebi durante o trabalho de campo. Agradeço à equipe da Lomba do Pinheiro – Giovane, Josiane, Maria de Fátima, Mônica, Natália, Silvério e Tássia e aos integrantes do núcleo do Centro – Claci, Cristina, Eduardo, Greice, Henrique, Marcela, Nahomara, Paulo, Régis, Renata e Sérgio por todo o aprendizado adquirido e pela paciência que tiveram em responder perguntas, espero que este trabalho possa contribuir para as reflexões que vocês já realizam. À Lirene Finkler, que além de ter aceitado compor esta banca foi uma pessoa também essencial para que eu pudesse compreender um pouco sobre a rede de proteção voltada à infância e juventude em situação de rua. Agradeço à Soraya Nicolaidis, por me receber em sua casa e conversar horas a fio sobre os serviços anteriores ao Ação Rua.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida que fez com que o mestrado se tornasse possível. Ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS), pela oportunidade em cursá-lo e pelo conhecimento adquirido ao longo desses dois anos. À Secretaria do PPGAS, em especial à Rose Feijó, por toda a atenção e disponibilidade quando precisei de alguma orientação burocrática.

À Patrice Schuch, pela orientação durante esses dois anos de mestrado e pelas sugestões e críticas em relação a este trabalho. Acredito que elas foram fundamentais para a finalização desta dissertação. Meu agradecimento para as professoras Claudia Fonseca e Fernanda Bittencourt, que aceitaram compor esta banca e que foram pessoas importantes e centrais durante o meu mestrado, seja pelas reflexões em sala de aula, em congressos ou através da leitura de suas obras. À Ceres Victora, pela ajuda na etapa final da submissão à Plataforma Brasil.

À minha mãe, por ser um dos meus melhores exemplos de pessoa e por sempre conseguir me mostrar uma saída quando todas as portas que eu enxergava pareciam estar trancadas. Ao meu pai, por todo o apoio durante toda a minha vida, por ser essa pessoa que sei que posso contar em qualquer momento e por ser um referencial de que tudo pode ser possível. À minha irmã Raphaela pela paciência e por sempre me salvar na revisão do *abstract*.

À Ana Luisa, por ser uma das pessoas mais incríveis que tenho na vida e pelo companheirismo durante todos esses dois anos. E também por ter tido a paciência de ler esta dissertação e fazer uma revisão de português cortando todos os *sendo's* que eu insistia em incluir na maioria dos parágrafos. Ao meu amigo dessa vida (e de outras) Marcos Alvarenga, por mesmo estando longe fisicamente, sempre se mostrar presente, seja para falar trivialidades, para revisar algum texto ou para os desabafos eternos sobre Antropologia. Às minhas amigas de Brasília, em especial Amanda e Thais, pela amizade que ainda permanece apesar dos quilômetros de distância e por sempre serem as pessoas que sinto vontade de buscar quando a vida aperta. À Jane e Patrícia, por toda a atenção e amizade principalmente nos primeiros meses de adaptação em Porto Alegre.

À melhor e mais incrível turma deste PPGAS (Ananda, Eleonora, Gutcha, Helena, Herbert, Juliana, Karine, Leandra, Luis, Mariana, Marize, Rafael, Rita e Vanessa) por toda a parceria, companheirismo e momentos bons para além dos muros da academia. Em especial à Helena Fietz, Vanessa Flores, Eleonora Coelho pela amizade, confortos em momentos de crise, cervejas, cafés e aventuras pelo mundo da espiritualidade. A Lucas Besen pelos papos astrológicos, por ser uma pessoa querida, sempre prestativa e atenciosa. A Tiago Lemões, por me ajudar diversas vezes com referências bibliográficas e com o mundo espiritual. À minha conterrânea Glaucia Maricato, pelas conversas e sugestões via Facebook sobre o PPGAS quando ainda nem nos conhecíamos. À Andressa Soilo, por ter lido um capítulo deste trabalho e por compreender as ansiedades alheias. À Valéria Aydos, pela parceria e ajuda nos trâmites iniciais da Plataforma Brasil. À Juliana Loureiro pela parceria (em conjunto com a Helena Fietz) de estudos para o processo seletivo do doutorado.

E por fim, a todos que de alguma forma se mantiveram presentes ao longo desses dois anos.

## RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa etnográfica com o serviço Ação Rua, que atua na abordagem e no acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como *em situação de rua* na cidade de Porto Alegre/RS e com a Proteção Especial de Média Complexidade vinculada à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). O objetivo desta pesquisa foi compreender como as categorias tipificadas no Projeto Ação Rua – *rua sobrevivência* e *rua moradia* – estão sendo utilizadas e reconfiguradas no espaço coordenado pela Proteção Especial e na prática cotidiana de duas equipes que fazem parte do programa. A partir do trabalho de campo, foi possível perceber como está ocorrendo a gestão da situação de rua na cidade e quais elementos vêm compondo essa categorização. Com este trabalho, espero contribuir para os profissionais que tornaram possível a concretização deste estudo e para as reflexões dentro do campo da Antropologia do Estado, das práticas de governo e dos estudos sobre gestão da infância e juventude em situação de rua.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes em situação de rua; Antropologia do Estado; Tecnologias de governo; Gestão da Infância

## **ABSTRACT**

This dissertation is the result of an ethnographic research with the AçãoRua service, which operates on the approach and accompaniment of children and adolescents configured as homeless in the city of Porto Alegre/RS, and with the Middle Special Protection Complexity linked to Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). The objective of this research was to understand how the categories typified by the Ação Rua Project - *street survival* and *street housing* - are being used and reconfigured in the space coordinated by the Special Protection and the daily practice of two teams who are part of the program. From the field work, it was revealed how the management of the streets is happening in the city and which elements have been composing this categorization. With this work, I hope to contribute with the professionals who made possible the realization of this study and also with the reflections in the anthropology of state field, the governance practices and studies about the management of childhood and youth in the streets.

**Keywords:** Children and adolescents living on the streets; Anthropology of the State; Technologies of government; Childhood Management.

## **LISTA DE TABELAS**

1. Tabela dos serviços de abordagem social voltados a crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre.....63
2. Tabela síntese das modificações do espaço do gerenciamento.....129

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AICAS - Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social

CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DECA - Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

FASE – Fundação de Atendimento Sócio Educativo

FEBEM – Fundação do Bem Estar do Menor

FIPE – Fundação de Instituto de Pesquisa Econômica

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IDEST - Instituto de Desenvolvimento Sustentável

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PAICA-RUA - Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

PAICASUSPA - Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PISE - Plano de Intervenção Sócio Educativo

RIEC - Roteiro Inicial de Estudo de Caso

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SESRUA - Serviço de Educação Social de Rua

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>   | <b>14</b> |
| 1.1 Antropologia, engajamento e afetos. ....  | 16        |
| 1.2 Problema de pesquisa.....   | 19        |
| 1.3 O Estado e as tecnologias de governo.....   | 19        |
| 1.4 Questões metodológicas .....  | 23        |
| 1.5 Considerações éticas em um <i>campo up</i> .....  | 27        |
| 1.6 Organização dos Capítulos .....   | 31        |
| <b>2. Sistemas classificatórios e práticas de governo.....</b>  | <b>34</b> |
| 2.1 Os sistemas classificatórios e seus efeitos .....   | 36        |
| 2.2 Infância e Juventude: categorias e modos de gestão.....   | 39        |
| 2.3 A produção da situação de rua de crianças e adolescentes: Uma breve genealogia de preocupações acadêmicas ..... | 42        |
| 2.4 Pesquisas censitárias: identificando e constituindo populações e categorias .....                               | 47        |
| 2.5 Os números .....  | 49        |
| 2.6 Categorias, números e formas de gestão.....   | 56        |
| <b>3. A construção da problemática da situação de rua em Porto Alegre .....</b>                                     | <b>60</b> |
| 3.1 Serviços de Proteção à Infância: breve histórico em Porto Alegre.....   | 61        |
| 3.2 Os deslocamentos dos serviços e o aparecimento do Ação Rua.....   | 62        |
| 3.3 O serviço Ação Rua .....  | 65        |
| 3.4 As equipes acompanhadas e as práticas cotidianas .....  | 70        |
| 3.5 As abordagens sistemáticas .....  | 75        |
| 3.6 Ação Mercados .....   | 77        |
| 3.7 A abordagem sistemática como uma patrulha .....   | 79        |
| 3.8 Considerações finais sobre o capítulo.....  | 82        |
| <b>4. A família e o serviço Ação Rua .....</b>  | <b>84</b> |
| 4.1 Os prontuários.....   | 86        |
| 4.2 A história de Vitor a partir do Plano de Acompanhamento Familiar .....  | 89        |
| 4.3 As visitas domiciliares .....   | 92        |
| 4.4 Observando as visitas.....  | 93        |
| 4.5 O <i>limbo</i> .....  | 95        |

|  |            |
|--|------------|
| 4.6 O governo das famílias .....   | 98         |
| 4.7 A construção de sujeitos organizados e autônomos.....                      | 100        |
| 4.8 Considerações finais sobre o capítulo.....                                 | 106        |
| <b>5. A construção dos <i>casos</i> como forma de governo .....</b>            | <b>108</b> |
| 5.1 O gerenciamento de casos.....  | 112        |
| 5.2 A configuração dos casos especiais .....                                   | 113        |
| 5.3 A vida prática das categorias utilizadas pelo serviço Ação Rua.....        | 116        |
| 5.4 A discussão de um único caso .....   | 122        |
| 5.5 A escolha por um único caso: a história de Mariana .....                   | 123        |
| 5.6 A configuração do <i>caso</i> como tecnologia moral de governo.....        | 129        |
| 5.7 Considerações finais sobre o capítulo.....                                 | 134        |
| <b>6. Considerações Finais.....</b>  | <b>136</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                     | <b>141</b> |
| <b>8. ANEXOS .....</b>   | <b>149</b> |
| 8.1 Anexo A – Parecer da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).... | 149        |
| 8.2 Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa .....     | 151        |
| 8.3 Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....           | 154        |

## 1. Introdução

O presente estudo insere-se dentro do campo da Antropologia do Estado e das práticas de governo e dos estudos sobre gestão da infância e juventude em situação de rua. É resultado de uma pesquisa com o serviço Ação Rua, que atua na abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como *em situação de rua* na cidade de Porto Alegre/RS, e de uma inserção na reunião de gerenciamento, espaço coordenado pela Proteção Especial de Média Complexidade<sup>1</sup> destinado ao monitoramento dos casos de rua que são acompanhados. O serviço é executado a partir de um convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão responsável pelas políticas assistenciais na cidade. No total, há nove entidades conveniadas<sup>2</sup> que atuam em diferentes regiões da cidade e 13 equipes compõem esta rede.

O serviço Ação Rua está inserido em um marco normativo de diretrizes políticas e ações voltadas para a assistência social que foram produzidas a partir da década de 2000. Entre elas, destaco a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) – conjunto de diretrizes relativas a assistência social – e a tipificação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2009. Com o SUAS (2009), ocorreu uma padronização nacional e uma organização de serviços e ações esquematizados por níveis de proteção, sendo eles o de Proteção Social Básica e o de Proteção Social Especial, divididos entre Alta e Média Complexidade. De acordo com a publicação do SUAS, a tipificação dos serviços socioassistenciais:

“(...) Possibilitou a padronização em todo o território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais” (MDS, 2009, p. 4).

Para as orientações do SUAS, os serviços voltados a Proteção Básica teriam um caráter mais preventivo e seriam executados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os da Proteção Especial, por sua vez, foram divididos entre Média

<sup>1</sup> Em que pese a reunião de gerenciamento de casos não possa ser considerada um serviço, optei por utilizar o plural no título desta dissertação – serviços – para me referir aos dois espaços etnográficos em que realizei esta pesquisa: o coordenado pela Proteção Especial de Média Complexidade vinculada à FASC e as práticas cotidianas de duas equipes que compõem o serviço Ação Rua.

<sup>2</sup> As nove entidades que executam o serviço Ação Rua são: ACOMPAN, AICAS, Amparo Santa Cruz, AMURT-AMURTEL, CPCA, Fé e Alegria, Calábria, Pequena Casa da Criança, OSICOM. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php>. Consulta em janeiro de 2016

Complexidade, com serviços vinculados aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e que têm como foco um público que já se encontra com os direitos violados, como a população em situação de rua, situações de trabalho infantil, violência sexual, dentre outros e os de Alta Complexidade, cuja ênfase está no acolhimento institucional. Essas proteções têm em comum o foco na família, ou seja, atendimentos voltados à instituição familiar e à comunidade, atuando na potencialidade deste núcleo e no fortalecimento de vínculos. O território, por sua vez, tem uma centralidade na PNAS, principalmente por se considerar a grande heterogeneidade dos municípios que compõem o país, assim como as desigualdades que integram cada espaço e as diferentes formas de acesso a serviços em cada região. A própria implementação de um CREAS depende de critérios de ocupação de um espaço, como o número de pessoas por município, dividido por municípios de Pequeno Porte I até Grande Porte (se estabelece um CREAS a cada 200.000 habitantes de uma cidade).

O trabalho de campo ocorreu em dois espaços: o primeiro diz respeito à reunião de gerenciamento de casos, um encontro coordenado pela Proteção Especial de Média Complexidade<sup>3</sup> vinculada à FASC. Esse encontro ocorre mensalmente e tem como objetivo discutir, juntamente com as equipes do Ação Rua, os *casos* atendidos tipificados como *rua moradia*. O segundo espaço em que realizei a pesquisa foi justamente a atuação de dois dos 13 núcleos que fazem parte do serviço Ação Rua. A primeira inserção em campo foi com o núcleo Lomba do Pinheiro vinculado a entidade conveniada Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), e o segundo com a equipe do Centro ligado a AICAS (Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social).

O objetivo desta dissertação é compreender como as categorias tipificadas no Projeto Ação Rua – *rua sobrevivência* e *rua moradia* – são utilizadas e reconfiguradas no espaço coordenado pela Proteção Especial de Média Complexidade e na prática cotidiana das equipes. Acredito que, ao estudar tal reconfiguração, é possível identificar as formas pelas quais ocorre a gestão daquilo que é definido como *situação de rua* e, também, compreender quais práticas estão sendo incluídas dentro deste conceito e se tornam alvo de políticas de intervenção. Como será possível observar ao longo da

---

<sup>3</sup> Atualmente a FASC encontra-se em um processo de mudanças no sentido de unir as ações das duas Proteções Especiais, a de Média e Alta Complexidade. Esse processo ocorreu no final de 2015, período em que encerrava o meu campo. Logo, por ter realizado a minha pesquisa antes desta modificação, optei por utilizar o termo Proteção Especial de Média Complexidade.

leitura deste trabalho, outros eixos – como saúde mental, tráfico de drogas e exploração sexual - estão sendo chamados a configurar a situação de rua, passando a nomear e a serem indícios para reconhecer e classificar a situação de rua de crianças e adolescentes, para além das tipificações já existentes.

### **1.1 Antropologia, engajamento e afetos.**

Antes de adentrar nas minúcias do trabalho de campo, penso ser importante situar de qual lugar falo e o que imagino como sendo o objetivo central da Antropologia, o que também justifica a execução desta pesquisa. Desde o início da minha graduação no curso de Ciências Sociais me envolvi com questões ligadas ao campo dos estudos de gênero, o que acredito que tenha se dado por questões de afetação pessoal, posicionamento político e por uma maneira de me colocar diante do mundo. Além de considerar que seria a partir deste campo que poderia desconstruir verdades e estereótipos tão bem fundamentados e consolidados. Como final desta etapa de aprendizado, o resultado foi uma monografia sobre mulheres com trajetórias de rua que estavam presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal<sup>4</sup>.

Apesar de ter adotado uma perspectiva feminista de olhar para este campo e de ter trabalhado com pessoas do sexo feminino, o trabalho de campo me levou muito mais para uma discussão dentro da Antropologia do Estado do que propriamente para uma Antropologia de Gênero. E foi a partir desta pesquisa que se despertou em mim um interesse maior por questões ligadas aos direitos humanos e as relações de poder de uma maneira mais ampla, não me restringindo apenas a pesquisas sobre mulheres. A minha proposta para dar continuidade aos estudos – no mestrado – foi justamente de pensar para além de uma definição de sexo, mas sim em termos de desigualdades e de falta de acessos a direitos. Sendo que não poderia deixar de lado a afetação que tive no meu trabalho de conclusão de curso em relação aos estudos sobre população de rua, com uma perspectiva cujo enfoque não era os afetos que a rua possibilitava (LEMÕES, 2013) e nem a luta pelos direitos (SCHUCH, 2015), mas sim as precariedades que estavam neste espaço.

Sempre acreditei que a forma pela qual uma pesquisadora chega até um problema de pesquisa muito tem a ver com a sua própria trajetória de vida e penso,

---

<sup>4</sup> O trabalho encontra-se disponível em <http://bdm.unb.br/handle/10483/5750>. Consulta em 6 de fevereiro de 2016.

também, que é através de uma afinidade temática que se chega à delimitação de um objeto de estudo. Em minha opinião, fazer Antropologia é estar imerso em temáticas engajadas e que possam trazer reflexões e também benefícios para as pessoas que contribuem para a pesquisa. O fazer antropológico, para mim, esteve sempre ligado a um fazer político e a um propósito de trazer visibilidade para grupos e assuntos que não chamavam tanto a atenção dentro da disciplina e do espaço público. No mestrado, conservo esse olhar ainda esperançoso de que o conhecimento pode contribuir e promover não só uma mudança social, como também nas mentalidades e sensibilidades humanas.

A proposta do estudo que desenvolvi na Pós-Graduação, e que tem como resultado essa dissertação, foi a de refletir sobre a temática da rua por outro viés, não o de quem a vivencia como forma de moradia e/ou sobrevivência todos os dias ou periodicamente, mas a partir do olhar de quem atua e intervém neste espaço e nessas vidas: os trabalhadores da assistência social. Adentrei no campo da infância como penso que um etnólogo se sente quando vai estudar alguma tribo distante, sem saber o idioma que lá é falado e como se portar. Para mim, os estudos sobre infância, até o ano em que iniciei o mestrado, nada mais eram do que uma temática distante, da qual eu não possuía muito conhecimento. O interesse em entrar nessa área surgiu também da curiosidade em estudar algo tão desconhecido para mim e, principalmente, por considerar que existe uma série de discursos, saberes e normativas regulando a vida de crianças e adolescentes, como apontam muitos estudos antropológicos (ALVIM & VALADARES, 1988; SCHUCH, 2009; SILVEIRA, 2015; VIANNA 2002).

E a partir de um interesse nos estudos sobre infância e juventude, situação de rua e Antropologia do Estado que surgiu – em conjunto com a orientadora deste trabalho – a idéia de estudar o serviço Ação Rua e as classificações utilizadas para tipificar a situação de rua de crianças e adolescentes. Ao adentrar neste campo pude também notar o quanto os estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua estão escassos dentro da Antropologia, como será possível verificar na revisão bibliográfica desta dissertação, apesar de terem sido muito enfatizados há décadas atrás.

Os desafios foram diversos, como, por exemplo, aprender a realizar uma pesquisa com um grupo que está dentro do que penso como uma composição do Estado e não a partir das pessoas que demandam direitos e condições de vida mais igualitárias.

Foi necessário adotar não apenas outra perspectiva teórica, mas também outro olhar para identificar como esses saberes intervêm e também produzem a infância e juventude em situação de rua. E a partir das falas desses profissionais pude me afetar, vendo como eles também se sensibilizavam com os casos que atendiam.

Nesta pesquisa não pretendo adotar uma visão que poderia tratar esses agentes do governo como possíveis inimigos em detrimento e oposição a uma visão romantizada do público que atendem (as crianças e adolescentes de rua e suas famílias). Pelo contrário, meu intuito é demonstrar as lógicas por detrás de suas falas e tecer reflexões que possam contribuir para suas práticas do dia-a-dia. Os trabalhadores, assim como as funcionárias da FASC com quem tive contato, são pessoas totalmente engajadas com a temática em que atuam e extremamente preocupadas e cuidadosas com os meninos e meninas que atendem.

A proposta deste trabalho, para além de realizar uma discussão sobre Estado e sobre as formas contemporâneas de gerir e classificar populações, é também dar visibilidade à temática da infância e juventude em situação de rua e de informar diversos públicos sobre a questão. Concordo com Laura Nader (1972) quando discorre que realizar pesquisas com instituições que detêm o poder é também uma forma de relevância democrática, onde a Antropologia tem em mãos o poder de disseminar informações e de fazer com que os cidadãos compreendam o funcionamento de órgãos públicos e de políticas. O objetivo dessa disseminação é propagar debates, presumindo que:

“A conversação entre o etnógrafo e o seu público gere uma circulação de conhecimento, reflexão e ação para provavelmente contribuir com uma transformação na forma com que o mundo é representado e experimentado” (FASSIN, 2013, p. 628, tradução nossa).

A minha intenção foi a de realizar uma etnografia pública (FASSIN, 2013), ou seja, fazer com que as informações e reflexões aqui propostas não permaneçam somente no meio acadêmico e que a leitura possa ser acessível por outros públicos, principalmente pelas pessoas que contribuíram para este trabalho. Para além de uma contribuição dentro dos estudos da Antropologia, pretendo contribuir para debates e reflexões para fora dos muros da academia.

## **1.2 Problema de pesquisa**

Esta pesquisa surgiu de um diálogo com a orientadora deste trabalho sobre a situação de rua de crianças e adolescentes em Porto Alegre. Quando eu ainda tateava o que poderia pesquisar, Patrice Schuch me indicou em uma reunião de orientação que seria visível aos olhos uma aparente diminuição no número de jovens em situação de rua. Essa questão, de acordo com Patrice, era algo que também estava sendo discutido nos espaços destinados a esta proteção e o que essa rede indagava era se as categorias que estavam tipificadas no programa eram suficientes para descrever as práticas e apropriações que crianças e adolescentes estavam realizando no espaço público. Essa questão logo me chamou atenção e o interesse por buscar essas respostas se mostrou presente.

Penso as classificações dentro de um caráter inventivo, em que diversos saberes estão envolvidos na construção de um conceito que será objeto de intervenção (HACKING, 2001, 2013). Dentro desta perspectiva de desnaturalização de categorias, a questão central que norteia o presente estudo está relacionada a forma pela qual os serviços que atuam com a questão da infância e da rua têm construído a situação de rua na cidade de Porto Alegre, levando em consideração a forma pela qual essas crianças e adolescentes são reconhecidos e incluídos dentro das categorizações utilizadas pelo programa.

## **1.3 O Estado e as tecnologias de governo**

Neste trabalho não pretendo trabalhar com uma visão de um Estado uno, centralizado e controlador (ROSE, 1989), mas sim compreendê-lo a partir dos estudos de Michel Foucault sobre a biopolítica (1979; 2002; 2008) e de um campo amplo e atual de estudos sobre governamentalidade que vem explorando, de forma crítica, as inspirações foucaultianas, e avançando teoricamente nesta área (BIEHL & MOREIRA, 2007; FASSIN, 2007, 2009; GREENHALGH, 2005; ONG, 2003). Compreendo que o pensamento de Foucault surgiu em um contexto e um cenário específico e distinto do que analiso neste trabalho, mas acredito que muitas das suas idéias continuam contemporâneas e que podem servir de inspiração para muitos dos estudos sobre Estado e tecnologias de governo. Sobretudo, Michel Foucault (1979; 2002; 2008) nos faz guiar o olhar para as minúcias das práticas cotidianas, para assim compreender como se constroem as relações de poder e o próprio Estado.

A partir da obra de Foucault, é possível analisar como foram construídos por diferentes saberes os regimes de verdade, ou seja, como determinados discursos são considerados verdadeiros e como tais discursos se vinculam ao poder. O autor compreende por verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979 p.11). Sendo que para algum discurso ter esse status de verdadeiro, ele deve estar de acordo com os discursos de verdade estabelecidos e compreendidos no período, ou seja, estar vinculado a um regime de verdade e também ao próprio poder. Para Michel Foucault (1979) a verdade não deve ser entendida como “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar” (FOUCAULT, 1979, p. 11), mas sim pelo “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui aos verdadeiros efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 11). Em outras palavras, a produção dos discursos que são considerados como verdadeiros está diretamente ligada ao exercício do poder.

É importante ressaltar que Foucault nunca se propôs a fazer uma teoria do poder, pois isso seria fixá-la em um contexto e um tempo dado. A proposta do autor é a de verificar os seus efeitos, ou seja, de se atentar para como o poder opera e tendo em mente o seu caráter produtivo, no qual ele não deve ser compreendido como opressor, como algo que apenas alguns detém, mas sim perceber que ele está em todas as relações (DREYFUS & RABINOW, 1995), sendo o Estado apenas uma delas. Pensar o Estado a partir dos estudos de Michel Foucault (1979) é compreendê-lo a partir do conceito de governamentalidade:

“1) O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2) A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de governo, sobre todos os outros - soberania, disciplina - e levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3) O resultado do processo, através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado” (FOUCAULT, 1979, p, 171).

A partir deste conceito, é possível identificar que o Estado tem um caráter produtivo e não se trata de uma entidade auto constituída e centralizadora, mas é o resultado de práticas de governo. Pensar este órgão a partir dessas práticas implica não o

considerar como o único detentor do poder dentro de uma sociedade – um poder vertical – na qual cabe aos súditos obedecerem ao príncipe, mas sim compreender que existe uma multiplicidade de governos. O Estado é apenas uma modalidade de poder dentre outras, poder este que está nas relações e nas instituições, e estas irão desenvolver uma série de saberes e técnicas de governo específicas. Ou seja, os fins desta nova arte de governar que se anuncia são múltiplos, dependem do que será governado:

“Ao invés de ver a regra em termos de um Estado que estende seu domínio ao longo da sociedade através de um ramificado aparato de controle, a noção de governo chama a atenção para a diversidade de forças e grupos que tem, de formas heterogêneas, procurado regular as vidas individuais e as condições dentro de determinados territórios nacionais em busca de vários objetivos” (MILLER & ROSE, 1993, p. 77).

A era da governamentalidade é também marcada por uma implementação de uma arte de governo no século XVIII como uma reconfiguração da razão de governo: a biopolítica. Não se trata de uma substituição do poder soberano (cujo fim era o território) e do poder disciplinar (onde o foco era o corpo individual), mas sim uma convergência entre essas técnicas, onde o novo fim será a população. Essa nova tecnologia de governo, de acordo com Michel Foucault (2002), não tem mais como foco apenas as disciplinas e técnicas voltadas ao corpo individual, mas sim ao homem como uma espécie, ou seja, uma “tomada de poder que não é individualizante, mas sim massificante (...) que se faz em direção não ao homem corpo, mas ao homem espécie” (FOUCAULT, 2002, p.289).

Não se trata, portanto, de um governo de principado cujo fim é manter o próprio poder e governar o território, mas de governar homens em relação com o meio e os fenômenos e interesses que o cercam, como o clima, fertilidade, costumes, morte, dentre outros (FOUCAULT, 1979; 2008). O objetivo de intervenção e controle desta nova forma de governo do século XVIII – a biopolítica – é a população, ou seja;

“Uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva (...) é uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, 2002, p. 297).

Analisar a produção da situação de rua a partir do pensamento de Michel Foucault é compreender que este evento não é algo natural, é uma produção realizada por diversos saberes envolvidos na causa. São esses saberes que além de definir do que trata uma problemática que deve ser objeto de conhecimento e de governo, vão definir

quais as melhores formas para nomear e intervir na questão, constituindo com isto regimes de verdade. Ou seja, vão estipular as maneiras pelas quais esse grupo de indivíduos classificados como *de rua* deverão ser geridos e incluídos dentro deste rótulo. Tipificar e classificar pessoas dentro de grupos definidos é também uma técnica de governo realizada por esses profissionais para criar uma população, objeto este da arte de governo. A partir do conhecimento deste agregado de pessoas será possível compreender qual o seu perfil populacional e as suas taxas e, a partir disso, traçar estratégias pelas quais o governo poderá ser feito. Além de realizar um controle, trata-se também de uma técnica em que um dos efeitos é dar visibilidade a determinado grupo.

Dentro desta perspectiva da governamentalidade, penso o serviço Ação Rua como uma tecnologia de governo, na qual ela funciona como uma aliada na maneira pela qual as racionalidades políticas são colocadas em prática, ou seja, “(...) essas tecnologias de governo procuram traduzir o pensamento dentro do domínio da realidade e estabelecer espaços e dispositivos para agir sobre aquelas entidades que elas sonham e programam” (MILLER & ROSE, 1993, p. 82, tradução nossa). O termo tecnologia pressupõe uma intervenção – que pode ser direta ou indireta -, e esta ação é realizada a partir da forma pela qual “autoridades de diversos tipos procuraram moldar, normalizar e instrumentalizar a conduta, pensamentos decisões e aspirações de outros para alcançar objetivos que eles consideram desejáveis” (MILLER & ROSE, 1993, p. 82, tradução nossa).

Essas tecnologias podem ser definidas como táticas em que o problema está em “escolher os meios mais adequados para atingir determinados fins ou metas” (COLLIER & ONG, 2004, p.8). Ou seja, um governo que se dá a partir do estabelecimento de determinadas finalidades e cujo intuito é também moldar e transformar subjetividades e condutas. Penso essas intervenções propostas pelas tecnologias de governo para além de uma biopolítica (FOUCAULT, 2002) que tem como fim governar uma população, mas sim também a partir do conceito de políticas da vida proposta por Didier Fassin (2009), em que o enfoque está na forma pela qual as vidas humanas são diferenciadas e valoradas. Inspirada nas ideias de Fassin (2015) meu propósito também será de realizar uma análise sobre as moralidades envolvidas na gestão de crianças e adolescentes configuradas como em situação de rua. Para este autor, é a partir das práticas ordinárias das pessoas que estão por detrás de programas e ações sociais é que será possível identificar as concepções de certo e errado e também

apreender a própria forma como o Estado funciona, pois são essas práticas dos agentes de governo que o produzem (FASSIN, 2015).

A minha opção por pensar o Ação Rua como uma tecnologia de governo ocorreu através do trabalho de campo, por compreender que este programa é uma dentre diversas outras modalidades de governo, pois possui formas de atuação que consistem em, por exemplo, tentar modificar as práticas das famílias e das crianças e adolescentes que são acompanhados pelo programa no que diz respeito a formas de se auto gerir e se *organizar*. As formas pelas quais consideram que uma pessoa ou família está ou não se organizando se baseia em conhecimentos e definições morais sobre quais ações são consideradas positivas e quais não são assim tão benéficas. Como espero que fique mais claro no decorrer da dissertação, entendo o programa Ação Rua como uma, dentre diversas formas de gestão de crianças e adolescentes pobres e suas famílias, gestão esta que ocorre nas práticas cotidianas e que, simultaneamente, formam o Estado.

#### **1.4 Questões metodológicas**

Um dos focos desta dissertação é o serviço Ação Rua que atua na abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como em situação de rua. Por se tratar do estudo de uma tecnologia de governo, essa pesquisa se insere em um campo de estudos contemporâneos da Antropologia, os *grupos up*. Os estudos *up*, como aponta Patrice Schuch (2010), aparecem com mais ênfase nos estudos no Brasil nos anos 1980, com a ampliação do objeto de estudo da disciplina, para abarcar também o estudo de grupos e instituições consideradas como detentoras de poder e autoridade ou com influência na configuração de práticas e categorias para outros grupos sociais. Estudar as instituições que detêm o poder é também importante para compreender a própria maneira pela qual está ocorrendo a gestão dos processos da vida humana, processos estes que tem uma grande influência sobre as pessoas, inclusive sobre as vidas de populações tradicionais que são bastante estudadas por antropólogos (NADER, 1972).

O estudo foi realizado a partir de dois métodos de pesquisa: a observação participante e o uso de entrevistas. Pela observação participante obtive grande parte das informações coletadas para o estudo e ela se mostra como uma importante ferramenta não só para adentrar nas formas como os indivíduos pensam, mas também apreender a maneira pela qual aplicam e compreendem as políticas. A observação também se mostra como uma forma de atingir informações que não conseguiriam ser obtidas por entrevistas ou questionários. Para Bronislaw Malinowski (1984), um dos fundadores do

método da observação, essa série de fenômenos cotidianos observáveis, seriam os *imponderáveis da vida real*.

A primeira etapa de inserção no campo se deu através de contatos com a coordenação da Proteção Especial de Média Complexidade, momento em que foi necessário ter o projeto aprovado pela equipe técnica da FASC<sup>5</sup> para posteriormente poder adentrar no campo. Este processo de submissão aos comitês assim como a questão ética do projeto serão o foco da próxima seção. Para esta, cabe descrever como ocorreu o acesso ao campo e a maneira pela qual os resultados foram obtidos. A primeira ida a campo ocorreu na reunião de gerenciamento que ocorre todas as segundas sextas feiras do mês no espaço da FASC, em novembro de 2014. Neste espaço estão presentes representantes de todas as equipes que compõem o Ação Rua, além de profissionais que compõem o acolhimento institucional. Foi este encontro coordenado pela Proteção Especial que se tornou um dos principais locais em que realizei o trabalho de campo.

Além das etnografias dessas reuniões mensais, meu intuito foi me aproximar de duas das 13 equipes que compõem o programa. Meu objetivo foi realizar uma observação da prática profissional do núcleo que realiza o acompanhamento da região central da cidade e de algum outro que ficasse responsável por territórios mais periféricos. Essa necessidade de acompanhar práticas do dia-a-dia de duas equipes se deu como uma tentativa de apreender significados do trabalho através de uma descrição densa (GEETZ, 1989), ou seja, através de um olhar microscópico, voltado às pequenas práticas do cotidiano, para conseguir compreender os seus significados. Assim que estabeleci o recorte do campo, a primeira ação foi a de enviar e-mails para alguns núcleos para explicar a pesquisa e verificar a disponibilidade dos mesmos em permitir o meu acesso.

A escolha pela região que atuasse em territórios periféricos deu-se a partir de casos que foram retratados na reunião de gerenciamento. Estes casos foram narrados como sendo complexos e despertaram a minha atenção, coincidentemente foram apresentados no mesmo período em que eu tinha a necessidade de expandir o campo. A região central se mostrou de grande importância, pois é um espaço que possui um grande número de abordagens, ou seja, muitas das crianças e adolescentes que habitam vilas e comunidades da cidade se dirigem ao Centro para efetuarem diversas atividades

---

<sup>5</sup>Este documento encontra-se no Anexo A da dissertação.

configuradas como situação de rua, como mendicância, trabalho infantil e até mesmo moradia.

Após a escolha de algumas regiões enviei um e-mail destinado às supervisoras de cada equipe, apresentando a pesquisa e delimitando qual que seria o meu campo. O primeiro e-mail de aceite que recebi foi o da equipe do Ação Rua da Lomba do Pinheiro (CPCA), em março de 2015, e a partir deste mês dei início ao trabalho de campo. Em relação à equipe do Centro, vinculada a Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social (AICAS), o campo começou em meados de maio. Após os aceites, minha primeira iniciativa foi a de conhecer e conversar com as equipes para apresentar pessoalmente a pesquisa e também negociar os espaços onde eu poderia estar presente.

É comum pensar que realizar uma pesquisa com um *grupo up* pode trazer uma série de negociações e dificuldades no que diz respeito ao trabalho de campo. Laura Nader (1972), ao discorrer sobre os *estudos up* nos Estados Unidos, na tentativa de promover um maior estudo sobre essa temática dentro do próprio país, enfatiza quatro desses obstáculos que são colocados para a não realização desses trabalhos, sendo eles: o “acesso, atitudes, ética e metodologia” (NADER, p. 301, 1972). A autora, ao realizar uma aproximação entre campos de estudos de poder e os estudos sobre outras culturas – objeto de maior atenção dentro da academia norte americana -, situa que nos dois casos pode ocorrer problemas de acesso e que, assim como a ética, a metodologia também deve ser reconfigurada conforme os limites do que é permitido ser pesquisado, ampliando assim os próprios métodos da pesquisa antropológica.

Assim como qualquer pesquisa antropológica, também precisei refletir e negociar sobre quais os limites do meu estudo. No percurso da pesquisa foi necessário dialogar sobre quais espaços eu poderia acessar e sobre como poderia realizar tal acesso, de forma a não atrapalhar o cotidiano profissional e respeitar os limites do próprio campo. Essa negociação foi realizada tanto com a Proteção Especial de Média Complexidade quanto com as duas equipes que acompanhei de forma mais próxima. Assim, esse acesso, como será exposto a seguir, foi construído.

De início as duas equipes sugeriram que eu participasse das reuniões para que me apropriasse do trabalho realizado e posteriormente participasse das atividades práticas. Em meu projeto de mestrado, também havia a menção de que gostaria de realizar leituras dos prontuários das famílias acompanhadas para realizar estudos de caso sobre determinadas biografias. Essa atividade me foi negada a priori, em respeito à privacidade das pessoas acompanhadas, portanto optei por não insistir e por respeitar a

posição do núcleo em questão. Acredito, também, que a falta deste dado não ocasionou perdas para este estudo.

O trabalho de campo com as equipes se consistiu em duas etapas: na primeira etapa, realizei a observação das reuniões semanais de cada um dos núcleos que acompanhava. Na equipe do AICAS, iniciei acompanhando as reuniões gerais e, posteriormente, fui convidada a acompanhar os encontros destinados à discussão de casos. Com equipe da Lomba, participei das reuniões semanais que se configuravam como espaços para trazer retornos de atividades que haviam sido realizadas na semana anterior, novidades sobre algum caso ou para apresentar uma nova situação de abordagem para todos da equipe, para assim traçar encaminhamentos a algumas situações. Também tive a oportunidade de acompanhar um encontro entre essas duas equipes, destinado à discussão de casos de meninos e meninas do território da Lomba que estavam em *rua moradia* no centro.

A segunda etapa do trabalho de campo com os núcleos consistiu em aprofundar os conhecimentos adquiridos nas observações das reuniões nas situações práticas do cotidiano, passei, portanto, a acompanhar os educadores sociais das duas equipes nas *abordagens sistemáticas* e acompanhamentos que realizavam. A *abordagem sistemática*, prática que será descrita ao longo do trabalho, consiste em uma ação de sair em busca de crianças e adolescentes em situação de rua pelo território, assim como mapear principais pontos da região. A atividade pode ser feita a pé, de ônibus e até mesmo de carro e quando os profissionais reconhecem e iniciam um diálogo com algum jovem encontrado nesta situação, diz-se que aconteceu uma *abordagem*.

Também pude presenciar algumas visitas domiciliares com as profissionais do núcleo da Lomba do Pinheiro, que se trata de uma atividade de visita as famílias que são acompanhadas para verificar a situação em que estão ou para entregar alguma documentação que foi solicitada. Essa prática pode ser utilizada para acompanhar uma família ou realizar uma primeira visita, ou seja, conhecer a família de uma criança que foi abordada em situação de rua pelos educadores ou algum adolescente que foi encaminhado ao programa através de outro serviço. É importante ressaltar que, após a realização de cada atividade de campo – observação das reuniões, acompanhamento das abordagens e visitas domiciliares –, escrevia um diário de campo com as minhas impressões e informações obtidas durante as ações. O diário foi uma das ferramentas fundamentais para a obtenção dos dados que serão analisados ao longo do trabalho.

Além da observação participante, utilizei como recurso o uso de entrevistas, que foram realizadas com duas técnicas da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), cujo intuito foi compreender como funciona o âmbito institucional relacionado às ações dirigidas a crianças e adolescentes em situação de rua, assim como uma discussão sobre o projeto Ação Rua. Outra entrevista foi realizada em conjunto com alguns integrantes do núcleo da Lomba do Pinheiro. A última entrevista realizada foi com a equipe do Centro, em que estavam presentes os educadores, técnicos e a supervisora. As quatro entrevistas serviram como uma forma de tirar algumas dúvidas sobre o campo e também aprofundar algumas temáticas que possam ter ficado menos evidentes nos diários de campo. Como combinado durante o processo das entrevistas, não vou me referir aos profissionais das equipes nominalmente, as falas serão consideradas como de todo o núcleo. Em contrapartida, as duas entrevistadas vinculadas à FASC concordaram em ter os seus nomes divulgados. Todas as pessoas entrevistadas concordaram em participar da conversa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

É importante ressaltar que nenhuma criança ou adolescente foi entrevistado e os dados relativos às histórias dos meninos e meninas que são acompanhados pelo serviço foram obtidos através da fala dos profissionais. Todas as vezes em que acompanhei os profissionais em alguma visita domiciliar ou em alguma abordagem optei por me apresentar e me manter em silêncio, como uma forma de respeito à ação que estava sendo executada e também por compreender que meu foco é na forma como ocorre a gestão da rua na cidade e não a maneira pela qual os sujeitos alvos do programa aderem ou não a ela. Todos os nomes utilizados para fins de descrição neste trabalho são fictícios e ocultarei informações relativas ao local de moradia dos beneficiários como forma de preservar a identidade.

### **1.5 Considerações éticas em um *campo up***

A presente seção tem o objetivo de discutir os aspectos éticos da pesquisa que realizei com o Ação Rua. O debate sobre ética em pesquisa traz consigo uma série de problematizações e discordâncias no que diz respeito a como realizar a regulamentação de um estudo, e sobre quais passos um pesquisador deve adotar para proteger os seus interlocutores. A discussão remete a um contexto internacional, visto que as resoluções institucionais da ética no Brasil – tanto a 196/96 quanto a 466/12 - se inspiraram na

teoria principialista do Relatório de Belmont (1978) para a construção de documentos internos.

A teoria principialista compreende quatro princípios: a autonomia dos indivíduos, a beneficência, não maleficência e a justiça. De acordo com Sergio Costa (2008), esses conceitos foram utilizados como referencial teórico para a primeira resolução brasileira (196/96) sobre ética em pesquisa e ainda hoje - apesar das críticas que existem em relação a essa teoria e a forma pela qual ela foi apropriada - grande parte dos tratados nacionais (como o 466/12) quanto internacionais utilizam-se do princípio da autonomia em suas regulações. Em relação ao Brasil, as discussões sobre ética em pesquisa dizem respeito, principalmente, a disputas que ocorrem entre dois campos disciplinares: o da biomedicina e o das ciências humanas e sociais. Um dos pontos principais dessa negociação gira em torno da universalidade da ética proposta pela Resolução do sistema CEP/CONEP e a forma como eles são estruturados tendo como principal ênfase os estudos biomédicos, não contemplando as especificidades de se fazer pesquisas nas áreas das humanidades.

Atualmente, as negociações giram em torno da construção de uma normativa para complementar a Resolução 466/12 e, antes de adensar essa discussão, é importante destacar que a resolução 466/12 foi criada em substituição a 196/96, por demanda do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Apesar da atual regulamentação conter parágrafos que dizem contemplar metodologias das humanidades, existe uma série de divergências em relação ao sistema CEP/CONEP, principalmente em relação a maneira pela qual esse sistema não reconhece as particularidades dos métodos empregados pelas ciências humanas e sociais, sendo que muitas vezes cria obstáculos para a execução das pesquisas (BEVILAQUA, 2010; DINIZ, 2008).

Na tentativa de elaboração dessa normativa, foram convocadas, em 2013, diversas instituições e profissionais para participarem de um Grupo de Trabalho (GT) relativo a uma Minuta de Resolução. O intuito era criar adaptações à normativa que contemplassem as humanidades, na tentativa de produzir uma ética compartilhada. Após todo o trabalho realizado pelos profissionais, a CONEP responde a Minuta de uma forma um tanto quanto combativa, e não acata as sugestões elaboradas, tendo como justificativa que o GT deveria ter proposto soluções que estivessem em diálogo e concordância com a Resolução, e não uma regulamentação que consistiria em um sistema paralelo de avaliação. Atualmente o debate está aberto e talvez longe de ser finalizado. O que temos então, para além de uma discussão de como fazer pesquisa, são

dois campos disciplinares em disputa, em que se levantam questões relativas à subordinação de um grupo a outro e de legitimidade em relação ao conhecimento e a maneira de se realizar estudos.

Apesar das controvérsias acerca da ética em pesquisa no país, submeti o meu projeto para avaliação no sistema CEP/CONEP. É importante ressaltar que antes de submeter o projeto para a Plataforma Brasil, ele foi enviado para o protocolo da FASC, onde ele deveria ter o aval da Média Complexidade e da Presidência. Esse procedimento foi necessário pois observei um espaço coordenado por esta Proteção e as equipes que acompanhei são conveniadas a Fundação de Assistência Social e, apesar de efetuarem o trabalho de forma autônoma, precisam prestar contas à instituição no que diz respeito às atividades que realizam e em relação aos dados relativos ao número de crianças e adolescentes que estão nas ruas. A instituição também pede que os pesquisadores tenham a aprovação pela Plataforma Brasil<sup>6</sup> e, sendo assim, optei por passar pelo processo, não por concordar com todos os princípios que regulam essa atividade, mas sim como uma estratégia para evitar quaisquer eventuais problemas com os dados coletados.

Além da falta de reconhecimento das ciências biomédicas em relação à metodologia própria da Antropologia, outros instrumentos também se constituem como pontos divergentes desta relação. Como exemplo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as suas implicações sobre a compreensão do estudo por parte dos indivíduos pesquisados. O TCLE tem se tornado a maneira pela qual o pesquisador e pesquisado estabelecem uma relação e o meio pelo qual negociam uma pesquisa, através da assinatura de um papel, em substituição ao contato direto e ao diálogo entre as duas partes (KOTTOW, 2008). É importante ressaltar que embora tenha usado o TCLE nas entrevistas, não optei a priori pelo anonimato dos participantes, deixando essa questão em aberto, ou seja, caberia à entrevistada querer ou não. Penso que isso se mostrou como necessário por se tratar de pessoas que lidam de forma bastante séria com a causa e que mereciam reconhecimento pelas ações que tem feito.

Diversas pesquisas, assim como a minha, não são aceitas na primeira tentativa pela Plataforma Brasil, por não apresentarem todos os detalhes que o TCLE solicita. O parecer do meu projeto retornou com a análise que meu termo não explicitava diretamente os riscos e benefícios do estudo para os meus interlocutores. Além disso, o

---

<sup>6</sup> O aceite da Plataforma Brasil encontra-se no Anexo B deste trabalho.

campo preenchido no sistema como *risco* foi considerado como uma situação que não fazia jus ao que os avaliadores consideravam como o verdadeiro risco da pesquisa. Minha inclusão anterior era relacionada a um risco mínimo, em que os indivíduos pesquisados poderiam não concordar com escritas e opiniões minhas sobre o serviço, ou seja, um conflito usual em relações pessoais.

Para o sistema CEP/CONEP, deveria ser considerado o *risco* como algo que os participantes do estudo estariam vulneráveis como, por exemplo, o pensamento de que a minha presença poderia ser para avaliar o ofício dos mesmos. Vale ressaltar essa relação de suspeita sobre a minha presença soar como uma avaliação de desempenho nunca se mostrou presente. Apesar de não ter vivenciado situação desse tipo em campo, preferi me adequar às diretrizes e ao significado do conceito de risco para essa ética particular e modificar conforme as instruções e, após essas modificações, tive o meu projeto aprovado.

Apesar de fazer uso de um documento (o TCLE<sup>7</sup>) nas entrevistas individuais e coletivas, não acredito que esta seja a única maneira de se manter uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado. Na Antropologia, ao se adotar um método etnográfico que prevê um contato intenso e frequente com os participantes do estudo, criam-se outras formas de ser ético e de fazer com que os indivíduos confiem no seu trabalho e compreendam o seu estudo. Parto do pressuposto da dificuldade de se estabelecer uma única diretriz ética referente aos estudos, pois a ética é construída nas relações e varia conforme os contextos, como justifica Patrice Schuch (2013a) sobre a vida social ativa da ética: “Trata-se de investir na idéia de que a ética é diferencialmente produzida em múltiplos domínios da prática antropológica” (SCHUCH, 2013a, p.34).

Na pesquisa realizada com o serviço Ação Rua, não trabalho com trajetórias de vida e nem com grupos que podem ser considerados pelo sistema CEP/CONEP como em situação de vulnerabilidade. Minha pesquisa tem como foco as tecnologias de governo responsáveis pela gestão da infância e juventude em situação de rua, logo, trata-se de um *campo up*. Desta forma, não tive a sensação de que estava lidando com um grupo em que existia uma diferença factível entre o meu mundo e o dos meus interlocutores. Os participantes são pessoas possuem um grande conhecimento prático sobre a questão e são pessoas formadas principalmente nas áreas de psicologia e assistência social, além de indivíduos engajados tanto intelectualmente quanto

---

<sup>7</sup> O modelo de TCLE encontra-se no Anexo C.

academicamente em estudos sobre a temática. O estudo, apesar de não ter como foco classes populares, se aproxima da proposta da etnografia popular (BORGES, 2009) no que diz respeito a realizar uma pesquisa em conjunto e em que o pesquisador é apenas uma parte de um conjunto de pessoas que vivenciam, estudam e formulam perguntas e hipóteses sua sobre própria realidade.

Não se trata, portanto, de um estudo que marca uma divisão fixa entre pesquisador e grupos vulneráveis, em que caberia ao primeiro a proteção integral do segundo, e também não significa que devo envolver meus interlocutores em risco e não ter um cuidado com os dados coletados. A descrição que realizo acima serve para quebrar dicotomias estabelecidas pelo sistema CEP/CONEP, no qual deve existir um indivíduo que detém o poder sobre a vida dos demais e outros que são vulneráveis e consequentemente sem voz ativa (SCHUCH, 2013). Meus interlocutores são tão ativos e reflexivos quanto eu na construção de uma problemática sobre a situação de rua em Porto Alegre.

## **1.6 Organização dos Capítulos**

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. No capítulo um, inicio com uma apresentação da minha trajetória acadêmica para narrar ao leitor como cheguei à pesquisa proposta neste estudo, além de realizar uma reflexão sobre o que acredito como sendo o propósito das pesquisas dentro da Antropologia. Na parte inicial, também apresento o referencial teórico que guia este trabalho e sigo a escrita com uma discussão sobre a metodologia empregada, assim como a entrada e a afetação em campo. Por fim, finalizo com uma reflexão sobre aspectos éticos em um *campo up*.

No segundo capítulo a proposta é realizar revisões bibliográficas sobre algumas frentes que compõe este trabalho, na tentativa de situar o leitor sobre as maneiras como crianças e adolescentes em situação de rua foram e ainda são objeto de classificação e intervenção. A primeira parte do capítulo dois diz respeito a uma discussão sobre sistemas classificatórios e os seus efeitos no mundo concreto, utilizando para isso exemplos de pesquisas etnográficas que demonstram esse processo. Posteriormente, volto a atenção para as formas com que crianças e adolescentes foram nomeados ao longo do aparecimento da infância como um problema de governo – do *menor* ao *sujeito de direitos* (ALVIM & VALADARES, 1988; PILOTTI & RIZZINI, 2009; SCHUCH, 2009) - e as reconfigurações que ocorreram nas intervenções propostas para este público.

A partir das reflexões sobre sistemas classificatórios e os seus efeitos, adentro a temática da infância e juventude em situação de rua, demonstrando o caráter de produção desta problemática e apresentando as formas pelas quais este grupo foi nomeado e incluído dentro de determinadas tipificações. Finalizo o capítulo dois com uma discussão sobre os estudos e pesquisas censitárias, no intuito de realizar uma reflexão sobre as diferentes formas com que crianças e adolescentes configurados como em situação de rua são reconhecidos e discorro sobre os números, tendo como ponto de partida os estudos sobre biopolítica (FOUCAULT, 1979, 2002, 2008; GREENHALGH, 2005) e legibilidade (SCOTT, 1998).

O terceiro capítulo tem uma proposta mais descritiva, cujo objetivo é apresentar um breve histórico dos programas anteriores ao serviço Ação Rua em Porto Alegre. Através da descrição, pretendo demonstrar os deslocamentos que ocorreram nas ações destinadas a crianças e adolescentes tipificados como em situação de rua. Posteriormente, realizo uma descrição sobre o próprio Ação Rua, no intuito de demonstrar seus objetivos e maneiras de intervir. Após esta contextualização, apresento a história dos núcleos que as duas equipes que acompanhei de forma mais próxima – da Lomba do Pinheiro e do Centro – estão vinculadas, no intuito de situá-las e de também aproximá-las e diferenciá-las no que diz respeito às formas de atuação. Por fim, finalizo a terceira parte deste trabalho com uma explicação sobre uma das atividades centrais do Ação Rua, as *abordagens sistemáticas*. Trata-se de uma prática cotidiana realizada pelos educadores sociais que tem como objetivo sair pelas ruas da cidade à procura de crianças, adolescentes e suas famílias que estejam vinculados ao que é considerado como situação de rua, caso ocorra este encontro, diz-se que uma *abordagem* foi realizada. Essa atividade é uma das portas de entrada do jovem no serviço e é a partir dela que os profissionais tentam adquirir informações a respeito do indivíduo menor de idade e também dos seus responsáveis.

O quarto capítulo tem como eixo central o governo das famílias. Como será possível perceber através dos exemplos etnográficos sobre os instrumentos (prontuários e Plano de Acompanhamento Familiar) e atividades (visitas domiciliares) utilizadas pelo serviço para realizar o *acompanhamento dos casos*, a instituição familiar é uma categoria central para realizar o governo das crianças e adolescentes em situação de rua. Quando o jovem não tem mais família ou quando esta não deseja ser acompanhada, as equipes encontram dificuldades em realizar o atendimento. Logo, não é apenas a criança

ou o adolescente tipificado como em situação de rua que será acompanhado, mas também a sua família e, dessa forma, grande parte das ações se apresentam em avaliações da conduta do indivíduo responsável a partir de categorias morais. As intervenções propostas têm como objetivo tentar modificar determinados hábitos, no intuito de tornar o adulto uma pessoa apta para a auto-gestão de si e dos seus dependentes, ou seja, fazer com que adquira *autonomia* e a garantia de seus direitos a partir de uma adesão as propostas do serviço. Para finalizar este capítulo, realizo uma discussão sobre como a forma de gestão empregada pelo Ação Rua está dentro de um regime de tutela (RAMOS, 2003; SOUZA LIMA, 2002; VIANNA, 2002) permeado por técnicas de menorização (LUGONES, 2009), pois não é apenas o menor de idade que é alvo da ação, mas também o adulto.

O quinto capítulo diz respeito à reunião de gerenciamento de casos, coordenada pela Proteção Especial de Média Complexidade vinculada à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Trata-se de um espaço construído para a discussão dos casos atendidos pelo Ação Rua tipificados como de *rua moradia*, pois estas situações eram consideradas pelos profissionais como *mais graves*. Como será possível notar ao longo deste capítulo, este encontro está passando por um processo de modificação de sua metodologia, e novos conceitos e novas formas de colocá-la em prática estão sendo considerados. A partir destas novas implementações, pretendo discorrer sobre os seus efeitos, além de evidenciar as formas pelas quais os *casos* apresentados nesta reunião estão sendo considerados como mais problemáticos e complexos do que outros. Para fins desta análise, considero os *casos* como uma tecnologia moral de governo, pois a forma como são configurados pelos profissionais está permeada por moralidades, além de que, como será possível perceber, organizam novas formas de atendimento e reconfiguram a própria concepção do que está sendo considerado como situação de rua na cidade.

## 2. Sistemas classificatórios e práticas de governo

O objetivo deste capítulo é realizar uma revisão bibliográfica sobre duas grandes temáticas que compõe esta dissertação: os estudos sobre sistemas classificatórios com ênfase nas formas de gestão da infância e seus efeitos, e os trabalhos sobre números e práticas de governo. Considero essas duas frentes como centrais para compreender a maneira pela qual ocorreu, e ainda ocorre, a produção e visibilidade da criança e/ou adolescente configurado como em situação de rua, assim como as formas pelas quais ocorre a gestão deste grupo.

Na primeira parte do capítulo realizo uma apresentação de pesquisas dentro da Antropologia sobre sistemas classificatórios, no intuito de demonstrar que organizar o mundo e pessoas sempre foi um interesse da disciplina. Para além de um resgate histórico, apresento estudos contemporâneos sobre criação de categorias e os efeitos que elas mobilizam no mundo, seja para realizar uma diferenciação entre as vidas que merecem mais proteção do outras pessoas (FONSECA & CARDARELLO, 1999), para mobilizar lutas por direitos (VECCHIOLI, 2013) ou para destacar fenômenos que antes não eram percebidos em determinadas localidades (SIMIÃO, 2006). Assim como Ian Hacking (2013), penso a criação de conceitos como processos inventivos, realizados por determinados saberes em um determinado período (HACKING, 2013), como será possível notar na revisão realizada sobre a gestão da infância e juventude.

A partir de uma revisão bibliográfica sobre as formas com que a infância e juventude foi nomeada (ALVIM & VALADARES, 1988; PILOTTI & RIZZINI, 2009; SCHUCH, 2009) - *do menor ao sujeito de direitos* - e os seus efeitos no mundo concreto será possível notar que diversos saberes estiveram envolvidos neste processo e que ocorreram mudanças na forma como esses indivíduos eram governados e reconhecidos. Seguindo esta lógica da criação de categorias, posteriormente adentro em uma apresentação sobre estudos cujo foco eram as crianças e adolescentes configurados como em situação de rua. Ao longo desta seção, demonstro que a partir do momento em que a situação de rua de jovens foi considerada como um problema, diversos pesquisadores e órgãos - nacionais e internacionais - se mobilizaram na tentativa de compreender a problemática. Como será possível notar, esses estudos tiveram o seu auge nos anos 80 e 90 e tinham em comum uma gama de nomenclaturas e critérios para definir o que e quem era a criança que ficava nas ruas, no intuito de produzir números

que expressassem essa realidade. Essas contagens muitas vezes produziam resultados discrepantes – com números exorbitantes de crianças e adolescentes considerados como em situação de rua - por incluírem em um mesmo conceito as diversas práticas das crianças pobres.

Os censos e as formas de nomear crianças e adolescentes foram práticas que sempre estiveram conectadas, pois é a partir de uma definição de quem pode ser incluído dentro deste conceito é que será possível realizar contagens. Apesar de grande parte dos estudos sobre infância e juventude no início dos anos 80 terem como intuito a produção de números, nos anos 90 e 2000 surgem pesquisas que tinham como objetivo contestar a própria produção da situação de rua e que colocavam as crianças e adolescentes como agentes ativos, cuja vivência não deveria ser analisada apenas a partir da rua, pois eles também circulavam por outros espaços e mantinham relações para além deste espaço.

Para além de uma revisão sobre estudos acadêmicos envolvendo a infância e a rua, meu intuito também é apresentar a forma pela qual crianças e adolescente foram objetos de censos municipais e de uma pesquisa censitária nacional. A partir da descrição dessas iniciativas, será possível identificar as diferentes formas pelas quais as práticas de crianças e adolescentes são incluídas dentro de uma classificação do que é estar na rua. Penso essas contagens censitárias tendo como ponto de partida os estudos de Michel Foucault (1979; 2002; 2008) sobre a biopolítica e autores que utilizam este referencial em suas obras (GREENHALGH, 2005), em que o objeto de intervenção desta arte de governar é a população e as suas taxas, e através do pensamento de James Scott (1998) sobre a legibilidade, em que agentes do governo atuam em um processo de simplificar e incluir determinadas realidades sociais dentro de processos numéricos, forma esta pela qual determinadas práticas se tornam visíveis para que o Estado possa exercer o seu controle.

Isso posto, considero os censos como uma forma de governar e de dar legibilidade (SCOTT, 1998) a determinadas populações, ou seja, a partir da construção de um objeto a ser governável – a de crianças e adolescentes em situação de rua - através de uma simplificação de múltiplas realidades em um conceito para que ele se torne uma linguagem numérica, criam grupos que poderão se tornar visíveis para um Estado que governa tendo como base números e estatísticas. Penso que as pesquisas

cenográficas, além de criar e classificar um grupo como sendo de crianças e adolescentes em situação de rua, também constroem contagens relativas a este segmento, no intuito de melhor governá-las e de torná-las visíveis, objetivando não apenas o controle, mas também a construção de políticas voltadas para determinadas populações.

## **2.1 Os sistemas classificatórios e seus efeitos**

Os sistemas classificatórios e os significados que eles operam no mundo tiveram uma grande importância nos estudos de Antropologia Social do século XX. Autores como Emile Durkheim & Marcel Mauss (1981), Levi Strauss (1976), Mary Douglas (1991) e Marshal Sahlins (2003) estavam interessados em compreender como tais sistemas organizavam o mundo no qual as pessoas estavam inscritas, para assim apreender como elas estavam situadas dentro de sistemas culturais e simbólicos específicos.

Nos estudos de Levi Strauss (1976) sobre as sociedades indígenas, o autor demonstra que é o conhecimento que leva o ser humano a classificar o meio a sua volta, e não a utilidade de determinada planta ou produto. É através da análise do pensamento indígena que ele irá demonstrar que organizar e dispor em categorizar os elementos da vida cotidiana faz parte do modo de pensar dos humanos, sendo que o sistema simbólico que será também responsável pela classificação do mundo, opera a partir de pares de oposição. A análise de Douglas (1991), por sua vez, diz respeito às proibições alimentares do Antigo Testamento e em como elas influenciavam e organizavam a vida dos seres humanos, no que diz respeito ao que era permitido consumir (sagrado) e o que não era comestível (profano), operando também por pares de oposição. Seguindo esta linha de raciocínio, Sahlins (2003) busca compreender como as estruturas simbólicas presentes nas sociedades humanas contribuem para a categorização e classificação do cotidiano, em que classificar é organizar o mundo dispondo coisas, pessoas e territórios, e nesta classificação do mundo, o próprio mundo é produzido.

As formas de classificar o mundo não são uma discussão que remete apenas aos clássicos da disciplina, mas é uma temática que ainda suscita diversas inquietações em pesquisadores e também em profissionais que atuam no âmbito das tecnologias de governo. Para Ian Hacking (2013), os conceitos têm uma história, ocorrem em determinados períodos e a partir de debates de autoridades sobre o tema. O autor utiliza como exemplo a categoria de abuso a crianças para assim demonstrar como tal conceito

foi perpassado pela construção de um problema e pela proliferação de diversos profissionais e legislações sobre o assunto (HACKING, 2013). O autor ainda vai além, dizendo que esses novos conceitos não devem ser utilizados para descrever práticas no passado, pois tais fenômenos tinham um significado diferente do que podem assumir no presente, e afirma que a forma pela qual as classificações são colocadas no mundo servem como tipos, ou seja, formas pelas quais as pessoas vão enquadrar suas vidas e experiências.

As mudanças nas classificações também operam no mundo concreto, ou seja, a implementação de novos conceitos para classificar determinadas práticas pode trazer efeitos para a realidade. Inclusive, podem modificar as sensibilidades e realizar mudanças nas percepções que os sujeitos tem sobre determinado aspecto da vida, além de ser objeto de negociações e implementações por parte de quem as propõe. Ou seja, os conceitos não são utilizados apenas para descrever e qualificar determinadas pessoas ou práticas, eles também atuam na própria ação e organização política, ações estas que influenciam a própria maneira como um indivíduo é visto e em como se dá o seu acesso ao mundo (FASSIN, 1996). Uma categoria também pode servir tanto para essencializar quanto para homogeneizar os indivíduos que fazem parte dela, como propõe Abu-Lughod, por exemplo, em relação ao conceito de cultura (ABU-LUGHOD, 1991).

As classificações também podem trazer mudanças nas formas pelas quais as pessoas são reconhecidas, quando leis e regulamentações são modificadas e debatidas para atender novos atores sociais que começam a ser abarcados em uma classificação que antes parecia já estar estabilizada, como demonstra Virginia Vecchioli (2013) em sua pesquisa sobre políticas de reparação a pessoas configuradas como vítimas da ditadura militar na Argentina. A autora, ao se atentar para o caráter de produção das categorias – no seu caso a de vítima - demonstra como este conceito é alvo de lutas e embates entre agentes do governo e pessoas que reivindicam direitos. Além de entender que as categorizações ao mesmo tempo que criam legibilidade e reconhecimento a determinados grupos, também exclui outros.

Os conceitos também podem transformar a forma como a população, os executores de políticas e programas governamentais, passam a refletir e agir com um olhar diferente em relação a determinadas situações. Com uma reflexão sobre as categorias a partir de *frentes discursivas* ligadas aos direitos humanos, Claudia Fonseca

e Andrea Cardarello (1999), discorrem no sentido de pensá-las a partir de uma dimensão dupla, em que ao mesmo tempo em que elas produzem e mobilizam direitos, também reificam imagens sobre qual cidadão é mais digno de proteção em detrimento de outro. Para expor o argumento, as autoras traçam uma breve genealogia de como determinadas categorias foram utilizadas para se referir a certos públicos, sendo modificadas ao longo do tempo e conforme os saberes do período. Como exemplo para a análise, as autoras citam os discursos relativos a construção do conceito de indígena e também as modificações que ocorreram na forma de nomear a criança pobre a partir do ECA – do *menor ao sujeito de direitos* – e os efeitos que isso trouxe para as instituições e sensibilidades da época.

Ao analisar os dados de uma pesquisa com a FEBEM-RS<sup>8</sup>, Fonseca e Cardarello (1999) discorrem sobre os reordenamentos que ocorrem nessa instituição para se adequar aos princípios do Estatuto. Ao comparar os dados relativos aos motivos de ingresso no sistema de abrigos nos anos 1985 e 1994, as autoras chegam a conclusão de que “o problema sócio econômico continua sendo um problema para a FEBEM” (FONSECA & CARDARELLO, 1999, p. 23), onde “as circunstâncias que antes eram classificadas como ‘problema sócio econômico’ estão, hoje, sendo chamadas de ‘negligência’” (FONSECA & CARDARELLO, 1999, p. 23). Sendo que existiam situações em que os próprios princípios do ECA poderiam ser interpretados de formas diferentes pelos técnicos sociais, como por exemplo, se a criança ou o adolescente deveria ou não ser internado em um abrigo.

A partir desses dados, as pesquisadoras compreendem que a imagem criada pelo ECA de uma criança *sujeito de direitos* a partir de um discurso universal sobre infância cria uma culpabilização dos pais que não conseguem suprir as necessidades que estão em suas diretrizes: “cria-se então uma situação particular em que a noção de ‘criança cidadã’ leva como complemento quase inevitável a de ‘pais negligentes’” (FONSECA & CARDARELLO, 1999, p. 23). Outro exemplo que Fonseca e Cardarello trazem é o caso do indígena assassinado em Brasília em 1997 e a justificativa de que o mataram porque acharam que era um morador de rua e não um índio, o que também torna visível esse processo, em que *frentes discursivas* além de criarem categorias para definir determinados grupos, criam graus de humanidade em que algumas vidas merecem mais proteção e direitos do que outras.

---

<sup>8</sup> Fundação do Bem Estar do Menor do Rio Grande do Sul

As novas formas de nomear certas práticas também podem destacar fenômenos que antes não eram considerados em determinada localidade. Daniel Simião (2006) chama a atenção para o aumento de denúncias de *violência doméstica* no Timor Leste, uma prática que antes não era reconhecida dentro dessa nomenclatura. Com o advento da modernização do país com a chegada de diversas agências de países Ocidentais, transformaram-se também as moralidades envolvidas nas práticas dos timorenses, ações que antes não eram pensadas sob a capa da violência passam agora a ser retratadas como tais. Pensando ainda em termos de agentes de governo e classificação, é necessário pontuar que classificar é também realizar um processo de abstração, ou seja, abstrair as diferenças históricas, sociais e de contextos das pessoas para incluí-las em algum conceito estabelecido, na tentativa assim de se criar alguma certeza sobre algum grupo (ASAD, 2004).

## **2.2 Infância e Juventude: categorias e modos de gestão**

No âmbito da infância e juventude é possível notar como as formas pelas quais crianças e adolescentes foram nomeados ao longo da história passaram por diversas modificações, moralidades e por uma proliferação de novos saberes envolvidos nessa esfera. As formas de reconhecer, nomear e gerir crianças e adolescentes passaram, e ainda passam, por uma série de modificações sobre como se nomeia este público e na própria forma como se constituem políticas e ações governamentais voltadas para essas pessoas. Antes de discorrer sobre a história da infância no país, é necessário compreender que nem sempre a infância possuiu o status de uma idade diferenciada e com uma série de disciplinas sobre o seu corpo como temos nos dias de hoje (ARIÈS, 1978). De acordo com Philippe Ariès (1978), crianças, assim como mulheres, eram vistas como inferiores e haviam poucas representações nas artes sobre esses indivíduos em formação. O autor traça um panorama para demonstrar a forma pela qual a infância foi inscrita nas sociedades, tendo em vista o contexto do período e as formas de intervenção social.

Em relação, ao Brasil, o foco principal da história da infância, cujas discussões e reflexões têm início no final no século XIX, diz respeito à infância pobre (PILOTTI & RIZZINI, 2009). A descoberta deste novo alvo de intervenção está ligada ao contexto de implementação da República no país, um período turbulento marcado pelo fim da Escravatura, pela chegada de imigrantes para o mercado de trabalho e por problemas

advindos da rápida urbanização em duas cidades do país: epidemias, falta de empregos e condições dignas de trabalho e mortalidade infantil (ALVIM & VALADARES, 1988). É neste contexto que a questão social da infância abandonada foi colocada e foi o foco de diversos saberes para se pensar em formas de intervir nessa problemática. O surgimento da infância emerge a partir da visibilidade de situações que passam a ser consideradas como um problema, que diz respeito a questões econômicas e sociais.

Como demonstram Rosilene Alvim e Licia Valadares (1988), nos anos 20 surgem uma série de tentativas de inscrever essa infância a margem dentro dos mecanismos de controle do Estado, como o Juízo de Menores em 1923 e posteriormente, em 1927, o primeiro Código de Menores – em que o termo *menor* passa a designar a infância pobre. O *menor* era frequentemente associado à criminalidade e à desordem, e estes eram alvo de políticas de institucionalização, pois era preciso retirar do espaço público os corpos que ali ofereciam perigo. Suas famílias também eram alvo do Estado quando este tinha a legitimidade de realizar a suspensão do poder pátrio dos pais e de também realizar a apreensão dos menores que consideravam como abandonados (PILOTTI & RIZZINI, 2009). Esse regime de tutela também esteve ligado a práticas de disciplinamento, como cita Diego Silveira (2015) sobre a história da infância no país:

“Esses estudos apontam que em torno da categoria ‘menor’ e da noção de ‘menoridade’ constitui-se todo um regime tutelar composto por dispositivos de saber e intervenção, voltado para o controle disciplinar de crianças e jovens identificados como um ‘problema’ governamental, seja por estarem em uma situação de ‘abandono’, seja por representarem um risco para o bem-estar da sociedade” (SILVEIRA, 2015, p. 62).

Nos anos seguintes, temos a criação de outras formas de intervenção, como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941. Com o SAM são implementadas uma série de técnicas de governo para manter o *menor* não apenas sob controle, mas também empregado e longe das ruas e da criminalidade, que seria intrínseca a este espaço. O final dos anos 40, com o fim da segunda guerra mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), exerce uma influência e uma reformulação nos mecanismos de proteção aos indivíduos e é a partir deste contexto internacional que surgem iniciativas no Brasil para a reformulação do Código de Menores de 1927. No mesmo período, o país passava por um processo de modernização e reflexão sobre a infância e juventude, centrando os esforços para o controle dessa população em um paradigma de bem-estar social

(SCHUCH, 2009). Como pontua Patrice Schuch (2009), “o sujeito de intervenção passou a ser conceitualizado como sujeito de necessidades” (SCHUCH, 2009, p. 119).

Em 1964, período da ditadura militar, a gestão da infância pobre passa para as mãos do governo militar, com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Tais políticas seguiam tanto uma linguagem de bem-estar social que estava em voga no período quanto a de defesa social (SCHUCH, 2009). Essas duas novas criações provocaram um aumento do número de institucionalização desses indivíduos à margem, colocando a infância e a juventude como um problema de segurança nacional. No ano de 1979, é aprovado o Novo Código de Menores, cuja preocupação e alvo das políticas era o *menor em situação irregular*, ou seja, uma “categoria com referências explícitas à idéia de patologia social, com referências à falta de proteção familiar ou a famílias com dinâmicas não hegemônicas de educação filial” (SCHUCH, 2009, p. 121).

É a partir dos anos 80 que diversos saberes - inspirados tanto no contexto internacional ligados as novas proteções da infância e juventude e no próprio cenário nacional – começam a questionar classificações como *menor* e *menor em situação irregular* (SCHUCH, 2009), em que “(...) o alvo das políticas jurídico-estatais deixou de ser definido como o ‘menor em situação irregular’ e passou a ser definido como crianças e adolescentes ‘sujeitos de direitos’” (SCHUCH, p. 125, 2009). Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, as crianças passam a ser percebidas como *sujeitos de direitos*, cujo dever da família, do Estado e da comunidade é exercer uma proteção sobre tais indivíduos (SCHUCH, 2013). Após o estatuto, os atendimentos são direcionados e especializados a partir de duas categorias:

“As políticas de atendimento são definidas para aqueles sujeitos às medidas de ‘proteção especial’ (abandono, maus tratos, etc) e as medidas ‘sócio educativas’ (cometimento de ato infracional). Nesse sentido há uma especialização em relação ao público alvo das políticas, anteriormente definido ambigualmente pela categoria ‘menor’”. (SCHUCH, 2005, p. 70).

Apesar do ECA ter sido consolidado tendo como base ideias de responsabilidade e autonomia, é também colocada em questão a especificidade da infância e juventude e, de acordo com esta normativa, crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, o que, como pontua Laura Lowenkron, “significa uma condição peculiar de autonomia e de incapacidade de auto-gestão plena” (LOWENKRON, 2013,

p.99). É com essa autonomia incompleta que crianças e adolescentes estão inscritos no Estatuto, como vinculados a algum sistema de gestão, como o Estado e a família.

É importante ressaltar, embora não seja o foco deste trabalho, que apesar de todo o sistema de tutela em que crianças e adolescentes estão inscritos, a literatura antropológica contemporânea tem efetuado esforços para reconhecer esses indivíduos como sujeitos ativos e que possuem uma reflexão sobre si (COHN & SZULC, 2012), em que as vivências e escolhas desses jovens muitas vezes não estão de acordo com os planos que seus responsáveis, as políticas ou que as instituições organizam para eles. Diversos são os estudos da Antropologia que demonstram que os indivíduos se movimentam e também possuem suas próprias concepções sobre família e circulação de crianças (FONSECA, 2006), maternidade na adolescência (HEILBORN, Maria Luiza et al, 2002), sexualidade na infância (CALAF, 2007), identidade e viração (GREGORI, 2000), independente dessas trajetórias e projetos estarem de acordo com os olhares e pensamento hegemônico que regula a vida social.

O que quero pontuar, tendo como base a breve revisão sobre os sistemas classificatórios da infância e juventude, é que diversos saberes estiveram envolvidos na produção de crianças e adolescentes, seja a partir da figura do *menor* ou a partir do paradigma dos *sujeitos de direitos*, sendo que ambos os processos têm em comum a figura de um indivíduo que não é constituído como completamente habilitado a ser totalmente responsável sobre si. A discussão acima teve o intuito de demonstrar – tendo como pano de fundo os estudos sobre infância e juventude - que diversos saberes e intervenções estiveram envolvidos na construção das categorias e que esses conceitos, quando aplicados ao mundo concreto, possuem efeitos e formas pelas quais as pessoas e instituições irão interpretá-los e se adequar a eles. Na seção a seguir, tenho como proposta refletir sobre a produção da situação de rua, ou seja, a forma pela qual crianças e adolescentes foram construídos, reconhecidos e se tornaram alvo de ações por serem considerados como de rua.

### **2.3 A produção da situação de rua de crianças e adolescentes: Uma breve genealogia de preocupações acadêmicas**

O objetivo desta seção é demonstrar como a categoria de criança e adolescente em situação de rua foi e ainda é objetivo de reflexão por parte de agentes, além de ser objeto central das tecnologias de governo da infância e foco de trabalhos acadêmicos de

análise e classificação. A realização de uma revisão sobre a temática me fez perceber como este tema teve o seu auge em torno dos anos 80 e 90 dentro das ciências sociais e humanas e que, atualmente, o número desses trabalhos não é tão volumoso dentro dos estudos da Antropologia. Grande parte dos artigos e livros encontrados e utilizados para a revisão remetem a estudos de outras áreas disciplinares como a Psicologia, a Educação e o Serviço Social, profissões essas que ainda produzem bastante sobre a temática. Meu intuito não é de definir qual sistema classificatório compreende de forma mais satisfatória a realidade deste público, mas sim demonstrar como este conceito é perpassado por negociações e disputas, cujo resultado é a construção da visibilidade de uma população, inclusive na academia. As classificações operadas por diversos saberes atuam na construção e conhecimento de uma realidade e na delimitação de graus de humanidade, ou seja, “qualifica quais são os sujeitos que merecem mais direitos e proteção do que outros” (FONSECA & CARBARELLO, 2009, p.220).

Os estudos sobre infância e juventude de rua têm início e auge na década de 80, quando pesquisadores e instituições – tanto nacionais quanto internacionais - começam a desenvolver pesquisas e estudos sobre o fenômeno. É a partir deste período que a situação de rua é colocada como um problema social e como um campo de estudo que merece atenção. Compreender o tempo cronológico em que uma problemática ganha visibilidade não tem a ver apenas com a realidade do período, mas também com a política, interesse da mídia pela temática e pelas sensibilidades da época (FONSECA & CARDARELLO, 2009). Essas formas de dar visibilidade a determinados grupos também é uma forma de invisibilizar outros, como quando todos os olhares estavam na problemática de crianças e adolescentes em situação de rua, deixando como um plano secundário uma série de outras questões ligadas a infância e juventude.

Neste período, eram diversos os saberes que atuavam sobre a infância, sendo que os estudos apresentados pela UNICEF e por instituições nacionais como as pesquisas da FUNABEM traziam números exorbitantes de meninos de rua no Brasil e nos países da América Latina. Além de que simplificavam as trajetórias destes indivíduos, pois incluía as experiências de crianças consideradas pobres em um mesmo rótulo, sendo que estes podiam variar entre *criança carente*, *abandonada*, *de rua*, dentre outros (ROSEMBERG, 1993). É importante ressaltar que, além de órgãos internacionais, eram diversos os pesquisadores de outras nacionalidades (HECTH, 1998; APTEKAR, 1989; LUSK, 1995; LUCCHINI, 2003; STOELINK, 2003) que se dirigiam até o Brasil e

para outros países da América Latina na tentativa de compreender o fenômeno da rua, temática esta que foi bastante aprofundada nas décadas de 80 e 90.

Apesar da extensa produção sobre a temática, grande parte dos estudos reforçavam estereótipos vinculados a idéia de menoridade e vinculavam a situação de rua à pobreza (ROSEMBERG:1993), ou seja, crianças pobres eram classificadas como sendo de rua. A forma como enquadravam crianças e adolescentes em uma categoria de *menino de rua* variava conforme as caracterizações com que as instituições classificavam este público. Como exemplo, o estudo em que Fúlvia Rosemberg (1993) cita o relatório de um dos estudos realizados nos anos 80 pela UNICEF, em que o critério adotado pelo órgão para tipificar este público era a frequência escolar e trabalho, dentro da faixa etária de 7 a 17 anos. Ao adotar tal delimitação para compor uma cifra, o resultado foi um grande número de crianças de rua no país o que não coincidia com a realidade do período. O termo adotado pela UNICEF e pelos órgãos e comissões internacionais ligados a proteção dos direitos humanos na década de 80 para se referir e reconhecer essa população era o de *street children*, que os identificava como:

“Qualquer menina ou menino (...) para quem a rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo habitações desocupadas, abandono, etc.) tornou-se a sua morada e/ou fonte de sustento habitual, e que não está suficientemente protegido, supervisionado ou dirigido por adultos responsáveis. Sendo que naquela época, ‘crianças de rua’ foram categorizados como crianças na rua, que trabalhavam na rua e iam para a casa de suas famílias durante a noite; crianças da rua, que viviam na rua sem apoio familiar, mas mantinham os laços familiares; ou crianças abandonadas que viviam completamente por conta própria” (UNICEF, 2012, p. 10, tradução nossa).

Apesar de grande parte da discussão reforçar estereótipos que homogeneizavam os indivíduos e vinculavam a rua à pobreza e ao abandono, no final da década de 80 começaram a surgir estudos que contestavam essas contagens nacionais e internacionais, cujo objetivo era o conhecer e descrever o perfil das crianças de rua (ALVES, 1992; RIZZINI & RIZZINI, 1992). A própria criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) em 1985, também demonstra uma atitude política e proativa em relação ao espaço da rua. É através dos dados desses estudos de perfil que será possível perceber que estar na rua não significa estar ou ser abandonado. Com isso, torna-se necessário fazer uma distinção da expressão *menino de rua*, em que é preciso distinguir quem é o *menino na rua* e o *menino de rua*:

“Menores *na* rua, isto é, aqueles que exercem suas atividades na rua mas vivem com suas famílias, de menores *de* rua, os quais, tendo rompido parcial ou totalmente os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se, assim, a maiores riscos” (ALVES, 1992, p. 118).

A conceitualização exposta acima traz consigo uma proposta de não homogeneizar as vivências de rua experimentadas pelos jovens, porém ainda não contemplava alguns pesquisadores. Silvia Koller e Claudio Hutz (1996), discorrem sobre a dificuldade em se definir e estabilizar quem era da e quem estava na rua, visto que a maioria dos jovens que apareciam nos censos tinham um vínculo familiar. Os autores sugerem o uso do termo *situação de rua* para se referir ao público em questão, onde seriam necessárias “análises caso a caso, específicas para cada criança, tentando agrupá-las por semelhanças, mas respeitando suas individualidades e a dinâmica intrínseca de suas realidades de vida” (KOLLER & HUTZ, 1996, p. 27). Uma outra crítica diz respeito a rua não ser um espaço autônomo em relação aos outros espaços que a criança circula, como a família e instituições (LUCCHINI, 2003).

Nos anos 1990, os estudos sobre situação de rua passam a ter como um dos focos a própria produção dessa categoria. Esses trabalhos não apenas questionavam a produção da criança de rua, mas também a própria noção de infância (RIZZINI & BUTLER, 2003) e, como as autoras citam, esses trabalhos problematizavam a forma excludente e preconceituosa pela qual a sociedade lidava com essas crianças e adolescentes, sendo que divergiam das correntes anteriores que classificavam esses indivíduos conforme a relação que tinham com a rua – moradia e/ou sobrevivência. Os estudos das décadas posteriores também enfatizavam o protagonismo de crianças e adolescentes em suas trajetórias, as considerando como atores sociais e não como vítimas das circunstâncias (STOECKLIN, 2003; LUCCHINI, 2003).

Seguindo a tendências dos estudos da década de 90, a UNICEF, em um documento intitulado *Proteção e promoção dos direitos das crianças trabalhando /ou vivendo nas ruas* (2012), faz uma crítica ao termo que antes era empregado pelo mesmo órgão nos anos 80, o que demonstra que as instituições podem mudar as formas pelas quais classificam o mundo. No documento, a classificação que antes era utilizada é agora criticada, com o argumento de que ela carregava conotações pejorativas, ou seja, uma nomenclatura utilizada no passado estava sendo revista no cenário do presente. A proposta da nova classificação é a de reconhecer a criança como um ator social e que

realiza diversas conexões e relações com a rua, na tentativa de não homogeneizar suas vivências e se atentar para o caráter produtivo do conceito, como pontuam:

“Hoje, o termo ‘crianças de rua’ é compreendida como uma categoria socialmente construída que, na prática, não constitui uma população homogênea, fazendo com que o termo seja difícil de usar para pesquisa, formulação de políticas e projetos de intervenção” (UNICEF, 2012, p. 10, tradução nossa).

Riccardo Lucchini (2003), por sua vez, propõe um olhar qualitativo e biográfico para compreender o fenômeno da situação de rua. Para isso, constrói um sistema que intitula como *Sistema Criança-Rua*, onde “toda tipologia relativa às *crianças de rua* deveria levar em conta dimensões constitutivas do Sistema Criança Rua” (LUCCHINI, p. 49, 2003). Existem nove dimensões<sup>9</sup> que formam este modelo e elas interagem entre si, mas, de acordo com o autor, elas não devem ser analisadas através de estágios sucessivos, pois um jovem pode não concluir todas as etapas e elas podem ser vivenciadas de maneiras distintas pelos adolescentes. Segundo Lucchini (2003), através deste sistema é possível identificar as etapas da trajetória de rua na vida de uma criança e reconstruir as experiências desses indivíduos com o espaço público e com as suas relações (familiares, institucionais, dentre outras).

É a partir deste modelo prático de Lucchini (2003) para compreender as experiências individuais de crianças e adolescentes em situação de rua que Daniel Stoecklin (2003) cria o seu argumento sobre as contagens relativas a este público. Para este autor, as estatísticas simplificam uma experiência tão complexa como a rua e o mesmo propõe um novo olhar sobre esses estudos, onde: “A observação deveria concentrar-se não somente nos números, mas, ao contrário, perguntar quem, desde quando, onde, como e por que viver na rua é um problema” (LUCCHINI, 2003, p. 93).

Seguindo a vertente de estudos que consideram as biografias das crianças e adolescentes em situação de rua, destaco três estudos contemporâneos sobre a temática da rua, em que crianças e adolescentes eram compreendidos a partir de suas próprias vozes. Maria Filomena Gregori (2000), ao realizar uma etnografia com meninos de rua em São Paulo, utiliza o termo *viração* para se referir a circulação de identidades

---

<sup>9</sup> As dimensões utilizadas neste modelo são: espaço; tempo; oposição rua/família; sociabilidade; atividades na rua; socialização subcultura; identidade; motivações e; gênero.

empregadas e apropriadas pelos meninos e meninas de rua conforme as situações que vivenciam ou as suas necessidades em determinados momentos:

“Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições não excludentes: comportar-se como ‘trombadinha’, como ‘avião’ (passador de drogas), como ‘menor carente’, como ‘sobrevivente’, como adulto e como criança”. (GREGORI, 2000, p. 31).

Ao estudar meninos e meninas em situação de rua em Brasília, Priscila Calaf (2007) apreende a própria forma pela qual os próprios sujeitos de sua pesquisa se nomeavam e a compreensão que tinham sobre a passagem das faixas etárias. Anelise Estivalet (2014), em sua pesquisa sobre trajetórias de rua de jovens em situação de rua em Porto Alegre, por sua vez, opta por utilizar o termo meninos/as que vivem nas ruas, sendo estes “as crianças e os jovens que ficam na rua fora do alcance da família e longe dos seus cuidados” (ESTIVALET, 2014, p, 51).

A partir da revisão bibliográfica é possível notar a forma como a construção de uma problemática ligada à infância e juventude em situação de rua, nos anos 80, foi marcada por um engajamento e sensibilização de diversos públicos. No início, essas pesquisas tinham como principal propósito conhecer e quantificar o número de crianças e adolescentes vivendo nas ruas e muitas vezes tinham como efeito uma estigmatização deste público. A partir do final dos anos 80, surgem pesquisas que tem como objetivo questionar os estudos anteriores, criar novas nomenclaturas para se referir ao grupo em questão e com um foco em dar voz aos jovens em situação de rua. Além de pensar nas formas pelas quais o meio acadêmico trabalhou com este tema, pretendo realizar uma discussão sobre a forma pelas quais crianças e adolescentes tiveram suas vivências incluídas ou excluídas dentro dos estudos censitários. Nas seções a seguir realizo uma discussão sobre os censos e a maneira pela qual os números também são uma forma de governar populações.

#### **2.4 Pesquisas censitárias: identificando e constituindo populações e categorias**

Tipificar e classificar pessoas dentro de grupos definidos é também uma técnica de governo realizada por profissionais para assim criar uma população, objeto este da arte de governo. A partir do conhecimento deste agregado de pessoas é que será possível compreender qual o seu perfil populacional e as suas taxas e, a partir desse

ponto, traçar estratégias pelas quais o governo poderá ser feito. Os censos servem também como uma forma de inscrição política e de gestão de populações, como demonstra Patrice Schuch (2015) em um artigo sobre legibilidade e as formas de atuação do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) a partir de instrumentos advindos do Estado. A conclusão da autora é a de que os agentes governamentais ao construírem *mapas abreviados* que reduzem determinadas realidades – como as pesquisas censitárias - criam mecanismos de controle populacionais e também espaços para os atores sociais agirem a *partir* e *contra* o Estado (SCHUCH, 2015). Os censos além de ser um insumo utilizado para práticas de intervenção é um objeto que pode ser utilizado para lutas políticas.

Trata-se também de uma técnica em que um dos efeitos é dar visibilidade a determinado grupo. Em que ser visível é poder ser contado, ou seja, os números inscrevem determinadas populações em um dos mecanismos pelos quais o governo atua, para assim poder se traçar políticas públicas, ser alvo de interesse de órgãos financiadores, poder concorrer aos editais para conseguir subsídios, ou seja, possuir algum meio de criar melhoras no espaço em que se vive. Não ser uma população contabilizada pode fazer com que o Estado não reconheça determinadas existências, o que acarreta prejuízos na própria vida humana, como falta de acesso a determinadas políticas e serviços (LANCELLOTTI, 2013). Por essa razão, existem diversas tentativas de inscrever crianças e adolescentes em situação de rua em pesquisas censitárias, para que assim possam ser reconhecidos e para se tornarem visíveis perante mecanismos de poder que atuam com base em estatísticas.

Em nível nacional, existem diversas iniciativas municipais de realização desses censos, para que se possa ter um conhecimento maior sobre o público e insumos para se pensar em ações governamentais. Assim como Irene Rizzini et al (2010) em um documento sobre a temática, tive bastante dificuldade em localizar na íntegra estes estudos censitários, e para a autora isso pode ocorrer devido à falta de divulgação eletrônica dos mesmos. A forma pela qual me deparei com esse material foi através do artigo de Rizzini citado acima e de arquivos do site da *Campanha Criança não é de Rua*, em específico um material intitulado *Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?* (2009). Não pretendo com isso fazer uma extensa revisão sobre tais estudos, mas sim indicar algumas iniciativas e formas de nomear e dar visibilidade a determinados públicos. Além de compreender quais são os fins dessas pesquisas, ou

seja, o que cada estudo deseja apreender sobre o fenômeno criando assim determinadas populações. A seguir, a partir de estudos e de pesquisas censitárias a nível municipal realizo uma discussão sobre as diferentes formas de nomear e reconhecer este público.

## 2.5 Os números

Como a literatura demonstra, definir crianças e adolescentes em situação de rua é uma tarefa complexa e de difícil consenso. Parto de uma linha teórica que considera que os números e as estatísticas produzidas para conhecer determinados grupos são uma forma de governar populações e que estudar modos de governo não está ligado a fazer demografia, mas sim compreender como os números são criados e quais os seus fins (GREENHALGH, 2005). Ou seja, é a partir dos complexos processos de contagens – uma das formas pelas quais determinados aspectos da vida tornam-se legíveis para o Estado – que será possível traçar ações e políticas para determinados segmentos. Acredito que a legibilidade não cria apenas certezas e definições exatas, mas sim que nesse processo são também produzidas incertezas quando, por exemplo, criam-se categorias nas quais distintas vivências devem ser enquadradas (ASAD, 2004).

Diversos órgãos internacionais realizavam, no início dos anos 80, contagens para conhecer quem eram os meninos e meninas de rua e traçar políticas para melhorar a sua sorte. É curioso notar como essas cifras também variavam conforme os critérios adotados pelas instituições sobre quem era esse público. Como demonstra Fúlvia Rosenberg (1994) ao fazer um apanhado sobre tais dados, a UNICEF, em 1981, contabilizou um total de 40 milhões de crianças e adolescentes nas ruas na América Latina – também conhecidas como *abandonadas* - sendo que 20 milhões estariam apenas no Brasil. Em 1992 o mesmo órgão realiza o estudo censitário, e encontra uma queda brusca no número dessa população – um total de oito milhões, sendo consideradas para o estudo apenas as crianças *nas ruas*. Outro estudo que destaco no artigo de Rosenberg (1994) é o da Anistia Internacional de 1991, que reconheceu como sete milhões o número de jovens trabalhando ou vivendo nas ruas brasileiras. A autora demonstra que iniciativas nacionais também foram realizadas nos anos 80/90 para se obter uma contagem desses jovens e os resultados destoavam bastante das cifras encontradas pela UNICEF em 1981, entre eles o estudo da FUNABEM de 1985, que encontrou um total de sete milhões de crianças e adolescentes apontados como *abandonados*.

Existem divergências entre os autores sobre qual a melhor forma de reconhecer e de nomear este público. As diferentes tipologias não estão presentes apenas no âmbito acadêmico, mas também influem na construção e realização de pesquisas censitárias no Brasil e no mundo. As diferentes formas pelas quais se torna visível a problemática da rua influi na dificuldade em se padronizar e comparar os resultados e números encontrados, o que torna difícil apreender o fenômeno da rua de uma forma nacional. Antes de trazer o contexto nacional, é importante ressaltar que a UNICEF é uma das pioneiras na caracterização deste público, sendo que de acordo com o documento de 1986 – onde a família tinha uma centralidade – crianças e adolescentes em situação de rua eram divididos em:

“a) candidatos para a rua: crianças trabalhando na rua, mas vivendo com a sua família; b) criança na rua: com suporte familiar inadequado ou esporádico; criança de rua: aquelas funcionalmente sem suporte familiar” (UNICEF, 1986 apud Martins, 1996, p. 36).

Os censos nacionais, por sua vez, utilizam critérios diversos de inclusão e exclusão em relação ao que consideram como crianças e adolescentes em situação de rua. Como pontua Irene Rizzini et al (2010; 2011), as pesquisas sobre crianças e adolescentes em situação de rua não tem um consenso sobre quem são esses indivíduos. As formas pelas quais os estados nacionais visibilizam e excluem pessoas conforme os conceitos que utilizam são variáveis, o que dificulta a apreensão deste fenômeno no país. Outra dificuldade está na própria movimentação de crianças e adolescentes por diferentes espaços (a rua, instituições, o lar da família), o que prejudica um reconhecimento da dimensão exata sobre o seu número. A própria variação nas formas de ocupar no espaço público por esses indivíduos também não são estáticas e variam conforme o território e estações do ano (NEIVA SILVA & KOLLER, 2002). Como as metodologias são diversas, torna-se difícil uma comparação, pois os públicos contabilizados são distintos, assim como os números que os representam.

Nos anos 90, diversos estudos censitários que ocorreram em diferentes regiões do Brasil (ALVES, 1992; JUAREZ; 1992; LUSK & MASON, 1993; MARTINS 1996; ROSEMBERG, 1994) tinham em comum um interesse em conhecer e caracterizar o perfil dessa população. Além disso, grande parte dessas pesquisas criavam tipologias para definir os tipos de situação de rua realizados pelas crianças e adolescentes. Como exemplo, o estudo de Eduardo Juárez (1992), sobre as características demográficas de meninas e meninos de rua em Recife, realizado no final dos anos 80, em que o autor

propõe uma definição de criança de rua ligada a instituições, onde “crianças de rua são aquelas que frequentam as organizações de atendimento a crianças de rua” (JUÁREZ, 1992, p. 94). Como resultado deste estudo, Juárez (1992) chega a um perfil de criança de rua:

“O perfil de criança de rua que surge das nossas observações é o de um menino de 12 anos, oriundo da Região Metropolitana de Recife; sendo o terceiro filho, tem quatro irmãos menores. Já trabalha há cerca de três anos e na primeira atividade permaneceu durante dois anos. Começou a trabalhar basicamente por necessidade familiar, sem parentes, mas perto da casa de sua mãe, com quem reside. Sua participação econômica dentro da família é a de contribuir com a maior parte do retorno econômico que obtém no trabalho, sendo este retorno, principalmente, dinheiro. Suas atividades econômicas são de rua, desenvolvendo atualmente um segundo tipo de atividade diferente daquele em que se iniciou. A escolaridade é baixa” (JUAREZ, 1992, p. 108).

Na pesquisa de Alda Alves (1992), realizada em Goiânia em 1990, a dimensão da família também é colocada em questão. O intuito era comparar as vivências familiares de meninos de rua e meninos na rua e, para isso, foram utilizadas em cada um desses grupos diversos aspectos, como: a composição familiar, renda, local de origem, estrutura atual da família, quais as relações que possuem entre si e com outros atores, dentre outros. A partir da pesquisa, a autora chegou à conclusão de que “três fatores se conjugam no processo de *produção de meninos de rua*: os sócio econômicos, os familiares e os individuais” (ALVES, 1992, p. 125).

Em 1993, inspirada nos números exorbitantes encontrados nas pesquisas da UNICEF e demais órgãos sobre crianças e adolescentes em situação de rua, Fúlvia Rosemberg (1994), coordena uma pesquisa na cidade de São Paulo. A autora utiliza três dimensões para configurar o que conhece como criança em situação de rua, sendo elas: a aparência da criança e do adolescente; o espaço em que se encontra e a atividade que está exercendo. Sendo a aparência caracterizada como:

“No mais das vezes, sua aparência é pobre no plano da vestimenta e da higiene, em especial em crianças menores. Há possibilidade, porém, de que crianças, mas principalmente adolescentes fujam ao padrão de aparência pobre tanto no vestuário quando no calçado” (ROSEMBERG, 1994, p. 34).

Essa definição, embora possa não ter sido a da autora, me remete a uma reificação da imagem da criança de rua vinculada a pobreza, reificando também os estereótipos que já pairam sobre esses indivíduos, como a falta de higiene e de bens materiais. Outra tipificação de um estudo também realizado em 1993, de Mark Lusk e Derek Mason (1993), é sobre meninas e meninos em situação de rua no Rio de Janeiro, no qual os pesquisadores agruparam as informações coletadas sobre os jovens em

quatro caracterizações sobre suas experiências de rua, incluindo a dimensão do trabalho: 1) Trabalhadores de rua com base familiar; 2) Trabalhadores de rua independentes; 3) Crianças de rua e; 4) Crianças de famílias de rua. A diferença entre o grupo 2 e o 3 está no fato de que ainda existem laços familiares (apesar de enfraquecidos) nos trabalhadores independentes, sendo o grupo das crianças de rua é caracterizado por não ter esses laços.

Ainda nos anos 90, Raul Martins (1996, 2002), ao realizar o censo de uma cidade do interior de São Paulo, propõe seis tipos de tipologias para classificar os dados obtidos do perfil dos jovens entrevistados, baseados na procura por alimento, renda, lazer e lugar para repousar, sendo eles:

“Tipo 1: Crianças e adolescentes que buscam renda para a família (e/ou para o próprio sustento) e alimentam-se nas ruas, onde passam a maior parte do dia, dormem frequentemente em casa e têm lazer no bairro em que moram ou nos logradouros públicos que trabalham (vínculo familiar estável); Tipo 2: Crianças e adolescentes que buscam renda para o seu próprio sustento e/ou para a família (via mendicância ou furtos), alimentam-se, dormem e têm lazer nas ruas (vínculo familiar estável); Tipo 3: Crianças e adolescentes que buscam renda para o seu próprio sustento nas ruas, alimentam-se e dormem em casa, mas têm lazer constantemente nas ruas. Não tem ligação familiar; Tipo 4: crianças e adolescentes que buscam renda para sustento próprio (via mendicância ou furtos), alimentam-se, dormem e têm lazer na rua. Não tem ligação familiar; Tipo 5: Crianças e adolescentes que não buscam renda, não se alimentam ou dormem nas ruas, mas tem lazer predominantemente no espaço público. Vínculo familiar estável. Tipo 6: Crianças e adolescentes que não estão em situação de rua” (MARTINS, 1996, p. 39).

Nos anos 1990 e 2000, foi possível identificar iniciativas municipais para conhecer essa população, possuindo em comum uma variedade de formas de reconhecer e nomear quem é a criança ou o adolescente em situação de rua. A apresentação desses dados se dará a partir de um recorte que busca semelhanças nas formas como se nomeia e reconhece este público. Além desse recorte, também utilizo como forma de organizar dos estudos a dimensão de quais práticas são incluídas dentro da situação de rua, em que primeiramente apresento os trabalhos que consideram a rua não apenas como espaço de moradia, mas também de realização de outras atividades, como lazer e trabalho. Para início dessa descrição, destaco os três estudos censitários que ocorreram em Porto Alegre por esta ser a cidade em que a presente pesquisa foi desenvolvida.

O estudo realizado no Rio Grande do Sul não englobou apenas a capital do estado, mas também a região metropolitana. Esta pesquisa, que foi realizada em conjunto com a UNICEF, utilizou a seguinte tipologia para definir a infância e

juventude de rua: “crianças e adolescentes que têm na rua seu principal espaço de sobrevivência, socialização e lazer, tendo ou não local de moradia como referência e vinculação com a família natural ou substituta” (GOVERNO DO ESTADO, 1996, p. 72). Em contrapartida, na pesquisa de 2004, em que foram abordadas as mesmas regiões – Porto Alegre e os arredores - é possível inferir que não se teve uma definição a priori sobre situação de rua, mas se teve espaço para uma reflexão sobre o conceito após a obtenção dos dados, sendo que:

“(…) consideramos como crianças e adolescentes em situação de rua aqueles que são identificados pela sociedade, pelas instituições, pelas organizações sociais e por seus próprios pares como tais” (GOVERNO DO ESTADO, 2004, p.16).

No ano de 2004, foram utilizadas três caracterizações para identificar crianças em situação de rua, sendo elas: *o território, a aparência e a atividade que estava sendo executada na rua*. As questões abordadas nas entrevistas abarcavam desde a idade, raça/cor, atividades realizadas na rua até informações sobre a família e vínculo com instituições. Os objetivos do estudo eram os de:

“Recensar, conhecer os modos de vida e as representações que correspondem ao ‘mundo social’ desta população infanto-juvenil, bem como identificar seus perfis socioeconômicos e culturais, mapear os locais por ela utilizados, identificar estratégias de sobrevivência e de sociabilidade; estudar suas representações coletivas, seus desejos, suas demandas e sua visão de mundo” (GRANPAL, 2004, p.8).

O censo mais atual sobre crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre é de 2008 e, assim como a pesquisa realizada em 2004, o estudo utilizou uma perspectiva relacional para guiar a pesquisa, buscando compreender este público a partir das relações empregadas com instituições, seus pares e pela própria sociedade. Apesar de deixar a definição aberta para uma interpretação e maior conhecimento dela a partir da realidade vivenciada em campo, foi preciso definir parâmetros para organizar a pesquisa. Ou seja, definir quais características deveriam ser observadas para se chegar até a criança ou o adolescente em situação de rua, sendo elas:

“a) Equipamentos destinados à acolhida de um público infanto-juvenil considerado em situação de rua; b) o território ocupado por crianças e adolescentes, seja para sobrevivência, habitação, socialização e/ou lazer, mesmo que de forma situacional; c) a aparência e a cultura material dessas crianças e adolescentes indicativos de situação de rua; d) a atividade e as formas de ocupação do tempo nos logradouros em que se encontravam no momento da abordagem (...)” (GEHLEN atall, 2008, p. 75)

Assim como no estudo censitário de 2004 realizado em Porto Alegre, o censo de São Paulo, realizado nos anos de 2006 e 2007, foram utilizadas as mesmas três características para se reconhecer uma criança ou adolescente em situação de rua, sendo estas a *aparência*, o *território em que estavam* e a *atividade exercida*. Esta pesquisa passou por três etapas, sendo que este também era o número de questões que norteavam a pesquisa, sendo elas: a identificação dos espaços onde crianças e adolescentes em situação de rua costumam ficar; o tamanho desta população e; algumas informações relativas a vínculo familiar e as condições de trabalho e de vida nas ruas. É importante ressaltar que crianças com menos de sete anos não foram contabilizadas na pesquisa, pois não poderiam conceder uma entrevista e no estudo foi utilizada a seguinte tipologia para definir o público, em que consideravam não apenas a situação de rua moradia, mas também a de sobrevivência:

“São consideradas crianças e adolescentes em situação de rua aqueles com até 18 anos, sós ou acompanhados de familiares, que ficam nas ruas por períodos do dia, da semana ou permanentemente, utilizando-as como moradia e/ou espaço privilegiado de garantia da sobrevivência, socialização e lazer, excetuando-se os casos daqueles que ficam brincando ou circulando nas proximidades de suas residências” (SMADS & FIPE, 2007, p.28).

Em contrapartida aos quatro censos citados acima – os três de Porto Alegre e o de São Paulo - que consideravam nas contagens situações em que existia uma situação de sobrevivência nas ruas, o estudo de Fortaleza (2007), considerava a situação de rua quando a criança ou adolescente estava a “pelo menos dois dias e duas noites fora de casa e vínculos familiares interrompidos ou fragilizados” (ABREU, 2009, p.43). A situação de sobrevivência nas ruas não foi computada como uma situação de rua, mas sim apenas o morar no espaço público e o rompimento familiar. Assim como no censo de Fortaleza, o de Recife (2005) também apresenta como critério para reconhecer este público a fragilização ou interrupção dos laços familiares e consideraram para a contagem apenas os indivíduos que vivam na rua. Os objetivos das duas pesquisas também se aproximam no que diz respeito ao objetivo, o de conhecer uma população para assim se pensar em políticas e formas de intervenção. Sendo que destaco abaixo o intuito da capital de Pernambuco:

“Realizar pesquisa censitária e de análise qualitativa sobre a população em situação de rua na cidade de Recife que possibilitasse fazer generalizações acerca desse grupo populacional, subsidiar a formulação e reformulação de políticas públicas efetuando comparações posteriores” (ABREU, 2009, p. 50)

Á nível nacional, as crianças e adolescentes não foram contabilizados no Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, realizado nos anos 2007 e 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>10</sup>. O público alvo deste estudo, eram pessoas que possuíam idade igual ou superior a 18 anos e que estavam em situação de rua. Apenas no ano de 2011 foi publicado o primeiro censo nacional sobre crianças e adolescentes em situação de rua relativo a um campo realizado em 2010, através de um convênio firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDEST).

O estudo foi realizado em cidades que possuíam um número de habitantes superior a 300 mil, totalizando 75 territórios pesquisados. O número total de meninos e meninas em *situação de rua* identificados pela pesquisa foi 23.973 indivíduos e o levantamento abarcava indicadores como sexo, faixa etária, nível de escolaridade, renda familiar, entre outros. Apesar das críticas que o censo recebeu, como o curto período em que foi realizado e a falta de comunicação do instituto responsável pela execução da pesquisa com instituições locais voltadas para o público em questão (RIZZINI et al, 2010), é possível identificar a movimentação dos entrevistados entre a rua, família e instituições. De acordo com os dados pode-se inferir que a pesquisa censitária considerou como situação de rua não apenas aqueles que dormiam nas ruas, mas também os que passavam o dia neste espaço desenvolvendo outras atividades e que eventualmente ou diariamente pernoitavam em suas residências.

Como é descrito no documento da *Campanha Nacional Criança Não é de Rua (CNER)*, não apenas as metodologias e tipologias são diversas, mas também as faixas etárias que compõe o universo pesquisado. Como exemplo, o limite etário estabelecido pelo estudo de São Paulo, em que o universo de pesquisa abarcava apenas indivíduos entre sete e 17 anos, o que exclui uma parcela de crianças que poderiam ser identificadas como em situação de rua por não se adequarem à idade configurada. Nos outros trabalhos citados acima, a faixa etária seguia as idades de 0 a 18 anos. Apesar das diversas formas como a situação de rua é produzida, existe uma iniciativa nacional – *A Campanha Nacional Criança Não é de Rua (CNER)* – que possui como objetivo

---

<sup>10</sup> O censo está disponível na seguinte página: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n104%20-%20PRIMEIRO%20CENSO%20E%20PESQUISA%20NACIONAL%20SOBRE%20A%20POPULACAO%20EM%20SITUACAO%20DE%20RUA.pdf>. Consulta em janeiro de 2016.

oferecer insumos para a criação de uma política pública voltada para a infância e juventude de rua, visto que não percebem as especificidades de crianças e adolescentes como contempladas no primeiro censo da população em situação de rua.

Além da criação desta proposta política, a CNER tem uma série de tipificações que caracterizariam e identificariam o jovem uma situação de rua. Sendo elas: 1) Situação de trabalho nas ruas; 2) Situação de pedir nas ruas; 3) Situação de abuso e exploração sexual nas ruas; 4) Situação de uso abusivo de álcool e outras drogas nas ruas; 5) Situação de ameaça de morte nas ruas; 6) Situação de pernoite ou moradia nas ruas de crianças e adolescentes; 7) Situação de pernoite ou moradia nas ruas de crianças e adolescentes acompanhados da família. Para a CNER, crianças e adolescentes em situação de rua são:

“Crianças e adolescentes, caracterizados por sua heterogeneidade (diversidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, situação socioeconômica, de opção política, entre outros), pela interrupção ou pela fragilidade dos vínculos familiares, com dificuldade de acesso às políticas públicas, utilizando logradouros públicos e/ou áreas degradadas de forma permanente ou intermitente” (CNER, 2014, p.17).

## **2.6 Categorias, números e formas de gestão.**

Como é possível verificar através dos exemplos dos censos e pesquisas, ocorreu uma maior preocupação em relação a crianças e adolescentes de rua a partir dos anos 80. Tem-se também uma preocupação em como identificar o jovem de rua, sendo que cada município os reconhece de formas distintas. Nesses documentos existe uma proliferação de perguntas sobre quem são esses indivíduos, diversos indicadores que servem para compreender tal realidade, assim como nos censos utilizados pela Europa, em que diversos saberes estiveram preocupados com determinados fenômenos do período e que ansiavam por conhecer melhor a população que ocupava as cidades (HACKING, 1982). Ian Hacking (1982), discorre que diretamente proporcional ao aumento das contagens, houve também um aumento das categorias utilizadas para se classificar as populações, pois “a enumeração é faminta por categorias” (HACKING, 1982, p. 280, tradução nossa). Esses sistemas de classificações proliferados pelo fetichismo por números, criaram categorias que as pessoas deveriam ocupar, aumentando também o conhecimento sobre o ser humano (HACKING, 1982).

As estatísticas e os seus efeitos tornaram-se uma técnica fundamental para governar a população. De acordo com Michel Foucault (1979, 2000), as contagens serão utilizadas para conhecer este corpo social e os seus fenômenos regulares, como mortalidade, natalidade, epidemias, dentre outros. Como essa técnica de governo tem como intuito manter o equilíbrio social, torna-se de fundamental importância apreender quais são os seus mecanismos considerados como naturais para assim compreender o que foge aos números considerados como estáveis. As intervenções realizadas neste corpo não serão diretas, mas sim através de técnicas sutis e seguindo um princípio de governo mínimo e a distância. O fim do governo é de manter a saúde e o bem-estar populacional, assim como os objetivos apresentados pelos censos, cujo primeiro objetivo é conhecer essa população que é considerada como um problema social, para posteriormente se criarem políticas e intervenções destinados ao público em questão.

Os números, assim como as porcentagens e demais cruzamentos de dados quantitativos, possuem uma centralidade nos censos, pois é através das contagens que se torna possível identificar, por exemplo, qual o número de crianças e adolescentes que estão em situação de rua em determinada região. Através de indicadores demográficos como sexo, idade, escolaridade, motivos da situação de rua é possível traduzir em números realidades tão singulares. A tradução não tem apenas como finalidade conhecer uma população, mas sim realizar intervenções sutis em seus cotidianos, conforme o objetivo que pretendem. Essas técnicas tem o intuito de fazer com que as próprias pessoas passem a refletir sobre determinada questão e modifiquem seus hábitos ou pensamentos conforme o objetivo da intervenção, o que indica que os números são uma forma de governo (GREENHALGH, 2005).

As contagens servem para quantificar o mundo concreto e para realizar diagnósticos sobre determinadas populações. Os indicadores podem ser pensados como um mecanismo de poder, pois eles fixam uma maneira de como o mundo é entendido, padronizando realidades e também criam conhecimento, que será utilizado para a gestão de populações. Através dessa simplificação, os indicadores traduzem em números a complexidade dos fenômenos e da vida humana (MERRY, 2011), e esse entendimento que se tem sobre diversos aspectos do mundo pode exercer uma influência na maneira pela qual os governantes desejam conduzir suas taxas. Utilizando-se de métodos comparativos, pode-se, por exemplo, ter como meta atingir uma taxa que é de um país de primeiro mundo em um país mais periférico com condições e formas de vida

totalmente diferentes da nação considerada como desenvolvida (GREENHALGH, 2005).

Os censos também atuam como uma forma de criar legibilidade a determinados grupos, ou seja, inscrevem certos segmentos em linguagens que os agentes do governo conseguem compreender, sendo que, de acordo com James Scott (1998), a legibilidade é uma das questões centrais do Estado moderno. Inscrever determinadas populações em mecanismos como censos é uma forma de obter conhecimento sobre quem elas são e o que fazem, para assim poder governá-las melhor. É importante ressaltar que existem resistências em relação ao projeto de legibilidade que os agentes do governo tanto anseiam, ou seja, as pessoas podem não se inscreverem totalmente dentro desses mecanismos, podendo por exemplo, omitir seus dados em alguma pesquisa censitária ou fugir de algum cadastramento (SCOTT, 1998).

Essa inscrição, para o autor, é realizada no formato de *mapas abreviados*, ou seja, através de práticas bastante complexas de normalização, padronização e simplificação dessas realidades para assim elas se tornarem legíveis ao Estado. O próprio exemplo citado acima sobre a *Campanha Nacional Criança Não é de Rua* – a luta para se criar uma política destinada a crianças e adolescentes em situação de rua - pode ser interpretada como uma forma de inscrever determinadas populações dentro dos mecanismos pelos quais se governa. Ou seja, a partir de uma proliferação de categorias que indicam o que é a situação de rua, pretendem não apenas quantificar esse número de pessoas, mas também a garantia de direitos e proteção. A questão de como governar populações está intimamente ligada com a produção dos números (SCOTT, 1998) e, apesar das certezas que a linguagem estatística parece indicar, elas são também uma fonte de incerteza para o próprio Estado, pois para que se tenha uma contagem é necessária uma categorização e categorizar implica uma abstração. Isto é, incluir em um mesmo rótulo padronizado e uniforme as experiências e contextos diversos das pessoas (ASAD, 2004).

Percebo a forma pela qual crianças e adolescentes em situação de rua têm sido classificadas como uma tentativa de construção de uma população e como uma inclusão de diversas experiências dentro de um conceito, padronizando e uniformizando a complexidade das situações que vivenciam. Essa tentativa de inscrever grupos dentro de mecanismos como os censos pode ser pensada como uma forma de governar

determinadas populações, mas também é uma forma de ao dar legibilidade ao grupo em questão, os tornar visíveis para as políticas de governo. Essa ambiguidade entre formas de intervenção, controle e acesso a direitos está intimamente ligada a produção de categorias e produção de números para se conhecer essa população. Mais do que apenas analisar os dados incluídos nessas pesquisas censitárias, a minha intenção foi de demonstrar que esses trabalhos estão ligados a técnicas específicas de governo, técnicas que tem como fim uma população que deve ser medida e regulada. Dizendo em outras palavras, a construção desses números e de categorias que os habitam nada mais são do que uma forma de governo.

A revisão bibliográfica sobre os sistemas classificatórios da infância e juventude e a produção da situação de rua e seus efeitos e fins, serve como um fio teórico para compreender a proposta deste estudo etnográfico. A partir de uma descrição e reflexão sobre o trabalho de campo que realizei com os serviços de abordagem e acompanhamento à situação de rua em Porto Alegre será possível apreender como a situação de rua vem sendo tipificada na cidade, quais os limites na forma pela qual as categorias têm sido utilizadas e quais os efeitos do uso de determinados conceitos. No próximo capítulo realizo um breve histórico da proteção destinada a infância e juventude em situação de rua na capital do Rio Grande do Sul, assim como apresentarei detalhes sobre as equipes que acompanhei de forma mais próxima e uma descrição sobre uma das principais atividades do serviço: as *abordagens sistemáticas*.

### **3. A construção da problemática da situação de rua em Porto Alegre**

Com a revisão da literatura sobre infância e juventude em situação de rua exposta no capítulo anterior é possível apreender o caráter de construção deste fenômeno. Vimos que a visibilidade dessa temática como uma problemática que merecia atenção e intervenção se deu em grande parte devido ao contexto e saberes mobilizados no período. A atenção dos serviços destinados ao público em questão – na cidade de Porto Alegre - também teve uma data e um cenário propício para o seu surgimento. Não pretendo, neste capítulo, realizar uma densa descrição sobre como se deu o processo de implementação desta rede de proteção e os demais projetos vinculados a ela. O meu objetivo é, a partir de um histórico sobre esta rede, discorrer sobre os deslocamentos efetuados nos serviços destinados aos jovens configurados como em situação de rua no que diz respeito as reconfigurações que ocorreram no atendimento.

Trata-se de um capítulo mais descritivo, e cujo propósito é situar o leitor sobre os serviços voltados a crianças e adolescentes de rua anteriores ao programa Ação Rua e também realizar uma exposição deste programa, além de situar e apresentar as duas equipes que acompanhei de forma mais próxima neste trabalho. Para obter essas informações, utilizei publicações com o enfoque de realizar uma linha do tempo desses serviços e, também, entrevistas com a psicóloga Lirene Finkler e a assistente social Soraya Nicolaidis, técnicas sociais da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). A primeira está vinculada à FASC há 15 anos e a segunda desde 2001, ambas vivenciaram essas mudanças no atendimento e nas próprias práticas dos beneficiários do programa. Em relação à história das equipes e da entidade a qual elas estão vinculadas, adquiri tais informações a partir de entrevistas com os integrantes delas e através das observações das reuniões.

Para além dessa descrição sobre os programas antigos e o atual, finalizo este assunto com a análise e apresentação de uma das atividades centrais do Ação Rua: as *sistemáticas*. Trata-se de uma atividade realizada pelos educadores sociais que consiste na busca por jovens e suas famílias que estejam realizando alguma prática configurada por esses agentes como situação de rua. Foi a partir da observação prática dessa atividade, quando sai com esses profissionais para acompanhar o processo de andar pela cidade a procura de determinadas situações, uma espécie de patrulha (FASSIN: 2013)

na busca por atividades suspeitas, que pode construir a narrativa que será apresentada a seguir.

### **3.1 Serviços de Proteção à Infância: breve histórico em Porto Alegre**

No âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a primeira iniciativa voltada para crianças e adolescentes que hoje classificamos como tendo direitos violados por conta da permanência na rua surgiu na capital do Rio Grande do Sul em 1993, a partir da implementação do Projeto Jovem Cidadão, cujo intuito era uma articulação entre a secretaria da saúde, educação e assistência social, atuando no atendimento integral desses indivíduos (PAICA-RUA, 2002). No ano seguinte, os serviços passaram a ser geridos pela Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC)<sup>11</sup>, e uma série de ações foram promovidas no final dos anos 90 e início dos anos 2000, como a constituição da Escola Aberta do Centro<sup>12</sup> e a criação da equipe de Educação Social de Rua<sup>13</sup> (ESR), cujo objetivo era “mapear a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua na região central da cidade, estabelecendo vínculos e possibilidades de superação desta situação” (PAICA-RUA, 2002, p. 14). Neste período também ocorreu a implantação de diversos programas e projetos destinados a infância e juventude e suas famílias, como o Projeto Sinal Verde (1995), o Programa Sócio-Familiar (1996) e ações dirigidas a saúde como o Ambulatório Pró-Jovem em 1997.

No ano de 1997, foi criado o Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas (PAICASUSPA), cujo enfoque estava no uso de substâncias psicoativas e na articulação intersetorial entre as redes (PAICA RUA, 2002; FINKLER, 2011). Este programa passou a se chamar, em 2001, de Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua/PAICA-RUA. Segundo publicação institucional, o PAICA seguia uma lógica de atenção voltada ao sujeito e não apenas à droga, e buscava um diálogo com diversos profissionais que atuavam na questão da infância e juventude (GIUGLIANI et al, 2010). Os anos de 2000 e 2001 também inauguraram novos serviços destinados à proteção de crianças e adolescentes em situação de rua, sendo eles a Casa de Acolhimento e o

---

<sup>11</sup> Em 2000, a FESC para a se chamar Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

<sup>12</sup> Conhecida atualmente como Escola Municipal de Porto Alegre (EPA)

<sup>13</sup> Era composto por profissionais ligados a secretaria da saúde, esporte, educação e assistência social.

Serviço de Acolhimento Noturno <sup>14</sup>, destinado a pernoite e cuidados aos adolescentes em situação de rua.

Uma das ações do PAICA-RUA foi o Serviço de Educação Social de Rua (SESRUA) e, a partir do momento que o SESRUA se vinculou à essa rede de proteção integral, em 2000, ele não apenas ganhou uma estrutura própria, mas também ampliou o território em que atuava, pois antes as abordagens estavam concentradas apenas no centro da cidade e, após esta vinculação, abre-se espaço para abordagens solicitadas pela população em toda a cidade de Porto Alegre (PAICA-RUA, 2002). Soraya Nicolaidis que trabalhou no Serviço de Educação Social de Rua, citou em entrevista que a base do trabalho que realizavam era a vinculação, ou seja, uma tentativa de se aproximar do jovem para assim conhecer a sua história, sua família e também inserí-lo em um espaço de proteção. A metodologia do trabalho do SESRUA centrava-se fundamentalmente em “ (...) observar, abordar, construir a história de vida da criança e do adolescente e a partir dessas informações poder trabalhar um projeto de intervenção (...)” (GIUGLIANI et al, 2010, p. 479).

Durante o período anterior ao surgimento do Ação Rua (entre os anos 2000 e 2007), surgiram outros serviços de abordagem que tinham em comum uma tentativa de ampliar as abordagens para além do centro da cidade, tendo como foco a inclusão do jovem dentro de programas da própria comunidade (PMPA, 2006). São exemplos dessas iniciativas o SASE- Travessia que atuava a partir de um convênio da FASC com o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA) e com ênfase nos territórios que eram considerados como tendo um maior número de situações de rua, sendo estes as regiões Leste; Glória/Cruzeiro/Cristal e Partenon/Lomba do Pinheiro (FINKLER: 2011). Em 2007, surge o Ação Rua, e o SESRUA torna-se um dos núcleos que compõe este novo programa e fica responsável pela região central da cidade.

### **3.2 Os deslocamentos dos serviços e o aparecimento do Ação Rua**

Após o breve histórico realizado acima, é possível notar uma série de modificações e novas implementações relativas às ações destinadas as crianças e adolescentes em situação de rua. Além de também apreender que o serviço Ação Rua

---

<sup>14</sup>A técnica social Soraya Nicolaidis pontua que o serviço é fechado em 2010 com a justificativa de que não havia mais demanda pelo serviço, ou seja, os adolescentes não acessavam mais o espaço com a mesma frequência que antes.

não surge sem um contexto e sem um cenário propício para o seu aparecimento, mas que ele é resultado de todo um passado envolvido na gestão e proteção da infância e juventude. De acordo com a técnica social Soraya Nicolaidis, o programa atual é resultado de um processo anterior de serviços, modificações e reflexões sobre a situação de rua. O Ação Rua, nascido em 2007, possuía como objetivo:

“Potencializar, junto às famílias e aos serviços por eles acessados, a capacidade de acolhimento às crianças e adolescentes que tem como região de origem aquele território específico, e que se encontram em situação de rua” (GIUGLIANI et al, 2010, p. 480).

O intuito do serviço, portanto, é ampliar a abrangência de atuação, pois existiam situações consideradas como de *vulnerabilidade* em outros territórios da cidade e não apenas na região central. Essas mudanças podem ser visualizadas através do quadro abaixo, onde estão incluídos os serviços de abordagem social mapeados acima e as modificações no que diz respeito a abrangência e tamanho das equipes:

1. *Tabela dos serviços de abordagem social voltados a crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre*<sup>15</sup>

| <b>Serviço/ Ação Social</b> | <b>Ano</b>  | <b>Área de Abrangência</b>   | <b>Número de equipes</b>   | <b>Deslocamentos</b>  |
|-----------------------------|-------------|--|--|---|
| Educação Social de Rua      | 1994 - 2000 | Apenas no Perímetro entre a Rodoviária e Praça da Alfândega (Região central de Porto Alegre) | Não tinha equipes formais e o número de pessoal era reduzido.          | Trata-se da primeira iniciativa de uma atividade de abordagem social em Porto Alegre. O foco estava apenas na região central da cidade. |
| SESRUA                      | 2000 – 2007 | Todo o município de Porto Alegre.  | Uma equipe com 15 integrantes (1 coordenação; 4 assistentes sociais; 1 | As abordagens aconteciam na região central, mas a proposta é a de que atividade   |

<sup>15</sup> Os dados obtidos para a construção desta tabela são provenientes das tabelas da tese de Lirene Finkler (2011) sobre o serviço Ação Rua e o histórico da rede e através das informações do Projeto Ação Rua.

|                |              |  |   |   |
|----------------|--------------|--|---|---|
|                |              |  | psicólogo; 1 assistente administrativo; 8 educadores sociais  | poderia ocorrer em outras regiões da cidade caso a população solicitasse  |
| SASE TRAVESSIA | 2004-2007    | Regionalizado em três regiões da cidade onde se considerava ter maiores situações de rua | Três equipes com um coordenador para todas. Cada equipe era formada por 1 assistente social, 1 psicólogo e 3 educadores sociais.        | Tentativa de realizar abordagens para além do centro da cidade, com proposta de acompanhar os jovens nos seus territórios e inclui-los nos serviços da região |
| Ação Rua       | 2007 – Atual | Todo o município de Porto Alegre com uma regionalização do serviço.                      | Atualmente é composto por 13 núcleos. Cada equipe <sup>16</sup> é formada por 1 articulador; 2 técnicos sociais e 4 educadores sociais. | Proposta de deslocar um atendimento que antes tinha como foco o centro da cidade para outras regiões da cidade.   |

Como é possível observar na tabela acima, a diferença entre o Ação Rua e as outras iniciativas citadas anteriormente e, principalmente, em relação ao seu precursor

<sup>16</sup> Com exceção da equipe do centro que possui uma equipe ampliada, com 1 articuladora; 4 técnicos sociais e; 6 educadores sociais.

SESRUA, está na regionalização do serviço e no aumento do número de profissionais atuando na questão da rua. No SESRUA, por exemplo, existia apenas uma equipe responsável por todo o município e a busca nas ruas por crianças e adolescentes ocorria como parte da rotina apenas na região central, a equipe se deslocava até as regiões periféricas da cidade apenas caso fossem solicitados. O próprio Projeto Ação Rua justifica a existência deste serviço como uma forma de se atentar para as situações de rua sobrevivência que ocorrem nas comunidades, com o objetivo de realizar um trabalho de prevenção para que os jovens não se dirijam para o centro da cidade.

O Ação Rua é, então, um serviço de abordagem social regionalizado composto por 13 equipes que atuam em diferentes regiões da cidade, ou seja, a área de atuação deste programa está em todo o território da cidade por compreender que a situação de rua não está localizada apenas no centro, mas também nas comunidades. A descrição deste serviço assim como sobre as suas formas de intervenção serão a temática da próxima seção.

### **3.3 O serviço Ação Rua**

Hoje, o serviço Ação Rua é quem atua na abordagem e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua. Como já referido, surgiu com uma proposta de não apenas olhar para as situações de rua da região central, mas de ampliar o seu território, por compreender que existem essas vivências em regiões mais periféricas da cidade. O programa faz parte da Proteção Especial de Média Complexidade e é composto por 13 equipes, sendo nove o número de entidades conveniadas a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Trata-se de um serviço estabelecido a partir de um convênio e cada equipe tem autonomia para organizar o trabalho de maneira própria, desde que sigam o objetivo do projeto Ação Rua e suas diretrizes, tornando-se função da FASC a supervisão e o monitoramento do trabalho realizado. O objetivo do programa é:

“Propor alternativas de alteração à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes que têm nela seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, ampliando e articulando os serviços da rede já existente e incluindo a criança/adolescente e sua família na Rede Sócio Assistencial do Município, visando a garantia de direitos e inclusão social.” (PMPA, 2006, p.6).

O serviço Ação Rua, como pontuado acima, atende toda a cidade de Porto Alegre e cada equipe é responsável por determinadas regiões na cidade, que são

estabelecidas e divididas conforme a divisão territorial proposta pelo Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP), abrangendo todo o município<sup>17</sup>. Cada equipe é formada por um/a psicólogo/a, um/a assistente social, quatro educadores/as e um/uma articulador/a, com exceção da equipe da região do centro que, a partir de 2011, teve a sua equipe ampliada. Esse processo ocorreu no início do projeto, quando dois núcleos eram responsáveis pela região central, sendo um deles uma entidade própria da FASC e a outra um núcleo conveniado. Em 2012 a equipe da FASC, que era composta por integrantes do SESRUA, se extinguiu e todo o território do centro passou a ser responsabilidade do convênio. Por ser um território bastante extenso e por ter uma demanda recorrente de abordagens, optou-se por ampliar a equipe para um total de seis educadores/as sociais, dois/duas assistentes sociais, dois/duas psicólogos/as e um/uma articulador/a que ficasse com o cargo da coordenação da equipe.

Segundo informações institucionais, a *abordagem* é uma das principais portas de entrada<sup>18</sup> do jovem no serviço. Ela é uma atividade realizada pelos educadores sociais e pode ser de dois tipos: *solicitada* e *sistemática*, sendo que a primeira é realizada a partir de informações que são passadas pela população através do telefone solicitando, por exemplo, a retirada de alguma criança na porta de algum edifício; e a segunda são os deslocamentos que os educadores sociais realizam nas regiões que cada equipe é responsável, na busca por crianças e adolescentes em situação de rua. O reconhecimento de uma situação de rua se dá através da observação das práticas dos jovens em determinados territórios da cidade e a partir do entendimento que o profissional têm sobre o que é configurado como estar na rua, tendo como eixo norteador as próprias classificações do serviço. O trabalho do Ação Rua, como será possível perceber ao longo deste trabalho, é realizado com base na criação do que configuram como *vínculo* e não a partir de práticas de coerção, ou seja, cabe aos beneficiários aderirem ou não aos encaminhamentos, conforme suas vontades.

As categorias utilizadas nas diretrizes do programa para classificar a infância e juventude em situação de rua são as de *rua moradia* e *rua sobrevivência*. O conceito foi elaborado por Irene Rizzini e UdiButler (2003) e significa:

---

<sup>17</sup> O mapa das regiões do Orçamento Participativo está disponível em:

<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zU5OUCIRxCgU.kLRJgc-vNi5M> . Acesso em 13/02/2016.

<sup>18</sup> É importante ressaltar que a abordagem não é o único meio pelo qual se chega até a criança ou o adolescente, os núcleos podem obter conhecimento sobre alguma situação a partir de encaminhamentos realizados por outros setores da assistência, da saúde, da educação, dentre outros.

“...a rua moradia refere-se ao uso do espaço da rua como campo principal de organização de suas atividades, incluindo a moradia, contrapondo-se à situação de rua sobrevivência, caracterizada predominantemente pelo trabalho infantil, sendo que a família ainda é a referência para a organização das atividades diárias (Rizzini & Buttler, 2003 apud Finkler, 2011, p.38)

As classificações que o serviço utiliza, apesar da vida social que possuem na prática cotidiana e que será aprofundado ao longo deste trabalho, servem para organizar a forma pela qual o programa se comunica entre si e a maneira pela qual é contabilizado o número de crianças e adolescentes que é configurado como situação de rua em Porto Alegre. As normativas e categorias também exercem uma influência na forma pela qual uma criança é reconhecida pelo serviço como praticando uma *situação de rua sobrevivência* devido à atividade realizada no momento. Como exemplo de legislações que inspiram e norteiam o trabalho do Ação Rua estão as do ECA e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho infantil e, de acordo com narrativas institucionais, essas diretrizes informam que não é apenas a faixa etária que delimita com qual idade o trabalho pode ser realizado, mas também as condições deste ofício, como situações de periculosidade e insalubridade. Segundo o artigo 60 do capítulo V Estatuto da Criança e do Adolescente “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 2014, p.33).

Esses ofícios foram tipificados na Convenção de 182 intitulada *Convençõesobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil* ratificada pelo Brasil em 2000, em que as piores formas de trabalho infantil são:

“a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes; e d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, e suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças”. (ANDI, 2007, p. 17).

Para verificar se os critérios para determinar se determinada prática se insere nas tipificações acima é necessário observar:

“(a) os trabalhos que expõem as crianças a abusos físicos, psicológico ou sexual; (b) os trabalhos subterrâneos, debaixo da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados; (c) os trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas; (d) os trabalhos em ambiente insalubre que possam, por exemplo, expor as crianças a substâncias, agentes ou processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; e (e) os trabalhos em condições particularmente difíceis, como trabalho por longas horas ou noturno, ou trabalhos em que a criança é injustificadamente confinada às dependências do empregador”. (ANDI, 2007, p.18).

Como foi possível observar durante o trabalho de campo e em conversas informais, é inspirado nessas diretrizes que as equipes que compõe o Ação Rua reconhecem e configuram os casos que atendem como em *situação de rua sobrevivência*, ou seja, meninas e/ou meninos vinculados ao trabalho infantil. De acordo a equipe da Lomba do Pinheiro, é a ação que o menino ou menina está praticando no momento, aliada a um conhecimento sobre os pontos do território em que ocorrem atividades de trabalho infantil, que será possível identificá-lo. E as situações encontradas pelas equipes variam, segundo este núcleo, conforme as especificidades do território, onde grande parte da sobrevivência estaria ligada ao tráfico de drogas, atividades de comércio, trabalho nos ferros velhos, reciclagens e a mendicância.

Segundo relatos institucionais, o Ação Rua também segue o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) em relação às faixas etárias, no que diz respeito à idade de quem deve *abordado* nas ruas, mas existe uma brecha em relação a quem deve ser *acompanhado*. São considerados como crianças os indivíduos que tenham até 12 anos incompletos e adolescente que estejam dentro da faixa etária de 12 a 18 anos. Apesar do ECA estabelecer uma idade limite para a adolescência, o serviço atende casos que são nomeados como *jovens adultos*. Segundo os profissionais, tratam-se de meninos e/ou meninas que já são acompanhados pelo serviço e atingiram a maioridade, mas não superaram a situação de rua. O limite etário que se pretende para continuar nesta proteção especial - quando o indivíduo já foi atendido pelo serviço - é de 21 anos. Quando atingir essa idade, segundo as equipes, deve-se verificar se é possível realizar o seu desligamento ou pensar em um possível encaminhamento para a rede de adultos, caso ainda exista a necessidade de um atendimento da rede de assistência social.

Através do trabalho de campo foi possível concluir que é a partir da observação de um cenário que é configurado como *rua sobrevivência* - seja pela idade, periculosidade e/ou período do ofício - ou *rua moradia* que o indivíduo será reconhecido e são esses conceitos que serão preenchidos nos documentos para assim classificá-los conforme a atividade realizada no momento. Esse reconhecimento da situação, como pontuei acima, pode ocorrer de diversas formas, por exemplo, quando os educadores sociais saem na busca ativa por jovens em situação de rua, quando outro serviço encaminha algum caso ou até mesmo quando um pedestre identifica uma criança na rua e comunica o programa. Conhecer o território torna-se fundamental para o reconhecimento dessas práticas, pois a partir do conhecimento de determinada região é possível apreender quais os locais de maior circulação de crianças e adolescentes em situação de rua, assim como a delimitação de fronteiras entre quem é responsável por cada espaço da cidade também serve para a própria organização da prática profissional.

Como foi possível notar durante a pesquisa, essa fragmentação do território da capital do Rio Grande do Sul influencia a própria forma pela qual são fixados os limites de atuação dos núcleos do Ação Rua, assim como a própria prática profissional, como quando, por exemplo, apenas realizam o acompanhamento de famílias que residem na localidade que atendem. De acordo com a equipe que atende a região central, se uma criança é vista, por exemplo, em situação de rua na região do centro da cidade e é abordada pelos educadores, tenta-se descobrir qual a sua região de referência, ou seja, o local que ela considera como sua moradia ou onde estão as suas relações familiares mais próximas.

Caso ela não habite o território que corresponde ao centro e que é atendido pela Associação Inter Comunitária de Atendimento Social (AICAS), os educadores entram em contato com a equipe responsável pela região. De acordo com falas dos trabalhadores da AICAS, o território de referência da criança também organiza o próprio trabalho de abordagem dos educadores de alguns núcleos, pois existem casos em que a região que é responsável pelo acompanhamento do jovem pede que ele não seja abordado por outra equipe, caso ele seja visto em outra região, para que isso não afete o trabalho e o *vínculo* que eles vêm desenvolvendo.

De acordo com falas institucionais, os territórios da cidade influem no tipo de encaminhamento que pode ser dado para cada situação, pois algumas regiões possuem

mais recursos e serviços do que outras, além de serem distintas em termos de tamanho populacional, *número de abordagens, diferenças nas situações de rua* que são empregadas e no *número de famílias acompanhadas*. No centro, segundo os integrantes da equipe que é responsável por esse território, tem-se, por exemplo, um número alto de *abordagens*, pois é um local em que muitos adolescentes e crianças se dirigem para realizar algum tipo de trabalho ou até mesmo para morar. Como o centro da cidade é um ponto onde muitos adolescentes e crianças se dirigem, ocorre uma comunicação frequente entre todas as unidades e também abordagens conjuntas.

Como demonstra Milena Cassal Pereira (2014), ao comparar as brincadeiras de crianças em dois espaços de Porto Alegre – o Quilombo do Areal e a Praça Itália – o território também influi na própria forma como os serviços da assistência social reconhecem as crianças e adolescentes que os ocupam. Na pesquisa da autora, apenas os jovens que utilizam a praça, por esta ficar em um território que não corresponde ao que eles habitam e por estarem longe dos responsáveis, eram configurados como em situação de rua. A proposta da autora, que já foi educadora social do Ação Rua, foi compreender como os próprios usuários deste local entendiam suas experiências e como, em grande parte das vezes, a interpretação que tinham de si e da rua não correspondia a como as equipes os incluíam – como estando em situação de rua.

Foi possível observar que o território influencia não apenas o tipo de atividade das equipes, mas também a forma pela qual podem interpretar as situações que são observadas, devido a um conhecimento prévio sobre a região que atendem, já que cada núcleo atende determinados espaços da cidade e possui semelhanças e distinções nas situações atendidas. Neste estudo apenas me detive em dois núcleos, que atendem localidades bastante distintas entre si. A seguir, realizo uma descrição dos dois núcleos que acompanhei de forma mais próxima, assim como discuto as semelhanças e diferenças entre a atuação e o território que atendem.

### **3.4 As equipes acompanhadas e as práticas cotidianas**

Para a realização deste estudo, me concentrei na observação de algumas das práticas cotidianas de duas das 13 equipes que compõem o Ação Rua, sendo que uma delas atua na região central e outra em uma região mais periférica da cidade. Nesta seção, pretendo apresentar um breve histórico das instituições que comportam esses

núcleos, descrever a comunicação e ações que realizam em conjunto e as diferenças e semelhanças na forma como atuam e organizam o cotidiano profissional. Para dar início a descrição etnográfica, seguirei a ordem de inserção de campo, ou seja, a primeira equipe a ser apresentada será da Lomba do Pinheiro, pois foi o núcleo onde iniciei a presente pesquisa. Essas informações foram adquiridas a partir dos relatos das próprias equipes sobre a história das entidades as quais os núcleos estão vinculados.

A equipe de Lomba do Pinheiro faz parte das ações do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA) e, de acordo com relatos dos profissionais, trata-se de uma instituição criada por freis, ou seja, tem uma base católica e foi fundada nos princípios de Francisco de Assis, sendo um deles a humildade. O CPCA, de acordo com as falas da equipe, existe há cerca de 30 anos e a sua criação ocorreu devido ao próprio movimento e ações dos freis, que antes estavam situados no interior do Rio Grande do Sul e que posteriormente se mudaram para a capital. Quando chegaram a Porto Alegre, optaram por permanecer na região da Lomba do Pinheiro, por ser um ambiente bastante rural e que ainda não contava com asfalto e nem água encanada. Foi nesta localidade que montaram uma paróquia e, posteriormente, criaram uma creche, pois uma de suas preocupações era a família e os seus filhos, em específico, sobre onde os pais deixariam suas crianças quando fossem trabalhar. Realizaram essas construções com doações, principalmente de amigos que tinham na Alemanha e com dinheiro advindo do Estado. Todos os serviços eram gratuitos para comunidade e não eram voltados também apenas para os católicos, pois todos poderiam usufruir do serviço, independente do credo.

Segundo a narrativa que me foi contada, um tempo depois, quando os freis se reuniram novamente, perceberam que a próxima missão que lhes cabia era a realização de um trabalho voltado para crianças mais velhas. Logo, o que fizeram foi transferir as creches para lideranças comunitárias e criar um centro voltado para este público. Foram construídos prédios para atender esta demanda sob a denominação de *Centro de Proteção do Menor*, e com o advento do ECA, a nomenclatura foi modificada em 1992, assim como o foco do trabalho. O novo objetivo seria, portanto, o atendimento às famílias mais excluídas dentro da comunidade. Hoje, o centro cresceu e conta com em torno de 200 funcionários e desenvolve uma série de projetos voltados à comunidade, como o próprio Ação Rua, o Telecentro, o Projeto Orquestra Villa Lobos, Programa Jovem Aprendiz, o Serviço de Convivência para crianças e adolescentes - um deles é

voltado para a faixa etária de seis a 14 anos e outro para adolescentes de 15 até 18 anos, com enfoque no mundo do trabalho -, dentre outras ações voltadas tanto os jovens como para suas famílias.

O núcleo que atende a região do Centro, por sua vez, é vinculado à Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social (AICAS). Segundo relatos institucionais, a instituição, que no seu início se chamava Associação Casa Menina de Rua, tem 21 anos de história e é composta por congregações religiosas. Na época do seu surgimento, o objetivo era atender apenas meninas em situação de rua, sendo também um espaço de convivência e acolhimento, pois as garotas iam até a instituição para passar o dia, fazer atividades, se alimentar, tomar banho, entre outros, e recebiam um atendimento com uma assistente social. Com o passar dos anos, em torno de 2002, a instituição foi mantendo convênios com a Prefeitura de Porto Alegre e assim ampliou o seu quadro de funcionários e o público de atendimento, constituindo serviços voltados para o atendimento a famílias que moravam em determinadas regiões da cidade.

No ano de 2006, a Associação Casa Menina de Rua passa a receber o nome de Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social (AICAS). De acordo com informações dos profissionais vinculados a este centro, o nome atual do local foi pensado em termos de uma ampliação, visto que outras comunidades seriam atendidas, não apenas meninas em situação de rua, e por compreender que não era apenas uma congregação religiosa católica que compunha a instituição, mas sim várias. É no ano de 2007 que a AICAS se candidata e é aprovado no edital aberto para compor o Projeto Ação Rua para atender a região do centro da cidade. No início, o núcleo era composto por quatro educadores, dois técnicos e a coordenação, assim como determinava o projeto inicial. A área de abrangência era também bastante específica e correspondia ao Centro Histórico, pois na época existia um núcleo próprio da FASC que atendia a região central. O que se tinha então eram duas equipes que dividiam o território, ou seja, tinham o olhar voltado para as situações de rua do centro da cidade.

Segundo os profissionais, em 2012, com a chegada do SUAS e a implantação dos CREAS e dos CRAS, esse núcleo próprio da FASC acaba por se agregar ao CREAS da região centro, atuando em um serviço de abordagem destinado a população adulta. É nesse período que a AICAS recebe a proposta de ampliar o território que atuava, ou seja, ser responsável por toda a região central que antes era atendida pelo outro núcleo.

Por se entender que este espaço era bastante extenso e com muita demanda, propõe-se uma ampliação também da equipe, o que corresponde a atual formação: seis educadores sociais, quatro técnicos e uma articuladora, um total de 11 pessoas. Atualmente são apenas duas congregações – Coração de Maria e Divina Providência - que mantêm e que fazem parte da instituição.

Observei durante a pesquisa que o ofício efetuado pelos dois núcleos, por se tratarem de equipes de diferentes tamanhos e que atuam em territórios que têm suas especificidades, possuem algumas distinções na própria maneira como o trabalho é organizado e nas demandas que são solicitadas. Uma diferença reside na própria maneira como é organizada a rotina dos educadores sociais. Esses profissionais realizam uma das atividades rotineiras do Ação Rua, a *abordagem social*, que pode ser demandada pelo público externo ou pode significar uma saída para determinado ponto da cidade que corresponde ao seu território de ação para mapear e observar o espaço e as atividades realizadas neste, buscando crianças e adolescentes em situação de rua.

Como foi pontuado em uma reunião que observei na sede da AICAS, os educadores que são responsáveis pelo centro da cidade saem para as ruas todos os dias, pois se trata de uma localidade que possui um fluxo grande de jovens que saem da sua região de origem e vão até o centro passar o dia para realizar alguma atividade de trabalho, para mendicância ou até mesmo para morar. Segundo os profissionais, todas as terças-feiras os educadores, divididos em duplas fixas, realizam uma agenda para definir quais pontos irão percorrer. Os territórios do centro também possuem fronteiras, ou seja, cada dupla é responsável por um recorte territorial.

Em contrapartida, na região da Lomba, a ida às ruas em busca de crianças e adolescentes configurados como em *situação de rua* não ocorre todos os dias da semana e as duplas não me pareceram ser tão fixas. Outra diferença reside no número de *solicitadas*, ou seja, ligações de pessoas que moram na região alegando ter alguma criança ou adolescente em situação de rua na frente de suas casas ou estabelecimentos comerciais. Quando indaguei o núcleo da Lomba sobre a quantidade de telefonemas deste tipo, eles me informaram que o número era muito reduzido, enquanto no núcleo do Centro, por sua vez, as ligações são muito frequentes, e inclusive presenciei momentos em que educadores e/ou algum técnico precisou sair de uma reunião geral para ir atender uma demanda que foi solicitada.

Como percebi ao longo do trabalho de campo, outra diferença reside no número de *acompanhamentos* realizados. Essa prática consiste em realizar um atendimento e, como o próprio nome já diz, um acompanhamento não apenas da criança e do adolescente em situação de rua, mas também da sua rede familiar e, essa ação, que será aprofundada na seção a seguir, é realizada quando a família mora na região em que o núcleo atua. Não apenas o número de solicitadas diverge de uma equipe para outra, mas também o número de famílias que são acompanhadas. De acordo com os dados da equipe da Lomba do Pinheiro, por exemplo, um total de 60 famílias são acompanhadas, enquanto que, de acordo com as informações da AICAS, tem-se em torno de 30 famílias, um número bem menor. Acredito que isso se deve principalmente as próprias práticas das crianças e adolescentes configurados como em situação de rua, que muitas vezes se deslocam de suas regiões de origem para a região central da cidade.

Não se deve também perder de vista que estamos falando – sem querer fazer generalizações simplistas e estereotipadas – de famílias pobres que habitam localidades mais distantes do Centro da cidade e que estão, em sua maioria, inseridas em vilas e comunidades de Porto Alegre, onde as moradias são mais acessíveis em termos financeiros. O centro é onde se concentra o grande fluxo e movimentação dos jovens e suas famílias para realizar atividades diversas, mas não é um local de residência de grande parte dos indivíduos atendidos e abordados pelo Ação Rua. Segundo os profissionais, grande parte das redes familiares que são acompanhadas pela AICAS habitam algumas vilas e invasões que estão dentro do território central, região que possui várias áreas nobres. Acredito que os indicadores relativos ao número de famílias abordadas refletem também a própria forma como os indivíduos acompanhados pelo programa acessam e habitam a cidade.

Outra distinção entre os territórios está nos próprios números de abordagens que ocorrem nas duas regiões. O Centro é conhecido por ser um local de trânsito de pessoas e de moradia de jovens que se deslocam de outras regiões para ali se fixar. No mês de outubro de 2015, por exemplo, de acordo com dados institucionais, a região do centro teve um total de 68 *abordados*, dentro deste número, tinha-se um total de 43 crianças e adolescentes e 25 adultos. Na Lomba do Pinheiro, segundo fontes da equipe, no mesmo mês, teve-se um total de 12 crianças e adolescentes que foram *abordados*. Como será descrito a seguir, configurar uma ação como *abordagem* significa que ocorreu um

diálogo entre o educador social e a criança ou o adolescente, não apenas que foram observadas as situações.

As comparações realizadas, tanto no nível do número de famílias atendidas e no número de abordagens em cada núcleo, servem para identificar as próprias características dos trabalhos executados em cada região. Com esta afirmação, não quero dizer que na Lomba apenas se trabalha com as famílias e no Centro com as abordagens, mas demonstrar como as características do espaço e a movimentação das pessoas por essas regiões influencia a prática profissional das equipes que compõe o programa. A seguir, meu objetivo é aprofundar algumas dessas atividades realizadas no dia-a-dia, começando por uma das portas entradas do jovem no serviço: as *sistemáticas*.

### **3.5 As abordagens sistemáticas**

A *abordagem sistemática* é uma atividade realizada pelos educadores sociais que consiste em explorar o território que atuam na tentativa de reconhecer, localizar e criar um vínculo com crianças e adolescentes realizando *situação de rua*. Além dessa função, também procuram conhecer o território, mapear pontos importantes, como escolas, postos de saúde e locais em que é comum encontrar jovens na rua. De acordo com falas das equipes, nem toda *sistemática* acaba necessariamente em *abordagem*. Para que ocorra a *abordagem*, é necessário identificar e conversar com a criança que foi identificada como uma situação de rua. As *sistemáticas* também podem ser feitas de diversas formas, seja a pé, de carro e até mesmo de ônibus, e qualquer que seja o meio de transporte usado, a técnica parece ser a mesma, um trabalho que se aproxima do antropólogo no que diz respeito à observação e ao treinamento de um olhar que percebe situações que podem fugir dos olhos de outros transeuntes.

A observação é uma técnica central no trabalho do educador social, pois é através dela que será possível identificar e ter a certeza sobre alguma situação encontrada. Segundo relatos dos profissionais, o próprio reconhecimento de uma situação de rua depende do ato de observar, pois é necessário localizar na cena elementos necessários para que ocorra a *abordagem*. Para a equipe do Centro, o fato da criança estar nesta localidade não faz com que ela seja abordada, ela precisa realizar alguma ação – como estar pedindo dinheiro ou vendendo algo – para que o educador se aproxime e comece um diálogo. Foi também pontuado – em relação a região do Centro -

que o próprio trabalho realizado a partir de duplas também contribui para esse reconhecimento das situações, pois pode ocorrer de uma criança ou adolescente ser visto andando pelo centro sem um responsável mais de uma vez, o que chama a atenção dos olhos atentos da equipe.

Segundo meus interlocutores, o trabalho da *sistemática* serve para visualizar as situações, sendo a *abordagem* um *processo* e um *resultado* desse trabalho de observação. De acordo com os profissionais da Lomba do Pinheiro, quando, por exemplo, se tem dúvida sobre uma cena que se está observando, o caminho é muitas vezes não abordar naquele exato momento, e sim realizar uma observação daquela situação e daqueles indivíduos por mais tempo para assim ter elementos que proporcionem uma certeza maior sobre a prática. Segundo suas falas, reconhecer uma criança ou um adolescente em situação de rua não é ter como base a vestimenta de uma criança, mas a *ação* que ela está executando, assim como o *território* onde ela está presente. De acordo com o núcleo da AICAS, é a partir de um olhar atento para as minúcias da cena que está acontecendo e da informação que por vezes se tem sobre aquela pessoa que será possível conseguir insumos suficientes para que ocorra a aproximação e a abordagem, em que é através dessa prática que será possível manter um vínculo e também conseguir informações sobre quem é aquela criança ou adolescente.

Pretendo descrever a organização das sistemáticas da equipe que atende a região central da cidade, a AICAS. Como citado anteriormente, esse núcleo possui uma equipe maior do que as outras, por se tratar de um território que possui uma maior incidência de casos, tendo, então, seis educadores sociais e não quatro como nas outras. O trabalho das sistemáticas é dividido em duplas, normalmente uma pessoa do sexo masculino e outra do feminino, e cada par é responsável por determinados bairros da região que atendem. De acordo com os trabalhadores, o Centro da cidade é o local que tem hoje mais abordagens, ou seja, para onde grande parte das crianças e adolescentes se dirigem, seja para dormir ou para realizar atividades configuradas como trabalho infantil.

De acordo com os profissionais, cada par possui uma maneira de abordar a criança ou adolescente quando este é visto em situação de rua. Uma dupla de educadores ao descrever como abordavam o jovem - visto que não tínhamos conseguido encontrar nenhuma pessoa em duas saídas pela cidade - disseram que preferem primeiro

manter um vínculo com o jovem antes mesmo de perguntar o seu nome e o local onde estuda. Disseram que, primeiramente, se apresentam, falam do serviço e começam a tentar descobrir alguma atividade que o garoto ou garota goste de fazer, como por exemplo, jogar futebol ou cantar um rap.

Segundo a dupla, trata-se de uma estratégia de, em primeiro lugar, criar uma relação de confiança e um vínculo para, posteriormente, qualificar os dados, ou seja, perguntar algo sobre a vida pessoal do menino (a), como o seu nome, onde estuda, onde mora e o nome da mãe. Para eles, todas as perguntas que fazem não são diretivas, mas tem uma intencionalidade por trás. É através desse primeiro contato que compreendem um pouco a vida de quem foi abordado, assim como propõe algum encaminhamento, como aderir a algum serviço. Cabe ao adolescente aderir ou não a oferta do programa e manter ou não a conversa, pois de acordo com os educadores, eles não forçam o diálogo quando percebem que o jovem não está disposto. Como foi frisado diversas vezes durante o trabalho de campo, o Ação Rua não trabalha com a retirada forçada de crianças e adolescentes da rua, e sim através do diálogo e do espaço dado ao jovem para que ele possa tomar as suas decisões.

### **3.6 Ação Mercados**

Uma *sistemática* que acompanhei recebe o nome de *Ação Mercados*, ela é feita pela região que atende o Centro todas as sextas-feiras do mês, no período da tarde. Uma das educadoras me disse que é bastante raro não acontecer *abordagem* nessa ação, pois nesse dia da semana há bastante movimento de pessoas em frente aos mercados realizando mendicância. Ela não é realizada a pé, mas sim de carro e a equipe se divide em trios. A ação não tem o intuito de apenas passar pelos mercados da região, mas em pontos estratégicos onde pode haver situações de rua. No momento da ação, saímos com o motorista da Associação e nos dirigimos para locais-chave de todos os três grandes territórios das duplas. O trabalho de observação torna-se fundamental aqui, pois é necessário estar atento não apenas aos locais que já se conhece, mas também aos pontos que não foram mapeados, pois novas situações podem surgir.

A primeira cena que observamos já era um caso conhecido pelo serviço e tratava-se de uma mulher adulta e seus dois filhos em frente a um mercado localizado em área nobre da cidade. A região que a família habita não era a correspondente ao

centro, logo, por uma indicação do núcleo que a atende e que está em outro território, apenas passamos de carro por eles e os educadores não os abordaram. Assim que o carro se afastou, uma das educadoras ligou para o responsável pelo acompanhamento do caso e informou que eles estavam no mercado.

Seguimos para outros locais, sendo um deles outro mercado, porém nada vimos. Depois partimos em direção a uma área vizinha e passamos por um banco onde já foi mapeado situação de rua. No banco, nada foi identificado, mas em uma loja ao lado um educador informou que parecia haver uma situação de rua. O que vimos do carro foi uma senhora sentada e um carrinho de bebê que estava a sua frente, o motorista deixou todos nós na rua e deu a volta para nos encontrar na rua seguinte, pois ali não conseguiria parar. Descemos do carro e combinamos que uma dupla entraria na loja como se fossem clientes e iriam ver qual era a situação, enquanto eu e outra educadora ficaríamos esperando o sinal deles. Antes de atravessarmos a avenida avistamos uma cabeça que saía do carrinho e que parecia ser de uma criança, quando nos aproximamos, pudemos ver que se tratava da cabeça de uma mulher adulta. O carrinho estava cheio de bens da senhora e provavelmente essa era a maneira pela qual se movimentava com seus pertences pela cidade e a cabeça que víamos era de uma mulher que estava sentada na frente do carrinho (e de costas para nós), uma mulher adulta. Apenas um engano da visão.

Passamos então por uma rede de *fast food* em uma avenida movimentada, pois ali também já haviam mapeado situações e foi neste local que consegui presenciar a minha primeira *abordagem* na região do centro. Um dos educadores conseguiu visualizar um menino na saída do estacionamento que pedia dinheiro aos carros que ali passavam. Assim que o carro encostou, eu e mais duas educadoras descemos do carro para a abordagem. Primeiro nos apresentamos e elas perguntaram se ele já havia ouvido falar do Ação Rua. Ele disse que sim, que várias vezes já foram conversar com ele e disse que conhecia algumas pessoas que faziam parte do serviço. O menino, que tem 14 anos, estava bastante monossilábico e parecia não querer conversar.

Tentaram perguntar o que ele gostava de fazer e ele dizia algo como *nada*, perguntaram se ele tinha interesse em algum curso e ele não se mostrou interessado, indagaram ainda o que ele queria da vida e ele respondeu com um *nada*. O tempo todo ele mantinha a cabeça abaixada e não se mostrou muito disponível para conversar e para aceitar alguma proposta das profissionais. Como o intuito do serviço é de trabalhar com

a livre e espontânea vontade do adolescente, a equipe deixou os seus contatos com o garoto, e a opção foi ir embora. De lá saímos para um mercado em outra avenida, entramos no estacionamento e não encontramos nenhuma situação. Fomos também para outro mercado em um shopping e nenhuma abordagem. Seguimos então para um comércio e lá visualizamos uma prática em que o menino estava vendendo abacaxi. Saíram do carro eu e mais uma dupla do serviço para conversar com o garoto.

Primeiramente nos apresentamos e logo perguntaram se ele conhecia o Ação Rua. O menino disse que não e questionaram se ele estava sempre ali, o que o menino respondeu informando ser de outra cidade e que fica em diversos pontos da capital. Também indagaram se ele estava sozinho e ele disse que não, que estava com seu primo que é maior da idade. Outra questão foi se ele estudava e ele disse que sim, que está fazendo supletivo, para assim acabar mais rápido. Ele tem 16 anos e está no primeiro ano. A conversa seguiu com o educador perguntando se ele gostava de jogar futebol e o menino disse que não. Por fim, perguntaram se poderiam pegar o nome do garoto e o da sua mãe, e ele passou os dados sem qualquer resistência. Ao final, disseram para o menino que iriam avisar o CRAS<sup>19</sup> de sua cidade de origem para avisarem sobre a conversa e passar as suas informações pessoais, informando também que ele não precisaria ficar preocupado, pois isso não lhe acarretaria problemas.

### **3.7 A abordagem sistemática como uma patrulha**

A descrição acima serve para demonstrar como ocorre uma das atividades cotidianas das equipes no que diz respeito ao trabalho da *abordagem* e da *sistemática*. As formas pelas quais as abordagens ocorrem são distintas, pois dependem muito da forma como o educador dialoga com o menino ou menina e também da própria receptividade de quem foi abordado. Nos três casos etnográficos apresentados e que ocorreram na mesma data é possível perceber o trabalho de observação do educador social, trabalho este que consiste em um olhar treinado para identificar e também levantar suspeitas sobre as práticas que são consideradas pelo serviço como *em situação de rua*. Um ofício que exige uma análise não apenas das ações que as crianças ou adolescentes estão desenvolvendo, mas também um exame em relação as características físicas das pessoas que suspeitam como em situação de rua, pois apenas atendem

---

<sup>19</sup> Centro de Referência da Assistência Social

indivíduos com menos de 18 anos. É necessário não apenas reconhecer a prática da rua, mas também a faixa etária correspondente.

No trabalho das sistemáticas é também comum não ocorrer nenhuma *abordagem*, como pude observar durante o trabalho de campo. Ou por se tratar de um jovem que é atendido por outro núcleo e cuja orientação é não abordar, ou também episódios em que uma pessoa não foi abordada porque estávamos em território de outra dupla de educadores. Existiram também situações em que me desloquei com os educadores para diversos bairros da cidade e nenhuma criança ou atividade suspeita foi identificada, assim como nas atividades de patrulha dos policiais franceses descritas por Didier Fassin (2013). Penso que aproximar a obra do autor com os dados do meu campo pode ser interessante, pois trata-se, cada qual da sua maneira e formas de atuação, de uma atividade de patrulhar a cidade, com um exercício que utiliza não apenas a técnica da observação para identificar seus públicos alvos, mas também a suspeita.

Em relação ao contexto das patrulhas francesas, Fassin (2013), ao realizar uma etnografia com a polícia, demonstrou como a prática ordinária se distanciava do imaginário que se tem sobre este segmento, em que a rotina seria marcada por dinamismo e desafios no combate ao crime. Ao contrário, o que o autor encontra são profissionais que descrevem a sua rotina como entediante por não lidarem diretamente com o crime e que precisam realizar certo número de prisões e abordagens para preencher estatísticas.

Não quero com isto pontuar que os educadores ou que eu tenha achado as andanças pela cidade entediantes, pelo contrário, acredito que observar essa atividade cotidiana foi de fundamental importância para compreender o trabalho que realizam e também conhecer o território. Ao contrário da polícia, os educadores também não se mostravam frustrados por não encontrar nenhum jovem durante o longo trajeto de caminhada, isso era visto como algo que poderia ocorrer, visto que diversas condições poderiam influenciar na ida das crianças para as ruas, como condições climáticas, período de férias, o horário em que estava ocorrendo a sistemática, entre outras. O fato de ninguém ser encontrado durante uma andança, a meu ver, não demonstrava surpresa por parte dos educadores, talvez este elemento fosse algo da minha parte, que estava ansiosa por conseguir observar uma *abordagem*.

Quero aproximar os dois ofícios no que diz respeito a uma circulação pela cidade na busca de indivíduos que levantem *suspeitas* e a possibilidade de ninguém ser localizado. Penso as *suspeitas* no sentido de pessoas que chamem a atenção dos educadores por estarem realizando uma atividade que pode ser configurada como *situação de rua* e uma *suspeita* no caso dos policiais que pode ser levantada com base em convicções morais do que vêm a ser um criminoso, características estas que muitas vezes mais revelam preconceitos do que de fato um delito. Nos dois trabalhos, a observação e o conhecimento sobre o espaço se tornam técnicas primordiais, assim como uma agilidade para atender os casos que são recebidos pelo telefone, o que muitas vezes demanda um deslocamento do local em que se está para o espaço em que a ocorrência foi solicitada.

Uma diferença entre as duas atividades está na própria maneira pela qual ocorre a *abordagem*. A tentativa dos educadores é a de manter um vínculo com a criança ou adolescente, um trabalho que demanda afeto e atenção, sendo que a *abordagem* não precisa ocorrer necessariamente no momento em que o jovem foi visto, mas pode ser um *processo*, pois ela normalmente ocorre quando não se tem dúvidas sobre o caso. Ou seja, quando a partir da observação se tem elementos suficientes para se chegar e conversar com o menino ou menina, buscando um diálogo amistoso e não impositivo. Na situação policial francesa, o que o autor descreve é uma aproximação não amigável, em que pessoas são paradas e revistadas pelos profissionais apenas por levantarem as *suspeitas* destes, sendo que muitas vezes as características étnicas das pessoas que eram localizadas pelos policiais eram levadas em conta na hora da escolha de quem abordar.

Apesar das formas de atuação serem semelhantes à atividade de patrulhar a cidade em busca de atividades configuradas como *suspeitas* – cada qual com suas especificidades e fins - as diferenças são colocadas nas formas de atuação, principalmente em relação a como ocorre o ato de se aproximar e dialogar com os indivíduos abordados. No Ação Rua, as *suspeitas* são levantadas levando em consideração o que os educadores interpretam e compreendem como uma *situação de rua*, no intuito de realizar a proteção e garantir direitos de uma população considerada pelas legislações como em desenvolvimento. No caso dos policiais, por sua vez, a lógica operante é outra, os agentes saem em busca de atividades que para eles levantem *suspeitas* de uma prática ilícita, cujo intuito não é proteger quem foi abordado, mas punir e fazer estatísticas.

### 3.8 Considerações finais sobre o capítulo

O objetivo deste capítulo foi demonstrar as mudanças que ocorreram em relação aos serviços destinados a crianças e adolescentes tipificados como em situação de rua em Porto Alegre. Como foi possível notar, o Ação Rua surge em 2007 com um diferencial de ampliar a sua área de abrangência e se voltar para as regiões periféricas no intuito de vincular o jovem com a sua comunidade e com os serviços lá ofertados e na tentativa de prevenir que o indivíduo se desloque para o centro da cidade. Os dados aqui apresentados, a partir da descrição das diferenças e aproximações no cotidiano profissional de duas equipes que compõe o serviço Ação Rua, tiveram como objetivo demonstrar como ocorreu essa ampliação do atendimento e das equipes, assim como as diferenças de situações de rua empregadas pelas crianças e adolescentes conforme o território de origem. A partir da apresentação, também foi possível notar quais atividades tem maior demanda em cada um dos núcleos, em que se tem um número maior de famílias acompanhadas na região da Lomba do Pinheiro e um maior número de abordagens na região Central.

As normativas apresentadas – do ECA (1990) e da OIT (2000) – também influem nas concepções que os profissionais possuem sobre quais atividades empregadas pelos jovens podem ser incluídas dentro de um conceito de trabalho infantil, o que configuraria uma *situação de rua sobrevivência*. Como foi possível perceber na seção anterior, considero que as classificações operadas por diversos saberes criam determinados problemas e categorias (HACKING 2001, 2013), e através deste processo inventivo também instituem quais pessoas poderão ser incluídas e excluídas dentro do conceito. Posto isso, considero que as classificações utilizadas pelo programa – *rua moradia* e *rua sobrevivência* – não apenas informam o que significa estar na rua, mas também constroem esta população, e é a partir do trabalho das *abordagens sistemáticas* que os profissionais selecionam quais existências serão incluídas dentro dos conceitos tipificados pelo programa, exercendo assim uma inclusão de determinadas vidas a serem protegidas e a exclusão de outras.

Para além de construir populações, com a descrição de uma sistemática também foi possível notar que o trabalho do Ação Rua não é realizado de forma coercitiva, mas sim com base na criação do que configuram como um vínculo e com uma aproximação e diálogo com o sujeito alvo da intervenção. Essa atividade consiste em uma atividade

que se aproxima das patrulhas francesas descritas por Didier Fassin (2013) na França, no que diz respeito ao movimento pela cidade na busca por situações suspeitas, mas se distingue no processo pelo qual ocorre a abordagem. Não se trata de uma abordagem policial, mas sim com base no diálogo e conforme a vontade da criança ou do adolescente em conversar com o educador. A *abordagem* também ocorre a partir de um *processo*, ou seja, a partir de uma observação das práticas que são vistas como suspeitas. Como foi possível notar, quando se tem dúvida de que se trata de uma prática configurada como rua, o trabalho é de observar a situação por algum tempo ou alguns dias, para posteriormente adquirir uma certeza e assim poder abordar.

Como citei ao longo do texto, a *abordagem* é considerada como uma das portas de entrada para o serviço Ação Rua e em grande parte dos casos é a partir dessa prática que poderá se ter um maior conhecimento sobre quem é a criança e/ou adolescente em situação de rua e a sua família. É através das informações que a menina ou menino abordado passa para o educador que será possível fazer a qualificação dos dados, caso a pessoa resida na região em que foi realizada a abordagem, ou seja, checar com a escola, posto de saúde e outros serviços se o que foi informado é verdadeiro e também adquirir novas informações. A partir da qualificação tenta-se saber mais sobre a pessoa menor de idade e sobre a sua rede familiar, sendo que a família tem uma grande centralidade nas ações propostas pelo serviço, temática esta que será aprofundada a seguir.

#### 4. A família e o serviço Ação Rua

O intuito deste capítulo é analisar quais as moralidades e objetivos envolvidos nas práticas de governo do Ação Rua. Tendo como ponto de partida a observação de atividades de *acompanhamento* como as visitas domiciliares, a construção de um Plano de Intervenção Sócio Educativo (PISE) e a descrição do que contém em um prontuário, será possível apreender como são construídas as categorias morais que mobilizam e definem quais as melhores maneiras pelas quais as pessoas devem viver. A descrição do prontuário será realizada a partir de informações obtidas nas reuniões das equipes que pude acompanhar, logo, nenhum *caso* será apresentado para ilustrar este instrumento visto que não tive acesso a tais documentos. A narrativa sobre o PISE, que é um Plano de Acompanhamento Familiar anexado aos prontuários das famílias acompanhadas e as visitas domiciliares serão descritas a partir dos *casos* que são atendidos. Penso que é a partir da análise das ações cotidianas e dos valores e sentimentos que rodeiam essas atividades que será possível identificar as racionalidades envolvidas no governo das questões sociais (FASSIN, 2015).

Através da etnografia foi possível notar que a família possui uma centralidade nas ações propostas pelo serviço. Segundo narrativas da equipe da Lomba do Pinheiro, esta rede é percebida como uma importante aliada no trabalho que o Ação Rua efetua, pois é através de uma reinserção de laços e do *acompanhamento familiar* que eles pretendem desenvolver no jovem o desejo de se desvincular do espaço da rua. De acordo com os profissionais, as ações são direcionadas para que o adolescente ou a criança não perca esse apoio e contato com seus vínculos, e o abrigo, por exemplo, funciona como uma última escolha, quando a família não demonstra estar cumprindo os requisitos necessários para a criação do filho.

Como foi possível observar no trabalho de campo e será descrito a seguir, grande parte das pessoas abordadas e acompanhadas pelo serviço possuem alguma referência familiar – seja uma mãe, um pai ou uma avó – o que desmistifica estereótipos em relação a esses jovens e crianças não possuírem família. Apesar de a maioria possuir contato com esta rede, existem situações atendidas em que os meninos e/ou meninas configurados como em situação de rua não possuem vínculo com algum adulto responsável pelos seus cuidados. Destaco esses casos, pois eles demonstram a dificuldade que o programa tem de atuar quando a família – o valor central do serviço -

não é encontrada, trazendo à tona as diferentes estratégias utilizadas para tentar se chegar à essa rede, principalmente quando ela não deseja ser encontrada.

Assim como nos estudos sobre políticas voltadas para infância e juventude após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (RIBEIRO, 2009; SCHUCH, 2005, 2013; VIANNA: 2002), a instituição familiar possui um importante papel na atuação desse programa governamental, seja por meio da culpabilização dos responsáveis pela criança ou adolescente estar cumprindo medida socioeducativa e os colocando como indivíduos centrais na reinserção do jovem (SCHUCH, 2005), ou quando as características da família passam a ser classificadas pelas práticas de intervenção como inadequadas ou negligentes (RIBEIRO, 2009). Como cita Carla Villalta: “A família das crianças acaba sendo causa e consequência, principio explicativo e também em boa medida responsável pelas medidas que se adotam com eles” (VILLALTA, 2013, p. 259, tradução nossa).

É importante ressaltar, como foi possível observar nas reuniões semanais das duas equipes que observei, que o entendimento dos profissionais sobre o conceito de família é pensado para além de uma definição restrita a uma rede nuclear composta por um pai, uma mãe e os irmãos. A compreensão que prevalece é a que essa unidade pode ter diversos arranjos e o trabalho deveria ser executado respeitando essa diversidade de afetos e vinculações. Para além de situar o significado da instituição familiar pela visão dos profissionais, penso as práticas voltadas ao governo das famílias como parte integrante de uma economia moral (FASSIN, 2015) de proteção à infância, pois para além de normas e diretrizes institucionais, existem valores e afetos que moldam e criam a prática profissional, atuando na configuração e criação de categorias morais para incluir os indivíduos que serão governados. Para Didier Fassin (2015), as economias morais “representam a produção, circulação e apropriação de valores e afetos em relação a uma dada questão social” (FASSIN, 2015, p. 9) e adotar esta perspectiva é pensar em como a dimensão dos sentimentos e dos valores está envolvida nas atividades do *acompanhamento*, ou seja, considerar que as práticas institucionais também estão permeadas por moralidades e não apenas por normativas.

Como será possível observar ao longo deste capítulo, uma das classificações morais apreendidas durante a etnografia era relativa ao caráter de *organização* das pessoas atendidas, principalmente do adulto responsável pela unidade doméstica. A equipe da Lomba do Pinheiro, por exemplo, considera que o adolescente na rua é apenas a ponta de toda uma estrutura familiar e as ações dirigidas às pessoas menores de idade

podem ser mais simples, como inseri-lo em algum curso ou na escola. Em contrapartida, segundo os profissionais do núcleo da Lomba, o trabalho de construção de um sujeito *organizado e responsável* pelos filhos pode ser um pouco mais complexo, pois envolve outros âmbitos da vida, como fazer com que a próprio adulto se *organize* para que possa *organizar* outros ou, por exemplo, fazer com que uma mãe se desvencilhe de alguma situação de violência que afeta toda a rede familiar. A partir da etnografia, foi possível perceber que um dos focos centrais do *acompanhamento* é trabalhar a conduta do adulto acompanhado dentro de uma categoria moral do que significa ser uma *pessoa organizada*.

É a partir dessa inclusão das experiências e vivências dos beneficiários do programa dentro de um conceito de *organização* ou *desorganização* que será realizado um diagnóstico sobre a pessoa que cuida dos dependentes. Além de trabalhar na construção de sujeitos *organizados*, pude perceber que o serviço Ação Rua também atua na tentativa de criar sujeitos autônomos, em que a autonomia se dará a partir da adesão ao programa, isto é, quanto mais envolvido o indivíduo estiver com as ações propostas pelo programa, mais autônomo ele será. Para o Ação Rua, como será possível verificar ao final deste capítulo, aderir aos encaminhamentos propostos é uma condição central para se conseguir a autonomia, o que pode ser um paradoxo se pensarmos a partir dos estudos sobre construção de subjetividades calcadas em um modelo neoliberal (ONG, 2003; ROSE, 1989). Penso a prática do *acompanhamento* dentro de um regime de tutela (VIANNA, 2002; SOUZA LIMA, 2002, 2013; RAMOS, 20003), em que a condição para a autonomia está na adesão ao programa e nas modificações de comportamento propostas pelas equipes. Esta lógica tutelar também está permeada por técnicas de memorização (LUGONES: 2009), ou seja, ações cujo objeto é o comportamento e conduta não apenas dos menores de idade, mas também dos seus responsáveis.

#### **4.1 Os prontuários**

A proposta desta seção é descrever o que considero como um dos documentos centrais do *acompanhamento*: os prontuários. Sem a pretensão, contudo, de realizar um estudo de caso sobre determinada família beneficiária do programa através deste instrumento. De acordo com a observação em campo, foi possível notar que a construção deste instrumento se dá a partir do contato com a família que é atendida, pois é a através desta relação que será possível obter informações pessoais e demográficas

sobre a rede que é acompanhada. É no prontuário que se concentram as informações relativas a unidade familiar, dados estes que servem de insumo para avaliar a forma pela qual as pessoas atendidas estão se mobilizando ou não frente as ações propostas pelas equipes, assim como para traçar novas estratégias de atendimento. Penso esses dossiês como uma peça chave no processo de intervenção, pois é a partir do seu conteúdo que se tem as narrativas necessárias para justificar determinadas práticas e classificar as pessoas dentro de categorias morais.

É importante lembrar que o meu acesso aos prontuários ocorreu a partir dos relatos dos profissionais e através da observação da prática cotidiana, visto que não houve permissão para realizar um estudo de caso, pois de acordo com as equipes, tratavam-se de informações sigilosas e pessoais das famílias. Também não parto do pressuposto de que todas as equipes que compõe o Ação Rua organizam a rotina fazendo uso deste instrumento, visto que apenas pesquisei dois núcleos. Isto posto, a descrição vai se concentrar apenas nas duas equipes que acompanhei de forma mais próxima, a da Lomba do Pinheiro e a da AICAS.

O prontuário é aberto, de acordo com falas institucionais, a partir do momento em que os dados das pessoas que foram abordadas são *qualificados*<sup>20</sup> e se tem a certeza de que a família tem residência na região. Como foi possível observar no trabalho de campo, a equipe da Lomba do Pinheiro e o núcleo da AICAS possuem diferenças e semelhanças na forma como os papéis são organizados dentro das respectivas instituições. Um ponto que possuem em comum é que os prontuários, que são *acompanhamentos* dos núcleos pesquisados, são organizados através do nome da mãe e não a partir do nome da criança e do adolescente. Uma diferença reside no tipo de instrumento utilizado para criar um prontuário, o que também caracteriza as distinções de atuação de uma equipe que atende o território central e o que acompanha uma região de comunidades.

Na a equipe da Lomba do Pinheiro, atualmente é utilizado um prontuário que é um caderno-modelo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>21</sup>. Pontuaram que ele *qualifica* muito os dados relativos à família, questões de moradia e habitacionais,

---

<sup>20</sup> A qualificação de dados, de acordo com os profissionais, é um processo de chegar os dados pessoais fornecidos pela criança ou pelo adolescente em uma abordagem em outras instituições (escolas, hospitais).

<sup>21</sup> O prontuário do SUAS pode ser acessado através do seguinte link: [http://www.cress-pa.org.br/arquivos/arquivo\\_23042015102807.pdf](http://www.cress-pa.org.br/arquivos/arquivo_23042015102807.pdf). Acesso em abril de 2016.

informações relativas à bolsa família e frequência escolar. Existe também um espaço de preenchimento destinado ao acolhimento institucional, caso a família tenha passado por essa situação, assim como para situações relativas ao cumprimento de medida sócio-educativa e acompanhamento pela rede de saúde, onde podem ser contemplados dados sobre qual o posto de saúde que a família frequenta assim como eventuais tratamentos.

De acordo com a equipe, o caderno do MDS é um instrumento que começou a ser usado pelo núcleo recentemente, quando os CREAS e os CRAS começaram a se estabelecer em Porto Alegre. Logo, os casos antigos se mantiveram com o formulário que antes era utilizado pelo núcleo e os novos foram incluídos dentro dessa nova metodologia. Segundo os profissionais, existe também uma versão online deste documento, onde a equipe inclui informações diretamente em uma plataforma digital e procuram manter os dois arquivos – tanto o online quanto o meio físico – atualizados. Conforme os profissionais, no formulário físico não constam apenas dados quantitativos sobre as ações como no meio online, mas sim se qualifica a informação:

“No caderno, no meio físico, tu qualifica a informação. Tu vai dizer que fez uma visita domiciliar, mas também o que tu encontrou, qual foi o plano, o que demandou. Sendo que no simplificado online tu só coloca a visita domiciliar e o dia” (LOMBA DO PINHEIRO, 2015).

O Ação Rua da AICAS, por sua vez, pela própria especificidade do território central - um ponto de circulação e permanência de crianças e adolescentes em situação de rua - tem como instrumento um documento que é criado a partir da abordagem. Trata-se do *Roteiro Inicial de Estudo de Caso (RIEC)*. De acordo com a equipe, quando uma criança, adolescente ou a própria família é identificada pelo serviço como praticando uma situação de rua, tenta-se uma aproximação e um diálogo com tais indivíduos. A partir desta conversa, o procedimento é abrir um RIEC, um documento que é uma espécie de folha de rosto e que contém indicações de como ser preenchido e com um espaço para observações. Os dados que ele contempla são: o nome de quem foi abordado, se foi abordado em uma sistemática ou uma solicitada, o turno, a faixa etária (criança, adolescente ou adulto), o grupo (moradia ou sobrevivência), a raça/etnia (branco, pardo, amarelo, negro, indígena), o núcleo de referência (onde a pessoa abordada mora). Assim como um campo para a situação de vulnerabilidade (podendo ser mendicância, trabalho infantil, uso de substâncias psicoativas, exploração sexual, evadido de abrigo, envolvimento com o tráfico, furtos, ou outras situações que devem ser especificadas).

Segundo a equipe, o primeiro passo para se criar o RIEC é a *abordagem* e, a partir desse procedimento e da conversa com a pessoa abordada, tenta-se conseguir informações para o preenchimento do documento. Nessa etapa verifica-se se já existe algum RIEC relativo a este indivíduo abordado e, caso não exista, um novo formulário será criado. O Roteiro Inicial não contempla apenas os casos que tem como local de referência bairros da região central, mas também crianças e adolescentes que habitam outros territórios da cidade e também do estado do Rio Grande do Sul. Como cita a equipe: “Como a gente é da região centro tem muitas situações que são abordadas e que não são do nosso território. Então cada RIEC que é aberto se, por exemplo, é a da região do Partenon, ele vai pra pasta do Partenon” (EQUIPE AICAS, 2015). Este roteiro é também intitulado como um *instrumento de evolução*, pois ele acompanha a situação, onde é possível mapear a movimentação do jovem: “se ele foi abordado novamente, os contatos que são feitos, relatos das abordagens e das reuniões e sempre vai sendo preenchido” (AICAS, 2015).

Segundo relatos institucionais, quando a criança ou o adolescente que foi abordado reside na região central, abre-se também o RIEC para a situação e a partir disso se tenta *qualificar* os dados relativos à trajetória e a vida do jovem. A partir do momento em que se inicia o acompanhamento daquela família que reside na região, cria-se um prontuário específico para aquele grupo, no nome do responsável, que normalmente é a mãe, em que ele se torna um *instrumento de evolução do acompanhamento* que está sendo realizado. É também importante ressaltar que a equipe da AICAS tem pastas de todos os núcleos que fazem parte do Ação Rua e arquivos que contém casos de outros municípios, ou seja, indivíduos que saem de sua cidade de origem e se dirigem para o centro para realizar atividades configuradas como situação de rua.

#### **4.2 A história de Vitor a partir do Plano de Acompanhamento Familiar**

Um instrumento de trabalho que destaco para fins de análise deste trabalho é o Plano de Intervenção Sócio Educativo (PISE), também conhecido como Plano de Acompanhamento Familiar. Trata-se de um documento que é utilizado apenas pelo Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), ou seja, apenas pelas equipes que fazem parte da instituição, como exemplo, o núcleo da Lomba do Pinheiro. De acordo com os profissionais, o relatório é anexado junto ao prontuário da família e é

realizado quando o núcleo familiar ingressa em um *acompanhamento*. O Plano contempla os seguintes campos a serem preenchidos: responsável familiar, potencialidades do grupo familiar, vulnerabilidades a serem superadas, recursos que o território possui (para aquela família), objetivos da intervenção, compromissos assumidos pela família no processo de superação das vulnerabilidades e compromissos assumidos pela equipe no processo de superação das vulnerabilidades. Além desses filtros, existe um campo nomeado *tabela de acompanhamento familiar*. Trata-se de um espaço com três abas com os seguintes eixos: vulnerabilidade identificada, estratégias a serem adotadas e prazo por estratégia.

Existe um campo para que o responsável pela família assine o termo, mas quando indaguei se a família chegava a ver esse papel, fui informada de que aquilo seria interno, ou seja, algo para as próprias equipes e que não era assinado. Como pude observar, a dinâmica da reunião se dava a partir da discussão individual dos casos acompanhados e todos os integrantes da equipe opinavam e traziam insumos do prontuário e informações sobre a história atendida e em conjunto discutiam o que seria preenchido nos campos que o questionário assinalava. As famílias eram organizadas no documento através do nome da mãe. Para fins de elucidar como se constrói um Plano de Acompanhamento Familiar e quais as categorias morais acionadas neste processo, descrevo a seguir o caso da família de Teresa Brito<sup>22</sup>.

A família era acompanhada pois Vitor (12 anos), filho de Teresa, foi abordado pelos educadores realizando o que configuram como mendicância em uma avenida da cidade. Na reunião, pontuaram que a mãe se mostrava muito *resistente* ao acompanhamento e *não comparecia* em horários marcados para determinados fins, como consultas médicas, e que é *distante* do menino. O garoto também não frequentava o serviço de convivência e costumava *dormir na rua*. O *potencial da família* levantado expôs que eles teriam uma *organização de trabalho*, pois tanto Teresa quanto seu companheiro - que é pai de apenas dois dos seus cinco filhos - trabalham. Também citaram que a família possui uma *boa estrutura financeira e material*, ou seja, consideravam as condições da casa satisfatórias.

No campo *vulnerabilidades a serem superadas* estava a relação que a mãe estabelecia com o menino. Pontuou-se a situação de *negligência* em relação aos filhos

---

<sup>22</sup> Todos os nomes utilizados neste trabalho para se referir as famílias acompanhadas são fictícios.

que não são do companheiro atual, pois ela normalmente não sabe onde seu filho está. Outra *vulnerabilidade* era a situação de rua empregada pelo menino e, de acordo com a equipe, a situação de rua de Vitor estava quase passando de uma *situação de rua sobrevivência* para uma *rua moradia*, mas ainda não se configurava como moradia pois ele estava voltando para a casa esporadicamente. Outras situações da família foram incluídas pelos profissionais dentro deste campo, como a falta de adesão à escola, ao serviço de convivência (SV) e a um tratamento mental - a dimensão da *saúde mental* foi incluída, pois o núcleo citou que o menino teria problemas nesse aspecto. Para dar conta dessas precariedades, a equipe pensou nos *serviços do território* que poderiam ser destinados para a família, como o posto de saúde, escola, serviços de convivência, espaços esses que possuiriam vagas para eles.

O primeiro *objetivo da intervenção* pontuado foi a superação da situação de rua e a adesão dele aos serviços – como a escola e o SV- e tentativa de fazer com que a família se aproximasse do serviço. Como citei acima, o propósito da *tabela de acompanhamento familiar* é incluir para cada vulnerabilidade identificada pelos profissionais, uma estratégia e um tempo para ela ser ser executada. A primeira precariedade identificada pelos profissionais a respeito deste caso foi a rua e a intervenção proposta foi incluí-lo em uma *rota de abordagem*, ou seja, os educadores teriam que sempre se dirigir ao local onde ele costuma ficar, na tentativa de conversar com o garoto, para assim gerar uma aproximação.

A segunda intervenção pontuada seria em relação à falta de adesão aos serviços e foi pensado como alternativa comunicar o Conselho Tutelar (CT), para que aplicassem uma *medida de responsabilização*. Essa medida é uma forma do CT comunicar à família que eles serão acompanhados de uma forma mais próxima e também fazer acordos como: se os filhos não forem à escola, eles serão abrigados. De acordo com a equipe, às vezes essas medidas surtem efeito (os pais ficam com medo de perder os filhos) e às vezes não. Eles julgam que essa medida seria necessária, pois Teresa não adere nenhuma atividade que o serviço propõe, promete que irá, por exemplo, atrás de algo e não comparece no dia marcado. Trata-se, portanto, de colocar como opção essa notificação do CT e o compromisso que a equipe assumiria, por sua vez e para aquele momento, seria a de colocar Vitor na *rota de abordagem* e se aproximar dele.

Como foi possível notar na construção de um Plano Familiar a partir de um caso, existe uma dimensão moral por detrás das classificações operadas pelo serviço. São realizados diagnósticos das famílias no que diz respeito à falta de adesão às ações propostas pelo serviço, a falta de cuidado da mãe em relação ao seu filho – que configuraria uma negligência - e são criadas novas formas e metas da intervenção, no sentido de tentar possibilitar, de acordo com as noções entre o que é bom e o que é ruim, a garantia de direitos. A seguir, descrevo o terceiro instrumento do *acompanhamento*: as visitas domiciliares, no sentido de trazer mais insumos para se pensar a dimensão moral das práticas de governo.

### **4.3 As visitas domiciliares**

Uma das atividades de rotina que as equipes realizam – para além dos prontuários e planos individuais de atendimento – são as visitas domiciliares, abreviadas na fala como *vd's*. De acordo com o núcleo da Lomba do Pinheiro, elas são uma parte importante do trabalho realizado, pois é a partir do *contato* e do *vínculo* com a família que será possível ter um conhecimento aprofundado sobre cada núcleo familiar, além de traçar encaminhamentos que cabe aos beneficiários aderir ou não. A partir das observações em campo, pude perceber que as visitas servem para conhecer uma nova rede que será acompanhada, assim como para visitar as pessoas que já são atendidas pelo núcleo, no sentido de verificar se as ações propostas estão sendo seguidas e se existem outras demandas a serem solucionadas.

Essa atividade normalmente é realizada pelas técnicas, mas pode ocorrer de algum educador ou educadora social acompanhá-las quando a porta de entrada do jovem para o serviço foi através de uma abordagem. Por se tratar de uma atividade que demanda diversas idas à casa de diferentes pessoas, que muitas vezes moram em locais distantes um do outro – visto que o território da Lomba do Pinheiro é bastante extenso – ela é realizada de carro. Os fatores climáticos também influenciam na execução desta prática, como pude perceber, pois quando estava chovendo ou havia chovido muito durante o dia anterior, a atividade era suspensa, visto que muitas das casas ficam em regiões de difícil acesso. É também importante ressaltar que algumas visitas eram marcadas e algumas ocorriam sem que os habitantes da casa tivessem ciência. A seguir, descrevo algumas dessas visitas domiciliares que tive a oportunidade de observar, para assim demonstrar como elas ocorrem e quais informações e ações são configuradas.

#### 4.4 Observando as visitas

A primeira visita em que estive presente foi um caso novo para o serviço e, de acordo com as integrantes da equipe, a porta de entrada não havia sido a *abordagem*, pois chegaram até a história a partir de informações advindas de um serviço de saúde. O motivo da ida até aquela residência foi devido às fugas que Julia de 15 anos tem operado, sabia-se que ela fugia de casa e passava dias fora sem dar satisfação. Quando chegamos à casa, chamamos por alguém na parte externa e, assim que uma pessoa apareceu, as técnicas se apresentaram dizendo que eram da assistência e que estavam lá porque a saúde havia encaminhado a situação e que estavam realizando a visitação para conhecer mais a família e ajudar no que fosse preciso. Adentramos no ambiente e nos sentamos na sala, as profissionais apresentaram o serviço, assim como as ações que são efetuadas. Estavam na casa apenas a mãe, o irmão e a irmã da menina.

Durante o tempo em que ficamos lá, as técnicas fizeram perguntas sobre a garota, sobre a escola que frequenta e se estava frequentando, se já havia ficado em abrigo e também pediram o nome da mãe e o CPF da mesma. Também perguntaram se a mulher estava trabalhando, qual a profissão do pai da menina e sobre o nível de escolaridade dos dois. As profissionais questionaram sobre o tratamento que a menina tem feito em relação à saúde mental, se ela tem ido e como tem ido. Indagaram sobre a relação de Julia com os pais e com os irmãos, sendo informadas pela mãe que elas têm uma boa relação e que Julia se dá bem com os irmãos, mas que não aceita que mandem nela ou que digam o que ela deve fazer. Ao final do encontro, perguntaram se a família recebia Bolsa Família e a mulher afirmou que não e, como se tratava de uma primeira visita, pediram o nome de todos que moravam na casa, os irmãos e o nome do pai, assim como a data de nascimento. Após o diálogo saímos da casa e nos dirigimos para outra residência.

O caso acima diz respeito a uma situação em que o serviço tem poucas informações e por essa razão torna-se necessário qualificar as informações da família no sentido de conhecer melhor o grupo com o qual estão lidando, assim como verificar se trata de um caso que é configurado como de rua, ou seja, um caso que deve ser acompanhado pelo serviço Ação Rua, visto que nem todo caso que é visitado pelas técnicas se configura como uma história que será acompanhada pelo programa. Tive a oportunidade de observar uma visita que foi encaminhada pelo matriciamento - um

espaço em que a saúde leva casos que atende e discute com a assistência social – relativo a uma garota que estava grávida e morando com o seu namorado e a sua sogra. Após a visitação e o diálogo com a menina, as profissionais concluíram não ser um caso relativo à Média Complexidade, pois sua situação não era de rua e que talvez fizesse mais sentido para ela um atendimento com a Proteção Básica para um acompanhamento em relação a sua gestação.

Outra visita que pude acompanhar diz respeito ao caso de Vitor, que teve parte de sua história narrada a partir do instrumento do Plano de Acompanhamento Familiar. Trata-se de um menino de 12 anos que é configurado pela equipe dentro de um conceito de rua sobrevivência. A ida ao ser lar foi realizada após a construção do plano de intervenção e foi uma atividade realizada para *acompanhar* o seu caso. Chegamos ao local onde a família mora, chamamos e batemos palmas do lado de fora da porta. Demorou em torno de cinco minutos para que alguém aparecesse na porta e quem nos recebeu foi à mãe do garoto e um dos seus irmãos, de em torno de três anos. Entramos na casa e lá estavam seus outros filhos – Maria, a mais velha, Pedro que tem 15 anos e uma bebê de nove meses, Vitor não estava em casa naquele momento.

Assim que nos acomodamos na sala, as técnicas informaram que foram lá para verificar a situação de família e também para comunicar presencialmente a consulta que Vitor teria no posto na próxima semana no horário da manhã, e que a mãe não poderia deixar de levar o menino para averiguar questões relativas à saúde mental. Na visita, as técnicas questionaram também sobre os outros filhos, perguntaram para Pedro, que estava vendo televisão, o que ele estava fazendo da vida. Ele disse *nada*, e que não estuda há três anos. As técnicas indagaram se ele não teria interesse em fazer algum curso e deram as opções como um curso de informática e de culinária. Elas também sugeriram que ele voltasse a estudar no EJA (Educação de Jovens e Adultos) e passaram o endereço mais próximo. Aparentemente, o menino não parecia muito interessado em voltar a estudar.

As técnicas do serviço também conversaram com Maria, perguntaram onde ela estava morando e ela logo reclamou que haviam cortado o seu passe escolar e que por isso ela não estava mais frequentando o curso na comunidade. As profissionais informaram que caso ela voltasse a frequentar o seu passe iria ser liberado novamente e Maria afirmou que seu namorado também iria começar a fazer cursos lá e eles iriam

começar a ir juntos. No final, foi reafirmado com a mãe o compromisso de ela ir até a consulta levar Vitor e as técnicas pontuaram, quando estávamos no carro da instituição, que a mãe do garoto nunca sabe direito onde ele está, enquanto que com as outras duas crianças menores ela já parecia ter um carinho e um cuidado maior.

A partir dos breves exemplos acima é possível notar quais as finalidades de se realizar uma visita familiar, seja para conhecer um novo caso e adquirir e checar as informações ou para acompanhar e fazer uma pressão no sentido de alguém aderir a uma ação proposta. Outras visitas que acompanhei diziam respeito à entrega de algum cartão de ônibus que havia ficado pronto para as crianças usarem para irem ao serviço de convivência, ou verificar se os jovens estavam frequentando a escola. A família tem então uma centralidade nos atendimentos propostos pelo serviço, e a falta dessa instituição traz uma série de dificuldades no processo do atendimento e uma série de tentativas empregadas no sentido de se chegar até este núcleo, como será exposto a seguir.

#### **4.5 O limbo**

Conheci a primeira história em uma reunião de equipe da AICAS em que os técnicos apresentavam todos os casos para a equipe, em uma tentativa de atualizar os profissionais sobre as situações, além de informá-los sobre todos os acompanhamentos. O documento que elaboraram para essa apresentação tinha campos como: nome da mãe, nome do companheiro da mãe, nome e data de nascimento dos filhos, além de um histórico do acompanhamento e a situação atual do caso. O caso que gostaria de apresentar diz respeito a uma situação tipificada como *rua sobrevivência* ligada a uma *suspeita de exploração sexual*, em que duas de um total de sete filhos de Maria estariam envolvidas com a prática. O que quero pontuar para além da situação de rua, é a forma como o técnico que apresentava o caso refletia sobre a questão da responsabilidade de Maria sobre as duas adolescentes.

De acordo com o profissional, as duas meninas não têm uma relação próxima com a mãe biológica, não moram com ela e foram criadas por outras duas mulheres, além disso as jovens já tiveram determinação de acolhimento, mas nunca foram institucionalizadas. Uma delas mora hoje com a sogra e, em relação à outra garota, disseram que seria necessário retomar o acompanhamento, pois a sua responsável era

uma senhora já idosa e que veio a falecer recentemente. Apesar dessa falta de vínculo e de cuidado, era o nome da mãe biológica das meninas que estava preenchido no campo relativo ao *nome da mãe*. Ou seja, no prontuário era Maria quem contava como a responsável pelas adolescentes, apesar de não as ter criado e de não ser o vínculo afetivo das duas.

De acordo com as reflexões do técnico, essas garotas estão em uma espécie de *limbo*, pois não existe de fato um responsável por elas. Segundo ele, as meninas são consideradas como evadidas do abrigo, pois nunca se apresentaram na instituição e por isso foram desligadas, ou seja, não existe mais vínculo com o acolhimento institucional. Além disso, elas não possuem uma família que se responsabilize por elas. A questão que paira, a partir da visão do profissional, é se devem considerar todos esses indivíduos como uma família, apesar de não existir um vínculo e nem cuidado dessa mãe em relação às duas meninas.

O segundo caso é de uma situação considerada como *rua moradia*. Conheci a história em uma reunião em que estava presente a equipe do Centro e a da Lomba do Pinheiro, e o encontro foi solicitado para que os dois núcleos discutissem casos de *rua moradia* da região que estavam no território central da cidade. O núcleo da Lomba produziu um documento com dados dos jovens, com informações relativas à data de nascimento, nome do responsável, breve histórico do caso e a situação atual do acompanhamento. A história que me chamou atenção foi a de Lucas, pois ele era a única situação em que o campo relativo ao responsável estava em branco.

De acordo com as falas dos profissionais, ele é órfão de pai e mãe e não possui nenhuma referência. Ele faz situação de rua moradia, transita bastante pela cidade e tem envolvimento com drogas, além disso, era o serviço que acabava sendo o responsável pelo menino e, na concepção de Lucas, apenas o Ação Rua o procura e apenas a assistência se comunica com ele. Na reunião, conversavam sobre como é difícil realizar o trabalho quando não se tem um adulto responsável, e que mesmo que esta pessoa não seja o *tipo ideal*, pelo menos ela existe.

Outra história que destaco diz respeito a uma trajetória que foi levada para a reunião de gerenciamento. Esse encontro será explorado no capítulo final, mas para fins de análise vale ressaltar que é uma reunião mensal onde estão presentes representantes

da Média Complexidade e dos 13 núcleos que compõe o serviço, com o objetivo de discutir os casos atendidos configurados como *rua moradia*. A dinâmica atual deste espaço funciona com a descrição por alguma das equipes sobre um caso escolhido e, depois da apresentação, os outros profissionais discutem sobre a narrativa, no intuito de auxiliar a resolução do caso.

A história a ser narrada nesta reunião diz respeito às dificuldades em conseguir localizar a família de Bruna de 14 anos que pede dinheiro na frente de uma padaria. De acordo com os profissionais, a garota foi *abordada* pela primeira vez em 2012 e o caso se mostra complicado, pois as ações propostas em relação a situação não tem surtido efeito e não se tem nenhuma informação sobre o seu núcleo familiar. Segundo a equipe, esse estar na frente do estabelecimento é um trabalho, pois ela possui uma remuneração fechada (ganha em torno de 60 reais por dia), ficando neste espaço de segunda a sexta-feira e possui um intervalo de duas horas para o almoço. De acordo com o núcleo que apresentava o caso, outro problema que enfrentam é a própria padaria, sendo que o dono solicita o Ação Rua e pergunta: *Quando vocês vão tirar ela daqui?*. Segundo a narrativa, quando isso ocorre, o serviço tem que explicar que eles não fazem essa retirada e que trabalham com a opção do jovem aderir ou não as propostas.

A equipe citou que tentou um contato com a família da menina, mas disseram que esse *vínculo* é bastante difícil. A mãe acha *natural* o trabalho infantil e o fato da menina ajudar financeiramente e nas tarefas domésticas, e também não quer saber da assistência social e não recebe Bolsa Família. De acordo com os narradores do caso, brincar e sorrir não fazem parte da vida dela e que para a menina o trabalho já é algo naturalizado. Também descreveram um episódio em que observaram quando ela pegou uma boneca para brincar e logo a deixou de lado e disse que não podia, pois não era mais criança.

De acordo com os profissionais, é um caso em que não se *qualifica* o endereço, a família muda bastante de residência e a garota não passa o endereço do local em que mora. Ela também não frequentou a escola naquele ano e os educadores ficaram sabendo que o seu padrasto foi até a escola pedir material para que ela estudasse em casa, pois a mãe havia acabado de ter neném e precisava de sua ajuda em casa, eles ainda informaram que a menina tem medo da mãe e que é treinada para não fornecer informações. A garota também desaparece quando o serviço começa a ir muito atrás

dela e, quando isso ocorre, ela costuma dar uma pausa de uma semana. A equipe pontuou que possuem um endereço antigo de onde a família morava, mas ninguém sabe onde eles residem atualmente e, como foi pontuado, não se tem nenhuma notícia da mãe da menina. O que ocorre, de acordo com o núcleo que apresentava a narrativa, é que a equipe não consegue efetivar os direcionamentos que deveriam realizar, como fazer uma visita domiciliar e obter informações na escola. A própria escola não tem informações da menina, ela foi ali matriculada sem dado algum, pois havia se mudado e o padrasto ficou de levar os documentos depois. Entraram em contato com o Conselho Tutelar, porém devido a alguns imprevistos o CT não conseguiu ir atrás da menina.

Na reunião de gerenciamento, a proposta é das outras equipes refletirem e darem sugestões para o encaminhamento das situações apresentadas. Após a apresentação do caso as outras equipes tentaram refletir em conjunto sobre como atuar na situação que estava sendo apresentada. A primeira estratégia dada por uma profissional foi em relação as formas pelas quais poderiam conseguir o endereço da família, sugeriu-se que tentassem buscar esse endereço em algum hospital de maternidade, visto que a mãe da menina havia acabado de ter uma criança e que nessa instituição poderiam ter os dados da mulher e outra sugestão foi a de buscar quem era essa família no posto de saúde da região. As falas dos outros núcleos giravam em torno dessa busca pela família e pela identificação do espaço em que a garota habitava, para assim poderem efetuar os encaminhamentos.

A partir da descrição acima é possível perceber que o serviço tem dificuldades em realizar as atividades configuradas como *acompanhamento* quando a família não existe ou quando o responsável não deseja ser encontrado. O seio familiar surge, assim, como princípio estruturador que organiza e orienta as ações e estratégias dos profissionais, bem como do programa, em relação aos jovens e crianças em situação de rua, como será aprofundado a seguir.

#### **4.6 O governo das famílias**

Através da descrição sobre os prontuários e sobre as práticas de intervenção como as visitas domiciliares, os prontuários e o Plano de Acompanhamento Familiar é possível perceber como a família é construída como sendo um valor fundamental para o atendimento. A família, tem um papel relevante e central na atuação do serviço Ação Rua, como pontuam Lirene Finkler e Debora Dell'Aglio (2014):

"É relevante sublinhar que o fortalecimento dos adultos da família, no seu papel de cuidadores/parental apresenta repercussões diretas junto aos filhos que se encontram em situação de rua, mas tem também um papel preventivo no agravamento de situações vividas com os filhos que ainda permanecem em casa. Portanto, a ênfase na matricialidade familiar repercute em promoção de qualidade de vida junto a essas famílias e comunidade" (FINKLER & DELL'AGLIO, 2014, p. 12).

Penso essa dimensão da família a partir da perspectiva de Adriana Vianna (2002) sobre o regime tutelar. A autora, ao utilizar para a análise processos judiciais relativos à guarda de crianças no Rio de Janeiro, reflete sobre a maneira pela qual ocorre a gestão de crianças como uma forma de dominação assimétrica, pois tais indivíduos são construídos e naturalizados como precisando de um responsável – seja na unidade doméstica ou administrativa. Ou seja, ocorre uma combinação e negociações entre os agentes do Estado e os responsáveis pela tutela e não uma anulação de um em detrimento de outro para assim controlar os indivíduos menores de idade. Como cita a autora:

"O que é singular nessa gestão burocrática, porém, é que seu exercício busca compor-se como uma outra ordem de controle, a das unidades domésticas e não anulá-las ou impor-lhes uma forma rígida e pré-definida de organização" (VIANNA, 2002, p. 299).

O que ocorre com o Ação Rua e a rede familiar pode ser pensado dentro desta forma de gestão de uma população, em que um programa governamental une-se a família para efetuar o controle e guardar as crianças e adolescentes. Com isso não quero dizer que não exista uma diferença de poder e uma desigualdade entre os dois campos, mas sim pontuar em como a família é incentivada a aliar-se às práticas de governo no que diz respeito à tutela dos menores e a forma pela qual é colocada que crianças e adolescentes precisam de uma tutela. Isso também não quer dizer que os responsáveis não sejam alvo do programa, visto que, como será pontuado a seguir, existe toda uma intervenção no âmbito de criar uma *organização* em quem é o adulto responsável pela casa e pelos cuidados com os filhos.

Esse processo de intervenção na rede familiar, em que essa instituição se torna central nas intervenções está relacionado, de acordo com Patrice Schuch (2013), a um processo de criação de *sujeitos de direitos* (SCHUCH, 2013), cujo objetivo final é a construção de "cidadãos ativos e aptos para a sua auto-gestão" (SCHUCH, 2013, p. 323). A família tem se tornado um sujeito político (SCHUCH, 2013), em que acaba sendo um meio pelo qual as tecnologias de governo atuam e também moldam e criam determinados sujeitos. Ou seja: "um sujeito político fundamental para a mobilização de

práticas de governo, mas também de lutas por recursos, reputações e novas posições sociais” (SCHUCH, p.314, 2013). A família é um meio e também um produto da atuação do Estado, pois esta instituição é produzida pelos agentes governamentais como sendo um dos alvos privilegiados do governo e torna-se um meio pelo qual as intervenções são propostas e efetuadas.

Não possuir um referencial familiar ou até mesmo quando a família não deseja ser acompanhada pelo serviço é deixar em suspenso o que seria o objeto deste governo, ou seja, a situação passa a ser vista como ingovernável. Para que isso não ocorra, torna-se necessário traçar uma série de estratégias para encontrar a figura responsável pelo menor, na tentativa de o serviço poder realizar a sua intervenção, ou seja, a gestão de famílias. Por sua vez, quando este núcleo é encontrado e adere ao programa, o propósito do serviço é de traçar estratégias para que os seus direitos lhe sejam assegurados. Além desses encaminhamentos são realizadas pelas equipes avaliações sobre cada núcleo familiar, na tentativa de buscar as potencialidades da rede e de buscar uma superação do que configuram como vulnerabilidades.

Através do trabalho de campo foi possível notar que existem valores que direcionam as concepções de um possível ideal de unidade doméstica, em que a centralidade deste valor, ao meu ver, está na figura da responsável pela casa e pelos filhos. Será a partir de um conhecimento sobre os hábitos e comportamentos dos adultos de cada rede familiar que será possível intervir, na tentativa de modificar as condutas e comportamentos, adequando-os em um modelo de cidadão que consiga se auto-gerir para assim gerir seus dependentes. A seguir, meu objetivo é o de demonstrar como são reconfiguradas as subjetividades dos sujeitos atendidos tendo como ponto de partida as formas pelas quais são propostas as intervenções e em como as práticas dos responsáveis pelas crianças são avaliadas e incluídas em categorias morais.

#### **4.7 A construção de sujeitos organizados e autônomos**

Como demonstrei acima, o serviço tem como objetivo central realizar o acompanhamento e o atendimento as crianças e adolescentes dentro de uma rede familiar. Os prontuários, assim como as visitas domiciliares e o Plano de Acompanhamento Familiar são instrumentos utilizados para realizar a gestão das famílias atendidas, no que diz respeito a traçar planos e metas para a intervenção, assim

como realizar diagnósticos de como as pessoas atendidas têm aderido aos encaminhamentos.

Assim como os estudos sobre a gestão de famílias pelo Estado (BARNA, 2014, 2015; SCHUCH, 2013; VILLALTA, 2012), os meus dados também demonstram que não é apenas a criança e o adolescente que será aconselhado sobre suas práticas, mas também os seus responsáveis, em que uma série de classificações serão empregadas para uma espécie de diagnóstico das práticas e ações cotidianas de quem possui a tutela. Torna-se necessário, portanto, não apenas apreender a forma pela qual crianças e adolescentes pobres estão sendo regulados, mas também a maneira com que suas famílias também se tornam alvos da intervenção, assim como os valores, moralidades e recortes de gênero envolvidos nessas práticas (VILLALTA, 2012).

Uma das principais classificações morais que pude observar nas reuniões que participei era sobre o quão *organizado* é ou está o responsável pela criança e/ou pelo adolescente. Eram discutidas questões referentes aos responsáveis no que diz respeito à *organização* que esta pessoa tem sobre a sua própria vida e a dos seus dependentes. Em que são pontos positivos dessa *organização* quando o adulto consegue utilizar os benefícios que o Estado lhe propõe para, por exemplo, construir uma residência para si e os filhos ou para reformá-la, quando adere a um tratamento de saúde que necessita ou quando uma mãe assume o seu *papel* se impondo em relação ao adolescente, ou quando consegue algum emprego.

Penso que as formas pelas quais os profissionais tentam fazer com que as famílias e seus responsáveis se organizem é a partir da tentativa de construção de uma *autonomia*, e essas intervenções podem ser diversas, como tentar trabalhar na mãe uma forma de cuidado em relação à filha que não fique apenas na repressão, mas também no diálogo e na compreensão, ou quando conseguem que a pessoa adulta acesse benefícios, conheça e garanta os seus direitos ou até mesmo quando indicam um trabalho para a mesma. A construção dessa autonomia nas pessoas atendidas pelo serviço se dá através do *acompanhamento*, sendo que “entende-se como *acompanhamento* todo o processo de acesso às políticas públicas visando à construção da autonomia e cidadania dos sujeitos através da garantia de direitos” (PMPA, 2012, p. 9).

Essas referências sobre a *organização* do adulto podem também remeter ao próprio histórico do indivíduo, quando como se referiram ao caso de uma mulher que realizava situação de rua sobrevivência quando era menor e que ainda é acompanhada pelo serviço apesar de já ter mais do que 18 anos<sup>23</sup>. Após ganhar seu primeiro filho, ela consegue desenvolver o seu *papel de mãe e cuidar da criança* e do próprio lar, sendo que usou o benefício que recebe para arrumar a residência onde mora. Além disso, existe um recorte de gênero bastante visível em relação a quem deve gerir o lar e as crianças, e a maioria dos casos que acompanho fazem referência a figura da mulher como a responsável, em que se avalia se ela está organizada (ou não) em relação a si e aos cuidados dos seus dependentes. Sendo que o seu companheiro - quando ele existe - aparece mais como um coadjuvante e muitas vezes relacionado a sustento da casa, problemas com álcool e violência doméstica.

Pontos negativos também constroem esse status de *organização*. Quando, por exemplo, a pessoa que é considerada como responsável começa a não aderir mais aos encaminhamentos propostos ou quando tem questões relacionadas à saúde mental e não realiza o tratamento. Esse status avaliativo também é utilizado no que diz respeito a quando a responsável retoma uma situação do passado que já havia superado, por exemplo, ao voltar a fazer uso de álcool. Nessas situações em que, por algum motivo, a pessoa passa a não agir de acordo com os encaminhamentos ou quando, por exemplo, retoma a situação de rua ou o uso de entorpecentes, diz se que ela *se desorganizou*.

A partir das descrições sobre as atividades do serviço no que diz respeito ao acompanhamento das famílias, foi possível observar que as práticas de intervenção realizadas pelo serviço fazem parte do que penso como uma economia moral (FASSIN, 2015) da proteção da infância e juventude, em que crianças e adolescentes foram construídos por normativas, por afetos e sensibilidades como figuras morais privilegiadas da proteção. Considero as práticas de governo da família empregadas pelo Ação Rua dentro desta economia moral por observar que para além de normativas, existem valores, afetos e discursos envolvidos no trabalho que esses agentes de governo realizam, em que os públicos alvos da intervenção são definidos e tem seus comportamentos e falas interpretados a partir das concepções morais e sentimentos desses profissionais que atuam dentro do Estado.

---

<sup>23</sup> A revisão de 2012 do projeto técnico do Ação Rua configura que mesmo que o indivíduo complete 18 anos e atinja a maioridade, ele poderá permanecer em acompanhamento até completar 21 anos.

Como foi possível identificar, por exemplo, nos diagnósticos operados pelas equipes no que diz respeito a avaliar as práticas das pessoas que compõe a família, principalmente do responsável pela casa, onde eles são incluídos dentro de conceitos morais, como a *organização* e *desorganização*. Essas avaliações são formas pelas quais o serviço atua no governo das famílias, em que definem quais são as ações e comportamentos considerados como positivos pelos adultos – possuir trabalho, ter uma boa relação com seus filhos, organizar a casa – em oposição a situações consideradas como negativas e que merecem intervenção, como a própria falta de adesão ao serviço e uso de álcool e drogas.

Através da descrição acima é possível apreender que os profissionais do serviço (psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais), atuam na proteção de uma população que foi construída como em desenvolvimento, ou seja, que não é autônoma suficiente para o cuidado de si. Por essa razão, cabe realizar um trabalho de construção de um sujeito organizado e responsável na figura de quem possui a tutela desse indivíduo para que ele consiga se auto-gerir e para que possa assim gerir outros, neste caso, os seus dependentes. Um processo de criação de novas subjetividades, ou seja, de criação de sujeitos autônomos e que busquem ativamente os seus direitos e acesse as políticas. Autonomia esta, que assim como no trabalho de Agustín Barba (2015) sobre as formas de intervenção da assistência social na Argentina, se dará a partir de um regime de tutela:

“O paradoxo é evidente: o enfoque nos direitos da criança, o seu afã de empoderar a autonomia dos sujeitos, parece produzir intervenções que, ancoradas em uma lógica tutelar, tendem a regular as vidas, não apenas das crianças, mas também dos adultos” (BARNA, p. 375, 2015).

Como o Augustin Barna (2015) pontua, pensar a autonomia e uma dependência estatal pode ser vista como um paradoxo para quem analisa com uma visão de fora do serviço, visto o que este conceito busca significar. Autores como Nikolas Rose (1989) e Aiwha Ong (2003) tem pensado sobre esses campos tendo como base como as tecnologias de governo – personificadas em médicos, assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais – tem atuado na construção de subjetividades e de cidadãos ideais.

Aiwha Ong (2003), tendo como ponto de partida o processo de construção de cidadania de refugiados que vivem nos Estados Unidos, tenta compreender a forma pela qual os migrantes serão inseridos na sociedade norte americana a partir de técnicas

específicas de governo, visando para isso a construção de um cidadão ideal. Sendo que este modelo de sujeito estaria baseado em uma economia liberal e individualista, em que quanto menos dependente do Estado o cidadão é, mais positiva é a sua forma de estar no mundo. Em que o sujeito ideal norte americano é o branco, economicamente ativo e autônomo, masculino e que não depende do Estado para a sobrevivência. De acordo com a autora:

“O discurso neoliberal que cada vez mais define a cidadania em termos econômicos, insistindo que a cidadania é o dever cívico dos indivíduos de reduzir o seu fardo na sociedade e construir o seu capital humano, torna-se um suplemento vital para os clássicos direitos liberais baseado na definição de cidadania” (ONG, 2003, p. 14 tradução nossa).

Em contraponto a esse cidadão ideal, existem os negros, vinculados à ideia de trabalho escravo e de dependência em relação ao *welfare state*. Os migrantes, quando pensados em cima dessa lógica estrutural, ou são realocados como mais próximos dos cidadãos brancos (como os chineses e vietnamitas) ou são aproximados da negritude, como os provenientes do Camboja. Economia e raça são pensadas em conjunto para localizar tais indivíduos e tal localização cria, conseqüentemente, uma série de estigmas e tecnologias para adequar os corpos desviantes.

Nikolas Rose (1989) também se propõe a pensar sobre essa racionalidade liberal. Para o autor, estamos inscritos em um governo da subjetividade que é exercido através de novas autoridades e saberes que atuam no conhecimento da psique humana e possuem a autoridade e o conhecimento necessário para agir e aconselhar os indivíduos sobre suas ações. A atuação desse governo da subjetividade tem o intuito de formar cidadãos ativos, autônomos e conscientes, para agir de acordo com determinados padrões estabelecidos socialmente (ROSE, 1989).

Os estudos acima demonstram, a partir de suas pesquisas nos Estados Unidos e na Inglaterra, um processo de uma nova racionalidade neoliberal, em que se busca a intervenção mínima do Estado nos processos econômicos e sociais. Nos exemplos de Ong (2003) e Rose (1989), as tecnologias de governo atuam na construção de sujeitos autônomos e que cada vez menos precisem do Estado, sendo que precisar de benefícios sociais coloca esses indivíduos cada vez mais distantes do sujeito livre e autônomo do modelo neoliberal. Apesar de se tratar de países e universos de pesquisa distintos, penso que a contribuição desses autores é fundamental para pensar o processo de construção de autonomia nos sujeitos acompanhados pelo Ação Rua.

Em relação ao meu contexto de pesquisa, como é possível notar a partir da própria concepção de autonomia que esta descrita no Projeto Ação Rua, o sujeito é percebido como mais autônomo quanto mais envolvido estiver com as ações propostas pelo serviço. Penso essa construção de sujeitos dentro de uma racionalidade neoliberal inspirada pelos estudos de Nikolas Rose (1989) e Aihwa Ong (2003), em que o intuito é promover nas pessoas uma independência e auto gestão de si, porém penso que é necessário pensar essa atuação dentro da lógica de um poder tutelar (RAMOS, 2003; SOUZA LIMA, 2002, 2013; VIANNA, 2002). Considero esse regime a partir da definição de Antônio de Carlos Souza Lima (2013) em seu campo etnográfico, sobre a forma pela qual as sociedades indígenas foram pacificadas a partir de governos que tinham esse fim. Em que o autor compreende a tutela como:

“O exercício de poder de Estado sobre espaços (geográficos, sociais, simbólicos), que atua através da identificação, nomeação e delimitação de segmentos sociais tomados como destituídos de capacidades plenas necessárias à vida cívica” (LIMA, 2013, p. 784).

Jair Ramos (2003), seguindo o conceito de Souza Lima (2013) adota a ideia de cadeia tutelar, demonstrando como este poder esteve presente no Serviço de Povoamento do Solo, no século XX. O autor discorre sobre uma série de técnicas pelas quais a política era aplicada na época, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a mudança de comportamento dos imigrantes que chegavam ao Brasil. Inclusive, uma das dimensões do poder tutelar é justamente o nivelamento de populações, ou seja, realizar uma diferenciação entre os grupos para que assim intervenções específicas possam ser realizadas: “Uma especificidade das classificações produzidas no exercício do *poder tutelar* consiste na definição desses segmentos de população como necessitados de uma ação estatal que lhes proteja e lhes conduza (...)” (RAMOS, 2003, p. 35).

Como exemplo, Ramos (2013) cita a construção das classificações de populações consideradas como vulneráveis e que estão sob tutela, como os indígenas (SOUZA LIMA, 2003), menores (VIANNA, 1997), e inclui o próprio conceito de crianças e adolescentes em situação de rua. Delimitar e classificar são algumas das formas pelas quais os agentes do Estado intervêm, utilizando formas específicas conforme o fim e o grupo alvo, sendo as categorias utilizadas para “a ação e intervenção” (RAMOS, 2003, p. 35).

Para além de um regime de tutela já naturalizado em relação a crianças e adolescentes, o que ocorre é também uma tutela dos indivíduos adultos, que são os responsáveis pelo cuidado. Ao traçar ações, dar conselhos e tentar promover práticas e atitudes que os pais deveriam ter em relação aos seus filhos e a sua vida pessoal, efetuam um regime tutelar em relação a pessoas que em termos legais já ultrapassaram uma noção de menoridade. Apesar de terem ultrapassado uma idade – se pensarmos em termos de ciclos da vida institucionalizados – que configura a menoridade, as práticas adotadas pelas equipas em relação aos adultos podem ser consideradas como técnicas de menorização (LUGONES, 2009). Ou seja, uma forma pela qual os responsáveis recebem conselhos sobre como agir em determinadas situações. Ao realizar uma análise sobre as formas de aconselhamento realizadas nos Tribunais Previsionais de Menores em Córdoba (Argentina), Maria Gabriela Lugones (2009) conceitua que as técnicas de menorização eram:

“Formas de aconselhamento concebidas como procedimentos de gestão administrativo judicial, que permitem por sua vez viabilizar resoluções e formatar pedagogicamente certos modos de conduta, de apresentação de si, e que delimitavam as possibilidades aceitáveis de ser responsável por um menor e, particularmente, de ser mãe” (LUGONES, 2009, p.37).

Para a autora, a eficácia destas técnicas estaria no fato de elas serem realizadas em um formato de conselhos, o que por si só qualificaria o ato como bem intencionado (LUGONES, 2009), e o aconselhamento seria uma das principais características do regime de tutela. Assim como no campo de Lugones (2009), não eram apenas as crianças e adolescentes que estavam dentro deste regime de tutela e das técnicas de menorização, mas também os seus responsáveis. Com técnicas que se relacionavam com a construção de uma nova subjetividade, seja a partir de conselhos que atuavam na construção de uma relação de afeto da mãe com a filha, ou que indicavam que o responsável deveria parar de beber ou arranjar algum emprego. A partir da adesão as propostas do serviço e dos encaminhamentos por ele oferecidos – como, por exemplo, conseguir acesso a um programa de benefício social – é que o adulto, e em consequência aquele núcleo familiar, conseguiria ser autônomo.

#### **4.8 Considerações finais sobre o capítulo**

Os dados apresentados são fruto da observação das visitas familiares, da construção de um Plano de Acompanhamento Familiar e da descrição dos prontuários, e demonstram que a intervenção não ocorre apenas com as crianças e os adolescentes

configurados como em situação de rua, mas também com a sua família. Essa rede familiar, como demonstrei ao longo do capítulo, tem uma grande centralidade na atuação do Ação Rua. Pontuei que é através de um regime de tutela, que se dá a partir de uma negociação entre a família e esta ação governamental, que será possível governar os menores em situação de rua. Para além do governo dos dependentes, o que quero pontuar, é um governo que ocorre também com os adultos que são os responsáveis pela unidade doméstica. Quando a criança ou o adolescente não possui família ou ela não deseja ser encontrada, as equipes enfrentam dificuldades em dar prosseguimentos ao *acompanhamento*, pois o objeto deste governo é a unidade familiar.

Como descrito acima, a partir de duas categorias morais – *organizado* e *desorganizado* – os comportamentos e práticas dos maiores de idade são incluídas conforme o que as equipes compreendem destes dois conceitos. A partir desta classificação é que será possível avaliar como está ocorrendo a própria adesão aos encaminhamentos propostos pelo serviço e também realizar uma avaliação dos comportamentos empregados pelos sujeitos que são acompanhados. Além dessas avaliações sobre a conduta dos beneficiários do programa, demonstrei que o objetivo do *acompanhamento* é realizar a construção de sujeitos autônomos através da adesão as ações propostas pelo serviço. Seguindo esta lógica, a pessoa é considerada mais autônoma quanto mais engajada com as propostas do programa estiver.

Penso a construção dessa autonomia dentro de um regime de tutela e a partir da criação de subjetividades calcadas em um modelo neoliberal. Através de aconselhamentos e de intervenções no cotidiano, tenta-se promover nos adultos atendidos uma capacidade de autogestão e de mudanças de comportamentos. Ou seja, é a através da adesão do adulto as propostas deste programa governamental que ele irá se tornar autônomo, o que pode ser considerado como um paradoxo se considerarmos a forma pela qual a autonomia tem sido construída no Ocidente, a partir de um ideal de independência em relação ao Estado. O que ocorre, para além da tutela dos indivíduos configurados como menores de idade é também uma tutela dos adultos, em que suas condutas são avaliadas e também modificadas, tornando-se um dos principais focos das práticas de governo configuradas pelo Ação Rua.

## 5. A construção dos *casos* como forma de governo

Este capítulo explorará as reuniões de gerenciamento dos casos, que se trata de um encontro mensal coordenado pela Proteção Especial de Média Complexidade, ocorrido na sede da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e que tem como um dos objetivos discutir, em conjunto com as equipes e outros trabalhadores ligados à Proteção Especial, os atendimentos relativos a situações de rua moradia na cidade. Trata-se de um espaço que está passando por reordenamentos em relação ao público alvo que é discutido neste espaço, assim como a respeito da metodologia do encontro.

A partir da descrição das observações que realizei neste encontro, pretendo demonstrar como os *casos* narrados pelos profissionais se caracterizam como uma tecnologia moral de governo, isto é, penso a discussão dos *casos* como uma narrativa moral que diferencia as crianças e adolescentes acompanhados pelo serviço e constrói quais sujeitos serão os alvos da intervenção, além de definirem novas formas de atendimento e criarem classificações para explicar determinadas práticas. É importante ressaltar, apesar de não ser o foco do presente estudo, que as escolhas dos profissionais sobre quais vidas devem ser incluídas em determinados espaços ou benefícios trazem dilemas e sofrimentos para os trabalhadores e essas seleções se dão porque existe uma insuficiência de políticas e programas que consigam contemplar todo o público que atendem.

Para realizar esta análise, será preciso ir além dos estudos de biopolítica (FOUCAULT, 1979; 2002; 2008), em que o foco é a população, e pensá-la em conjunto com as políticas da vida (FASSIN: 2007, 2009). Como descrevo na introdução desta dissertação, o presente trabalho tem a sua inspiração nos estudos de Michel Foucault (1979, 2002, 2008) para pensar o Estado enquanto uma multiplicidade de atores, onde um dos focos centrais é o controle de um corpo numerável, ou seja, a população. Acredito que os estudos foucaultianos assim como os de autoras e autores que adotam a sua perspectiva são de extrema importância para pensar processos como os descritos no primeiro capítulo, que dizem respeito a contagens populacionais e as maneiras pelas quais se governa a partir de números e fins específicos.

Para além de apenas considerar os estudos que dialogam com a biopolítica (FOUCAULT, 1979; 2002; 2008) para pensar as formas de intervenção e a produção da população de crianças e adolescentes em situação de rua, acredito que tais pesquisas encontram uma certa limitação quando o objeto a ser analisado é o individual e as desigualdades entre seres humanos. Pensar sobre casos únicos é de extrema importância para este trabalho, pois a forma pela qual o serviço atua lida com as especificidades de cada história de vida, e as intervenções propostas são pensadas e realizadas levando em conta cada única biografia, as potencialidades e desafios de cada pessoa e núcleo familiar acompanhado pelo programa.

Refletir sobre essa dimensão individual é também uma análise sobre a vida, ou seja, é não considerar cada existência como algo dado, mas compreender que existem políticas, moralidades e ações que se distinguem e criam inequidades e diferentes pesos e medidas para as vidas humanas. Ou seja, é ampliar o pensamento sobre a biopolítica, por compreender que existem outras dimensões para além da população, sendo ela a vida (FASSIN, 2009). Didier Fassin (2007, 2009), complementa e se distancia da reflexão de Foucault no que diz respeito a não considerar a biopolítica apenas como um processo de normalização e uma forma de governo, mas compreender tais fenômenos a partir de uma política da vida, ou seja, quais os significados e valores são colocados nas vidas humanas. A partir desta perspectiva, é possível identificar as diferenciações que estão implicadas nas vidas dos seres humanos, onde algumas merecem mais atenção, políticas e cuidado do que outras:

“O que as políticas fazem com a vida – e vidas – não é somente uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e táticas. É também uma questão concreta da maneira pelas quais indivíduos e grupos são tratados, sobre quais princípios e no nome de que morais, implicando em desigualdades e não reconhecimento” (FASSIN, 2009, p. 57, tradução nossa).

Um exemplo de intervenção considerada como biopolítica e política de vida que é trabalhada pelo autor é o humanitarismo. Ao utilizar como exemplo a retirada de profissionais dos Médicos sem Fronteiras do Iraque devido aos riscos aos quais a equipe estava exposta devido à guerra, demonstra quais vidas poderiam ser salvas e quais poderiam ser deixadas em risco. Além dessa diferenciação sobre quais vidas são mais importantes, o humanitarismo, ao incluir pessoas dentro de uma categoria de vítimas que merecem atenção, também atua na construção de um discurso sobre o outro:

“O testemunho humanitário estabelece duas formas de humanidade e dois tipos de vida no espaço público: Existem aqueles que podem contar as

histórias e aqueles cujas histórias serão contadas por outros” (FASSIN, 2007, p. 518, tradução nossa).

Fassin (2007, 2009) busca compreender como se criam as desigualdades e diferenças entre os seres humanos, não os homogeneizando dentro de uma população. Não se trata de um rompimento com as idéias de Michel Foucault (1979; 2002; 2008) e sim de uma inclusão da dimensão da vida nos estudos sobre política, nos quais até mesmo os estudos de caráter censitário possuem um significado e podem servir para normalizar taxas ou para proteger determinados grupos em detrimento de outros. A proposta do autor, portanto, é substituir a biopolítica – cujo objeto é a população – por uma política da vida, em que o enfoque está na própria vida humana. O autor também propõe se pensar em termos de uma biogitimidade ao invés de um biopoder, para que se tenha ênfase na “construção dos significados e valores da vida ao invés do exercício de forças e estratégias para controlá-la” (FASSIN, 2009, p. 52, tradução nossa).

A diferenciação entre as vidas pode ocorrer de diversas formas e ser empregada por diversos atores – políticos, médicos, assistentes sociais, a mídia – e podem ocorrer a partir de práticas cotidianas que decidem quem deve viver, morrer ou quem é merecedor de determinado benefício. Por exemplo, quando um médico que atua em uma UTI – a partir de um diagnóstico amparado por uma ética profissional e um aparato institucional – tem o poder de decidir quais indivíduos tem mais condições de viver e quais casos estão fadados à morte, influenciando no próprio tratamento dado ao paciente (BIEHL & MOREIRA, 2007), ou quando profissionais a partir de critérios um tanto quanto ambíguos e pouco claros – como acertar a faixa etária de um concorrente a algum benefício social tendo como base a aparência do mesmo e os seus conhecimentos práticos - decidem sobre quais seres devem ou não receber um dinheiro que pode melhorar a qualidade de suas precárias vidas (GUPTA, 2012). Para Akhil Gupta (2012), essa forma pela qual os agentes do Estado<sup>24</sup> selecionam as pessoas merecedoras é uma violência estrutural, pois destituiu determinados indivíduos de poderem usufruir condições melhores de vida.

Isso posto, as discussões e apresentações dos *casos* atendidos pelo Ação Rua na reunião de gerenciamento serão analisadas tendo como foco a percepção das

---

<sup>24</sup> O autor não pensa o Estado como uma entidade unificada e homogênea, mas sim como sendo formado por diversos âmbitos e onde existem diversas contradições.

moralidades envolvidas nas práticas de intervenção, se atentando para as formas como os casos são construídos, classificados e como mobilizam novas formas de atendimento. É importante ressaltar que este encontro ocorre desde 2003 – quando era realizado pelo Inter- Rua - e como pontua Lirene Finkler, técnica social da FASC, desde o seu início eram discutidos apenas os casos de *rua moradia* e não todos os casos de situação de rua que eram acompanhados, entendendo que a moradia era a situação mais grave que ocorria no período. Em 2009, o Ação Rua passa a gerir a listagem dos casos, sendo que atualmente, como foi possível observar em campo, este encontro está em um processo de reflexão e de modificação na metodologia que antes era empregada.

O foco deste capítulo será o de justamente refletir sobre essas mudanças que tem ocorrido na gestão deste espaço, tendo como ponto de partida a descrição dessas metodologias e a forma pela qual são configuradas novas classificações e formas de atendimento. Durante o período que estive em campo, pude perceber três maneiras pelas quais esta reunião tomou forma. O primeiro modelo que pude presenciar diz respeito à forma pela qual eu conheci o gerenciamento de casos, que se tratava de uma dinâmica em que todas as equipes apresentavam os seus *casos* considerados como *crônicos*, na tentativa de, em grupo, pensar em estratégias de ação.

O segundo formato diz respeito à inclusão de uma aba definida como *casos especiais*. Nesta definição poderiam ser incluídas as situações consideradas como de difícil encaminhamento e que não precisariam necessariamente ser tipificadas como *rua moradia*, categoria foco do encontro. O que é possível apreender desta modificação é uma ampliação do público que é alvo deste espaço de discussão e uma nova forma de pensar sobre a complexidade e gravidade das situações empregadas pelos jovens, para além de uma categoria de *rua moradia*.

Por fim, apresento o terceiro modelo de reunião e último que observei durante o trabalho de campo – finalizado em dezembro de 2015 – a apresentação de um único *caso* escolhido por alguma das treze equipes que compõe o programa. A partir da narrativa de uma história, o intuito era fazer com que uma maior atenção pudesse ser destinada a cada biografia e que os outros núcleos pudessem prestar auxílios e sugestões em relação ao que poderia ser feito. Como será possível perceber ao longo deste capítulo, penso a construção deste único *caso* narrado no espaço do gerenciamento como uma tecnologia moral de governo e, dessa forma, meu objetivo é demonstrar

como as práticas de governo e as moralidades são domínios que devem ser analisados em conjunto, além de apreender os efeitos nos modos de intervenção.

### 5.1 O gerenciamento de casos

Para fins deste trabalho, apenas irei aprofundar as reuniões de gerenciamento em que estive presente, ou seja, as que já eram realizadas pelo Ação Rua. Meu intuito é descrever como este espaço está sendo utilizado atualmente, e não realizar um resgate histórico de como ele era gerido. Na primeira reunião em que estive presente, assim que adentrei o espaço, me sentei em uma das cadeiras que estavam dispostas em círculo no auditório. Na parte da frente da sala havia um computador e um projetor com uma planilha aberta para que todos pudessem visualizar o documento projetado. Após uma rodada de apresentação, em que cada um dizia o seu nome e de qual equipe faz parte, e após os informes, deu-se início a discussão dos casos que estavam no documento. Na planilha estavam dispostos, em série, os nomes das crianças e dos adolescentes em situação de rua moradia que são acompanhados pelo serviço.

Além desses jovens que são acompanhados pelo serviço – que são configurados como os casos ativos – o documento contempla outras situações: os casos conceitualizados como *passivos*, *jovens adultos* e os *casos especiais*, sendo este último uma modificação atual e que será detalhada a seguir. Os casos compreendidos como *passivos* dizem respeito a uma situação de rua moradia que já foi superada, ou seja, a criança ou o adolescente não tem mais como referência o espaço da rua, mas ainda não foi desligada, pois está em observação. Antes, se tinha estipulado um período de seis meses para o jovem e sua família serem de fato desligados, mas hoje entende-se que não é necessário cumprir esse prazo, pois quem deve efetuar tal ação é a equipe que os acompanha. A aba *jovens adultos* diz respeito a pessoas que completaram 18 anos, mas não superaram a situação de rua moradia e contém dados que vão de 2013 até 2015.

O envio dos dados e atualização desse documento é de responsabilidade das equipes e há um manual de orientações para guiar a atividade. Cada núcleo envia as suas atualizações para a coordenação da Proteção Especial, para assim os dados poderem ser sistematizados. Neste manual, constam as categorias utilizadas pela coordenação da Proteção Especial para o gerenciamento dos casos, assim como uma explicação sobre o que significa tal categoria para orientar o trabalho das equipes que compõem o serviço.

As informações relativas ao jovem vão desde o nome completo da criança ou do adolescente, o nome do responsável, escolaridade, informações sobre a situação em que estão – se estão em abrigo, na rua, com responsável, na FASE<sup>25</sup>, etc. - assim como a data de ingresso no sistema, ou seja, quando começaram a ser acompanhados pelo serviço; informações relativas ao uso de substâncias psicoativas, com dois campos – um para droga principal e outra droga secundária, e um campo sobre a frequência do uso. Há também informações sobre o local em que espera se encontrar o jovem em determinados períodos do dia. Como exemplo: Maria está na rua no horário da manhã, à tarde na escola e à noite na casa da avó.

Através do documento é possível acompanhar a movimentação dos jovens dentro dos circuitos da cidade e as atualizações sobre os casos, ou seja, quando ocorre alguma mudança na situação em que o jovem se encontrava, são grifadas na planilha com a cor amarelo. Por exemplo, poderia ter fugido do abrigo em que estava ou até mesmo estar vinculado à família quando antes não estava. Os casos que foram apresentados nesta primeira reunião de gerenciamento que participei referiam-se aos de rua moradia que eram considerados como *crônicos*. Cada equipe tinha determinado tempo para apresentar determinadas situações que acompanhavam e, depois, era aberta uma discussão para se pensar em estratégias para o encaminhamento da situação.

Neste encontro, os *casos crônicos* apresentados referiam-se a situações em que era difícil manter uma abordagem e uma aproximação com certas crianças e adolescentes em situação de rua. Como exemplo, casos em que o jovem estava arredo em relação a abordagem da equipe; indivíduos que estavam em comunidades ligadas ao tráfico de drogas, o que dificultava o acesso do serviço; e as narrativas que demonstravam que mais de um membro da família estava em situação de rua, ou seja, famílias em situação de rua. Esse modelo de reunião baseado nos casos de rua moradia vistos como mais crônicos pela equipe está, atualmente, em processo de reflexão. Para atender as modificações empregadas pelos sujeitos alvos do programa, assim como a complexidade dos casos, foi necessário reelaborar o modelo de encontro. A seguir, foco a análise nessas modificações empregadas e que encontram sob avaliação a respeito da efetividade desta nova organização.

## 5.2 A configuração dos casos especiais

---

<sup>25</sup>Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

Como citado anteriormente, a reunião de gerenciamento está passando por uma etapa de ajustes, em que posteriormente será avaliado quais as melhores formas de realizá-la. Essas modificações estão sendo pensadas, de acordo com falas institucionais, como uma forma de potencializar o espaço, tentando achar melhores formas pelas quais os casos acompanhados possam ser pensados, assim como quais biografias poderiam ser incluídas para se ter um maior conhecimento e as ações voltadas para e sobre a situação de rua empregada por crianças e adolescentes na cidade. A proposta de repensar este encontro também se deve, como cita Lirene Finkler, a própria estabilização dos casos relativos à rua moradia, ou seja, há um número estável e menor do que era antes relativo a essas trajetórias de vida. De acordo com a profissional, é necessário pensar qual poderia ser novo foco deste encontro, um fórum que dialogasse com questões relativas a acolhimento institucional e também saúde mental, problemáticas recorrentes nas situações atendidas.

Uma alternativa utilizada para pensar as histórias atendidas para além da *rua moradia* foi a criação de um novo campo na planilha utilizada na reunião mensal para pensar sobre esses *casos*. Para atender as trajetórias que não se enquadravam na rua moradia – foco deste espaço - e que eram consideradas como de difícil encaminhamento, foi criada uma nova forma de nomeação: a dos *casos especiais*. Esta nomenclatura, de acordo com Lirene Finkler, surgiu como uma tentativa de relacionar tais situações com a Proteção Especial, ou seja, trajetórias que necessitam de uma atenção diferenciada e que ultrapassam as fronteiras da assistência social. Os *casos especiais* são muitas vezes intersetoriais, pois os indivíduos que são incluídos dentro desta tipificação demandam a atenção de outras ações, como saúde, serviços de abrigo, dentre outros. É importante ressaltar que, por se tratar de algo que está em vias de teste, não existe um manual de orientações para as equipes fazerem uso ao identificar os meninos e meninas que fazem parte desses casos. Apesar de não existir um documento que delimite tal categoria, pois é uma nomenclatura que está em vias de construção e de experimentação, já existem situações nas quais é possível identificar quais sujeitos estão sendo incluídos nesse novo espaço da planilha.

Como exemplo de *casos* que foram enquadrados como *especiais*, cito o de indivíduos que estão ligados ao *tráfico de drogas*. Como foi possível observar nas reuniões, um dos problemas que as equipes dizem estar enfrentando é o de não conseguirem acessar determinados jovens por esses estarem inseridos em redes de

tráfico de entorpecentes. A dificuldade nesse acesso se dá, principalmente, pelo próprio fechamento desses espaços e pelo controle exercido pelo tráfico em determinadas regiões da cidade, determinando também quem poderá ou não adentrar nas vilas. Ocorreram situações em que algumas vilas estavam com toque de recolher, e em outras impediam o acesso da equipe à comunidade, por exemplo. É preciso, de acordo com os profissionais, estar atento a tais limitações, pois adentrar esses espaços envolve riscos, tanto por parte dos profissionais quanto para o adolescente.

É também interessante notar que indivíduos que antes estavam apenas na aba de rua moradia poderiam também ser incluídos nessa nova nomenclatura de *caso especial*. Isso demonstra que aquilo que as equipes têm pensado como um *caso especial* não diz respeito a casos novos, mas também pode remeter a histórias que já estão sendo acompanhadas e que têm trazido desafios para o trabalho. Os casos apresentados nessa reunião, cuja proposta foi a de trazer para a apresentação as narrativas sendo já pensadas como um caso especial, giravam muito em torno da dificuldade de acesso e de abordagem ao jovem, assim como em relação à própria falta de efetividade nas ações empregadas pelo serviço nessas situações, ou seja, não estavam observando efeitos nos encaminhamentos propostos para os sujeitos atendidos. Como foi possível observar, outras histórias também podem ser enquadradas na aba de *casos especiais*, como o trabalho organizado que crianças e/ou adolescentes têm realizado na porta de entrada de redes de mercados da cidade, meninos e meninas que estão desaparecidos, exploração sexual, saúde mental, tráfico de drogas, dentre outros.

Além da inclusão de uma nova aba para pensar casos configurados como complexos e com situações tão frágeis e graves que não estavam necessariamente sendo configurados como rua moradia – *os especiais* –, outra metodologia foi colocada em prática. Trata-se da discussão de um único caso. Ou seja, a partir de uma história que alguma das equipes traz para apresentar no espaço do gerenciamento de casos, espera-se traçar encaminhamentos, sugestões, além de uma identificação com os casos acompanhados por outros núcleos. Antes de me deter na descrição do último formato de encontro que presenciei, penso ser necessário realizar uma reflexão sobre a vida prática das categorias, ou seja, compreender a maneira pela qual os conceitos são criados e a forma como são vivenciados e interpretados pelos profissionais que compõe o Ação Rua na prática cotidiana e no espaço do gerenciamento de casos.

### 5.3 A vida prática das categorias utilizadas pelo serviço Ação Rua

Uma das questões centrais desta dissertação é a forma pela qual o serviço Ação Rua reflete e aplica no cotidiano profissional as categorias – *rua moradia* e *rua sobrevivência* - que estão nas diretrizes do programa. Como demonstrei ao longo deste trabalho, penso as categorias como uma invenção realizada por diversos saberes e sensibilidades, que possuem um contexto propício para o seu surgimento. Além de tentar compreender os efeitos do uso de um conceito em detrimento de outro – como exemplo a análise da reunião de gerenciamento dentro de uma perspectiva sobre as políticas da vida (FASSIN, 2007, 2009) – o meu intuito é o de demonstrar como os conceitos não são tão delimitados por fronteiras rígidas, ou seja, eles podem se misturar devido às complexidades da vida humana e as práticas realizadas pelas pessoas não conseguem ser inseridas dentro de uma classificação fixa e una.

A descrição etnográfica acima demonstra a inclusão de um novo campo na tabela utilizada na reunião de gerenciamento – os *casos especiais*. Esta implementação se mostrou necessária para contemplar as histórias consideradas graves para além de um conceito de *rua moradia*. Considero que essa nova categoria surgiu a partir da própria discussão a respeito da situação de rua na cidade e das práticas realizadas pelos jovens, o que fez com que o próprio espaço do gerenciamento tivesse que ser repensado, pois o filtro que antes estava sendo utilizado – o de *rua moradia* – parecia não mais contemplar diversas das práticas empregadas pelas crianças e adolescentes atendidos.

A partir da configuração de casos considerados como paradigmáticos – como os apresentados anteriormente e que envolvem tráfico de drogas, crianças na porta de mercados, jovens desaparecidos, entre outros – e da interpretação que os profissionais tinham sobre essas situações, ocorreu a ampliação de quais narrativas seriam o foco deste encontro. A categoria que antes organizava essa reunião mensal foi colocada em *risco na prática* (SAHLINS, 1990), ou seja, foi modificada conforme a interpretação dos que atuam na proteção da infância e juventude em situação de rua.

Penso as categorias e a forma pela qual elas são interpretadas e utilizadas na vida cotidiana a partir da noção do *risco das categorias na ação* formulada por Marshal Sahlins (1990) na obra *Ilhas da História*. Em linhas gerais, o objetivo do autor neste livro é demonstrar que história e estrutura não são opostas, ao contrário, a história só faz sentido se houver uma estrutura que torne os eventos significativos. Os significados

culturais são alterados na ação e as relações entre as categorias mudam, sendo assim pode-se dizer que o mundo não necessariamente é obrigado a obedecer a lógica pela qual ele foi concebido. Para Sahlins (1990) toda a reprodução da cultura é uma alteração em que a cultura funciona como o produto de uma síntese de estabilidade e mudança, passado e presente.

Para além de pensar em uma estrutura fundante e fixa onde caberia às pessoas seguir determinados padrões e significados culturais, Sahlins (1990) inclui a dimensão da subjetividade das pessoas na análise, ou seja, a forma pela qual um evento – que é a relação entre um acontecimento e um sistema simbólico – será interpretado pelos indivíduos que compõe determinada cultura. A maneira pela qual os significados culturais são vivenciados no mundo concreto coloca as categorias culturais em risco, em que elas podem ser modificadas conforme a interpretação dos grupos que as vivenciam (SAHLINS, 1990). Como cita o autor:

“As categorias tradicionais, quando levadas a agir sobre um mundo com razões próprias, um mundo que é por si só potencialmente refratário são transformadas. Pois, assim como o mundo pode escapar facilmente dos esquemas interpretativos de um dado grupo humano, nada pode garantir que sujeitos inteligentes e motivados, com interesses e biografias sociais diversas, utilizarão as categorias existentes das maneiras prescritas. Chamo essa contingência dupla de o risco das categorias na ação” (SAHLINS, 1990, p. 182).

Para além de pensar a ampliação do que é discutido na reunião de gerenciamento e a criação de uma nova categoria a partir da prática, pretendo analisar as formas pelas quais a equipe da Lomba do Pinheiro e a do Centro colocam as categorias tipificadas pelo programa *em risco* nas situações práticas. De acordo com esses profissionais, os conceitos que estão nas diretrizes do programa e que guiam o espaço do gerenciamento de casos servem como uma forma de comunicação entre as equipes e como uma forma de organização interna do trabalho que realizam. Como será possível notar ao longo desta seção, a partir dos relatos das equipes que acompanhei de forma mais próxima, as duas categorias que estão nas diretrizes do serviço podem se mostrar como insuficientes para descrever a multiplicidade da vida real. Segundo os profissionais e como será aprofundado a seguir, os dois conceitos podem se misturar dentro de uma mesma vivência, e o que ocorre na prática é uma tentativa de não sobrepor as situações atendidas, ou seja, ao contrário de exercer uma diferenciação das vidas que estava ocorrendo na reunião de gerenciamento, os profissionais citaram tentar não enfatizar uma prática como mais grave do que a outra.

Segundo o núcleo da Lomba do Pinheiro, as categorias tipificadas no Projeto do Ação Rua se mostram, muitas vezes, como insuficientes para descrever a multiplicidade da vida real. O que essa equipe que tenho acompanhado me relatou é que a vida real não cabe em categorias tão fechadas. De acordo com os profissionais, os *casos* atendidos naquela região envolvem diversas situações complexas, como *tráfico de drogas* e *trabalho infantil*, além de ser um território com altos índices de pobreza, de crianças e de população idosa. Os profissionais citaram que, naquela equipe, nunca pararam para definir nas situações práticas qual criança está enquadrada em qual nomenclatura, se é de rua moradia ou rua sobrevivência, por exemplo.

As vivências, de acordo com o núcleo da Lomba do Pinheiro, ultrapassam as categorias: *O que fazer quando a família toda está em situação de rua? E o que fazer quando a criança está em rua sobrevivência, mas tem os vínculos fragilizados?* Tais questionamentos, que foram fornecidos em uma reunião de equipe que acompanhava, servem para demonstrar como a vida real muitas vezes não consegue ser encaixada em categorias tão fixas. Para eles, enquadrar as histórias em categorizações é uma tarefa difícil, pois ali se trabalham com vidas e com afetos, e também isto não é o principal foco do Ação Rua daquele território. Ainda de acordo com a equipe, muitas vezes essas duas categorias se misturam, em que a rua moradia é também uma sobrevivência. Sendo que antes os profissionais compreendiam a moradia como uma falta de vínculo entre o adolescente e a família, mas disseram que atualmente não entendem o conceito assim, como citaram em uma entrevista:

“Mas acho que uma coisa nos guia é que a moradia é aquele adolescente que fica mais tempo fora do convívio com a sua família, não que ele não tenha um vínculo. Porque uma época a gente caracterizava: rua moradia tem vínculos rompidos. Não, a vida nos mostrou que muitas vezes aquele guri que está na Borges tem um amor gigante pela família que esta aqui na comunidade, ele consegue vir aqui na comunidade duas três vezes na semana, ou a família vai ate ele. Então isso do vinculo rompido não é por ai...” (EQUIPE LOMBA DO PINHEIRO, 2015).

Os conceitos, como citei acima, não são uma forma central pela qual o núcleo da Lomba organiza o seu trabalho. De acordo com as falas profissionais, eles podem muitas vezes se misturar, como quando consideram que a própria questão de morar na rua é uma sobrevivência ou quando, como me foi dito em entrevista, questões que a equipe configura como *vulnerabilidades* – como exemplo o uso de drogas – podem estar presentes de forma constante nas duas configurações, e ainda existem casos em

que o próprio adolescente pode passar de uma situação de sobrevivência para moradia e vice-versa.

Um movimento que o núcleo que atende o Centro assinalou durante uma entrevista sobre as categorias e a sua vida prática, é a tentativa de não realizarem uma sobreposição entre os dois conceitos utilizados pelo programa, ou seja, não considerar uma história mais grave e que merece mais proteção do que outra. O núcleo central pontua que, para além das classificações, existe uma dimensão temporal que configura os casos que atendem, na qual quanto maior o tempo na rua, maior a identificação da criança com este espaço. Pensar esse tempo na rua é ir além de uma configuração que delimita que a *rua moradia* é uma circunstância mais grave e vulnerável do que a *rua sobrevivência*. Para além de pensar em qual conceito envolve mais riscos, a equipe do AICAS tem refletido no que diz respeito à relação e identificação que a criança ou o adolescente possui com a rua.

Para ilustrar esta dimensão do tempo, utilizaram como um exemplo uma situação hipotética em que uma criança que está há dez anos realizando um trabalho infantil nas ruas e retornando a sua casa pode ser muito mais *vulnerável* do que uma situação de rua em que o jovem esta morando na rua há um mês. Assim como o núcleo da Lomba, a equipe do centro tem refletido no que diz respeito a não realizar uma sobreposição entre as duas categorias, considerando uma mais grave do que a outra, visto que as vivências das pessoas acompanhadas muitas vezes misturam os limites das tipificações:

“E o que a gente percebe é que isso, pode existir essa categorização, existe, mas não que no sentido de uma sobrepor a outra no sentido de maior fragilidade ou de maior vulnerabilidade, ou maior gravidade. Eu acho que isso não é por ser moradia que a gente avalia que é o mais grave. Eu acho as vezes por ser moradia acaba tendo um outro olhar, uma outra atenção e não se da atenção pra esses casos de sobrevivência, que não estão na rua, que não dormem ali, mas ao mesmo o risco é tão grande. As vezes são crianças pequenas que as vezes vem de outros municípios e passam o dia aqui em Porto Alegre e vão embora altas horas da noite. Assim, voltam pra casa, não é uma moradia, uma categoria, mas o risco a que ela está exposta é tão grande quanto, talvez maior...” (EQUIPE AICAS, 2015).

Apesar da distinção entre moradia e sobrevivência ser um tanto quanto frágil no cotidiano, existem formas pelas quais uma situação é diferenciada de outra, e as equipes ainda pontuaram que é a prática cotidiana que facilita identificar cada vivência. A forma pela qual diferenciam uma situação de outra na Lomba do Pinheiro está no tempo que o menino ou menina passa longe do seu espaço de proteção, que seria a comunidade e a

família. Nesse caso, a sobrevivência estaria mais ligada a questões de trabalho infantil, e não necessariamente a um ofício que sustenta a sua família, mas também para um sustento próprio e de bens de consumo. O que é diferente também da rua moradia, de acordo com a equipe:

“ (...) É diferente de uma moradia pois as vezes eles não estão ali só para se sustentar, estão em função de outras coisas, as vezes possuem vínculos mais frágeis, vínculos comunitários sem condição de retorno e as vezes os vínculos da rua estão mais fortes, mais estabelecidos do que os da própria casa” (EQUIPLE LOMBA DO PINHEIRO, 2015)”.

A equipe do AICAS que atende a região central da cidade, por sua vez, acredita que as categorias empregadas pelo serviço podem ser vivenciadas na prática e que existem algumas distinções claras entre as duas situações que o serviço atende. Segundo o núcleo, a *sobrevivência* envolveria questões mais relacionadas ao trabalho infantil e com uma vinculação da criança ou adolescente com a família, enquanto que, na rua moradia, os laços estariam mais fragilizados e distantes. Assim como o núcleo do CPCA, o Ação Rua do Centro acredita que, apesar dessas diferenciações, existem situações em que essas duas categorias se sobrepõem e que podem se intercalar na vida de uma pessoa.

É possível apreender que existe sim uma diferenciação entre as duas categorias e que é o saber profissional adquirido da vivência e das situações práticas que são atendidas que irá fazer com que seja possível identificar e distinguir os casos. Porém, quando estes conceitos ideais que se distinguem são colocados na prática, as categorias muitas vezes se misturam devido a própria movimentação empregada pelas crianças e adolescentes configurados como em situação de rua. Essa mistura e fluidez das categorias, por sua vez, não significa necessariamente que a equipe tenha dúvidas quando precisa enquadrar o caso atendido em algum conceito.

De acordo com as falas dos profissionais, é o saber que adquirem com a prática que vai fazer com que consigam identificar os jovens e, ao conhecerem a sua história, consigam identificar se é um caso de *moradia* ou *sobrevivência*. Diferente do que Talal Asad (2004) pontua sobre o aspecto da dúvida que ronda a criação de categorias, em que o processo de incluir vivências diversas dentro de conceitos fechados é também marcado por um processo de criação de incertezas, o que os dois núcleos pontuaram é que, apesar desse movimento de fluidez, a certeza é algo que se adquire na prática cotidiana.

Em linhas gerais, o que as duas equipes assinalam é um movimento de não configurar um caso como sendo mais grave do que outro tendo como base a criança/adolescente estar ou não morando nas ruas. Principalmente porque, como foi dito na entrevista com o AICAS, a própria rua pode ser um espaço em que se cria uma rede de proteção e cuidados entre as pessoas que habitam aquele local. Enquanto que no espaço do gerenciamento tem-se o foco nas questões ligadas à rua moradia e uma atual tentativa de expandir esses limites, no cotidiano essa divisão entre quem merece mais proteção por estar mais exposto não se mostra tão presente e como uma questão central.

A partir do relato etnográfico acima é possível apreender que é a partir da prática que as categorias são reconfiguradas e se tornam objetos passíveis de serem interpretados. Na primeira situação, relativa aos *casos especiais*, procurei demonstrar que as práticas das crianças e adolescentes e a dificuldade que as equipes têm tido em atender determinadas situações, fez com que a metodologia da reunião de gerenciamento passasse a ser um objeto de reflexão, ou seja, ocorreu uma modificação na estrutura deste espaço, para atender o que os profissionais interpretavam como casos que mereciam uma maior atenção independente do jovem estar em uma situação de moradia.

O segundo ponto apresentado nesta seção foi relativo à forma pela qual as equipes interpretam e utilizam as categorias de *rua moradia* e *rua sobrevivência* nos acompanhamentos que realizam com os jovens e suas famílias. Através dos relatos, foi possível observar que as categorias ganham vida quando são colocadas na prática. O que a equipe da Lomba do Pinheiro apontou, por exemplo, foi como essas categorias se tornam insuficientes para descrever o que se considera como a multiplicidade das situações atendidas na região. Além desse movimento dos conceitos não serem capazes de abarcar a complexidade do mundo, foi pontuado pelos dois núcleos que, na prática cotidiana, tenta-se não diferenciar as duas situações possíveis de rua a partir de quem merece mais proteção, ou seja, a partir da idéia de que morar na rua pode ser mais agravante do que uma situação de sobrevivência.

As duas situações acima demonstram que, assim como Sahlins (1990), as categorias tipificadas pelo programa são colocadas em risco na prática profissional. Mesmo o autor estando situado dentro de estudos sobre cultura, acredito que a sua contribuição é de extrema importância para se pensar como a vida real e as pessoas que compõe o mundo são agentes ativos de transformação do entendimento que se tem

sobre determinados cenários. Sahlins (1990) não pensa a cultura como um todo fechado e imutável, mas a partir da transformação, assim como eu penso as categorias utilizadas pelo serviço Ação Rua. Trata-se de um programa composto por pessoas que possuem capacidade de reflexão e que, a partir das situações práticas, refletem e reconfiguram os significados das categorias e os modos de atendimento, temática esta que será aprofundada a seguir a partir da apresentação da última metodologia observada durante o trabalho de campo: a apresentação de uma única história.

#### **5.4 A discussão de um único caso**

A terceira metodologia que pude presenciar enquanto estava em campo e cuja última observação que realizei foi em dezembro de 2015, diz respeito à discussão de um único *caso*. Este modelo, que está em vias de teste e que pode ser modificado conforme a avaliação dos participantes do encontro, é uma tentativa de fazer com que os núcleos identifiquem os *casos* que atendem a partir de uma única narrativa que é apresentada na reunião. A partir da apresentação de uma história que os profissionais julgam como complexa e de difícil acompanhamento, a proposta é fazer com que os integrantes de outros núcleos do serviço possam contribuir com sugestões para o avanço do trabalho realizado. Em cada encontro uma equipe deve ficar responsável para realizar a apresentação na próxima reunião, e essa escolha é feita com base na espontânea vontade do núcleo que deseja narrar uma história.

Na primeira execução deste modelo, uma equipe apresentou o *caso* de um garoto, com uma trajetória marcada por internações relativas à *saúde mental* e uma *relação com o tráfico* e com o *uso de drogas*. A partir desta narrativa, foram tirados três grupos de trabalho para uma discussão sobre os *eixos* que os profissionais pensaram fazer parte da vida do menino. Como exemplo, os grupos pensados para aprofundar os temas foram: *tráfico de drogas; institucionalização e saúde mental; e desaparecidos*. Após a divisão, os profissionais se reuniram em grupos dentro dessas temáticas conforme o interesse, e dois grupos ficaram no auditório dividindo o mesmo espaço e um subiu para outra sala. Após o debate entre as áreas selecionadas, ocorreu uma discussão coletiva, em que cada grupo apresentou os pontos mais relevantes da discussão que haviam tido, com o intuito de se chegar a um encaminhamento.

Como citei anteriormente, esta é a forma atual pela qual a reunião de gerenciamento está sendo conduzida. Nos últimos encontros que presenciei,

apresentava-se o *caso*, eram definidos em conjunto *eixos* que perpassavam aquela história para a discussão e os integrantes não mais se dividiam em grupos, mas sim discutiam coletivamente. Após o debate, concluía-se um encaminhamento, e as sugestões são sempre dadas pelos outros núcleos em relação a como proceder em determinadas situações. Também vem ocorrendo uma tentativa de alternar as reuniões, ou seja, em uma se discute um caso e na outra um encontro para se discutir os nomes que já estão na planilha, ou seja, visualizar as situações de uma maneira geral, para que assim os indivíduos que são acompanhados não sejam esquecidos frente à história única que está sendo apresentada.

Para oferecer mais insumos sobre o que são esses *casos* únicos e a construção de suas problemáticas, a seguir realizarei uma breve descrição etnográfica sobre uma reunião na qual foi apresentada uma única trajetória de vida, para assim demonstrar quais *casos* estão sendo escolhidos para serem apresentados na reunião, assim como as moralidades envolvidas na descrição das pessoas acompanhadas. Além das moralidades, pretendo demonstrar quais *eixos* têm sido levantados para realizar uma discussão sobre a história apresentada e os encaminhamentos que são propostos pelas outras equipes e demais profissionais que estão presentes. A escolha por apresentar esse caso ao invés de detalhar os outros que pude observar diz respeito a uma história na qual considero bastante visível a forma pela qual o serviço atua, tendo como um dos focos centrais a inserção do jovem em uma família. Além disso, a escolha se deu por considerar que essa biografia contempla eixos temáticos que estão presentes em diversas das situações atendidas pelo serviço.

### **5.5 A escolha por um único caso: a história de Mariana<sup>26</sup>**

Como citei anteriormente, a maneira pela qual a reunião de gerenciamento de casos está ocorrendo atualmente diz respeito à apresentação de um único caso selecionado pela equipe a quem cabe apresentar à narrativa. Essas biografias normalmente vêm acompanhadas de uma dificuldade de fazer com que a criança, o adolescente e/ou sua família tenham uma adesão ao serviço e aos encaminhamentos propostos, e também dizem respeito a trajetórias que muitas vezes dialogam com outros serviços, como o acolhimento institucional, saúde, dentre outros espaços. Além disso,

---

<sup>26</sup> Nome fictício

essas histórias muitas vezes são perpassadas pelo uso de substâncias psicoativas, vínculo com o tráfico de drogas, exploração sexual, dentre outras precariedades.

O *caso* que apresento a seguir diz respeito à dificuldade em propor ações para uma garota que é acompanhada por um dos núcleos e que, na época em que a narrativa foi apresentada, possuía 16 anos. Para preservar a identidade da adolescente e da sua família, optei por criar nomes fictícios para esta rede familiar, além de omitir informações como o território onde a família habita. Para fins de descrição, apenas interessa saber que o seu local de referência, ou seja, o local em que tem seus laços é uma região periférica da cidade e que ela faz rua moradia no centro da cidade. Proponho nomear a garota de Mariana, sendo que sua mãe será chamada de Lucia.

A equipe, ao descrever parte de sua história na reunião de gerenciamento, diz que seu caso é perpassado por *exploração sexual, tráfico de drogas, uma possível questão de saúde mental* - que nunca lhe foi atribuída através de um serviço de saúde - e um diagnóstico de *HIV positivo*. Segundo os profissionais, a família é acompanhada pelo serviço desde 2010, época em que eles realizavam mendicância em um supermercado da cidade e o sustento da casa era obtido através desta prática. Era a mãe das crianças que os levava até o mercado no passado, mas, atualmente, como cita a técnica que apresentava a história, ela conseguiu *se organizar* e sair dessa situação, porém sem conseguir tirar Mariana e o seu irmão Bernardo das ruas. Os outros dois filhos de Lucia – os que não fazem situação de rua – são frutos do seu atual casamento, e o pai dessas crianças foi qualificado como *bastante trabalhador*.

Segundo as falas, o pai biológico da garota é traficante e estava preso no momento em que a sua biografia foi narrada. Este pai é a pessoa com quem ela mais se identifica e possui afeto. A equipe citou que tentou algum contato com seu pai quando ela estava desaparecida, foram até a sua casa, mas ele não deixou que entrassem em sua residência, possibilitando apenas que a equipe deixasse o telefone do serviço para caso ele tivesse algum contato com a garota, visto que ela estava desaparecida há cerca de quatro meses na época. Mariana evadiu do abrigo em que estava e ficou todo esse tempo sem ser encontrada ou dar notícias. Seu pai nunca procurou o núcleo. Também citaram não saber *qual é a desse cara*, sabendo apenas que ele está preso, e pontuaram que essa parte da família parece ter *problemas de saúde mental*.

Naquele momento em que discorriam sobre o seu caso, sabiam que ela estava

internada em um hospital. Segundo o núcleo, a própria garota teve o movimento de procurar a ajuda da sua mãe, pois estava muito debilitada de saúde. Sobre o relacionamento entre mãe e filha, a equipe configurou tal relação como um tanto quanto *conturbada*. Segundo a narração, diversas vezes Lucia fez o movimento de *se preocupar* e ir sozinha atrás da garota no centro da cidade e em outros locais, quando a mesma não retornava para a casa, tendo sido inclusive agredida por Mariana em uma dessas suas buscas. Ao descrever a sua história, a profissional nos informava que tinham uma dificuldade em trabalhar com a garota, visto que eles propunham e combinavam ações com ela, sem que a mesma se *apropriasse*. De acordo com as narrativas institucionais, era quase *como se ela não tivesse juízo de valor* e, para exemplificar a constatação, citaram como exemplo o episódio em que a garota quis solicitar auxílio aluguel para ela e o namorado que havia conhecido há um dia.

Ao narrar a história, os profissionais pontuaram que o *lado sexual* de Mariana é *bastante aflorado* e que ela não se *prostitui* para apenas ganhar dinheiro, e sim porque *gosta*. Citaram que ela já foi até encontrada pela Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes (DECA) nos *inferninhos* do centro da cidade, que são locais frequentados por muitos jovens e que são marcados pelo tráfico de drogas, prostituição e uso de substâncias. Outro ponto citado foi a sondagem da equipe a respeito de possível situação neurológica, mas que não há diagnóstico porque Mariana não fica muito tempo dentro dos serviços e, a cada vez em que retorna, precisa ser atendida novamente e todo o processo se inicia do zero. Ela também não utiliza medicamentos para o HIV, a equipe inclusive citou que tentou auxiliar a mãe sobre o coquetel da filha e que traçou estratégias para que ela conseguisse identificar os remédios, utilizando para isso cores - pois Lucia é analfabeta - mas não obteve sucesso.

Após a apresentação do caso de Mariana realizado por um dos núcleos do Ação Rua, era a hora de dividir a sala em eixos temáticos para que os outros participantes do espaço pudessem discorrer sobre a narrativa e propor soluções, ou seja, classificar o que era configurado como um problema dentro desta narrativa para assim serem traçadas soluções para se lidar com a questão. A partir de um consenso, foram criados três eixos para a discussão, sendo eles: *vínculos, gênero e sexualidade na adolescência e prostituição*. Após essa divisão temática, houve a divisão das pessoas que estavam na sala em pequenos grupos para aprofundar as discussões dentro do eixo escolhido e para, posteriormente, as informações serem debatidas coletivamente. A minha opção foi por

participar da conversa sobre *vínculos*, pelo fato da equipe que apresentou o caso estar neste grupo e por questões de interesse pessoal. A discussão a seguir será apresentada a partir de uma descrição coletiva das falas, ou seja, não vou nomear quais falas pertencem a quem, no intuito de preservar a identidade dos participantes.

Como estavam presentes para a discussão do eixo o grupo que apresentou a narrativa, foi possível aprofundar e retomar outras questões relativas ao *caso* que não haviam sido expostas na descrição. Os profissionais que trouxeram o caso citaram que a família é acompanhada desde 2010 e que o sustento da casa se dava através da mendicância, sendo que com Lucia, a mãe de Mariana, conseguiram *despertar um vínculo positivo*. A dificuldade, diagnosticada pela equipe que relatou a história, está no atendimento realizado com a garota, pois a equipe propõe ações para a mesma e não há aderência por parte dela. Para complementar a descrição, disseram que ela não acessa o serviço e nem se vincula, o que também ocasiona uma dificuldade de que ela obtenha um diagnóstico referente à saúde mental. Apesar de citarem que a garota não tem um diagnóstico realizado por um médico, ela é qualificada como tendo problemas mentais pelos profissionais da assistência social que a atendem, o que também não deixa de ser um diagnóstico. De acordo com as falas no eixo *vínculos*, o que vincula Mariana é a *detonação*, pois ela está inserida nessas redes através de um movimento que causa a destruição de si, e o grupo refletiu que seria necessário pensar sobre o que a afeta.

A discussão em grupo seguiu com uma retomada sobre a relação conturbada entre o pai da garota e a sua mãe. A equipe que apresentou o caso citou que a mãe, muitas vezes, constrói a imagem paterna como muito negativa, o que causa conflito, visto que, como os profissionais que acompanham o caso pontuaram, a menina possui um tipo de adoração pelo pai e tem bastante afeto por ele, mas que, apesar do que consideram uma relação conflituosa entre mãe e filha, a menina sempre procura a figura materna em situações extremas. Outra questão levantada neste grupo de discussão foi a relação entre as duas, principalmente em como a mãe da garota a trata quando ela retorna ao lar. Segundo os profissionais do núcleo que a atende, as falas da mãe quando a menina retorna sempre retomam a questão da rua, seja se culpabilizando ou indagando o porquê da menina ter feito tal situação. Após essa fala, o grupo pensou que uma saída para essa situação seria tentar *mudar a reconfiguração dessa relação*, como exemplo, elas poderiam falar de outros assuntos quando estivessem juntas, com diálogos que também sejam do interesse da jovem e não apenas realizar esse processo de

culpalização de alguém.

Outra pontuação que foi feita no eixo relativo aos *vínculos* foi em relação ao serviço de saúde mental, com uma indagação de por que sempre se começam do zero os atendimentos da menina. Pontuaram que existe nos serviços de saúde um histórico que foi escrito por outros profissionais sobre a vida da menina, documento este que poderia ser levado em conta na hora de um diagnóstico para a mesma, visto que o seu tempo de permanência nos serviços é bastante curto.

Uma profissional de outro núcleo pensa que uma estratégia nesse caso poderia ser a de realizar um atendimento cujo foco não fosse a menina. Como ela relatou, essa proposta funcionou na equipe da qual ela faz parte, em um caso de uma garota que também se mostrava de difícil acesso. No caso relatado, o núcleo realizou um acompanhamento da família extensa da menina, com exceção da mesma. A profissional pontuou que isso seria também um risco a se correr, pois talvez a colocasse ainda mais em risco, mas na situação relatada, a própria menina começou a reclamar desse acompanhamento somente para seus familiares, incomodando-se por não estar mais sendo abordada. A profissional *qualifica* essa ação como um sucesso no atendimento.

Outra sugestão apresentada neste grupo dizia respeito a realizar o acompanhamento da criança não levantando questões em que o abordado se mostra como inacessível para responder ou para se encaminhar, mas sim traçando uma proximidade entre o profissional e o indivíduo. Como exemplo para essa atividade, outra equipe trouxe o caso de uma assistente social que, para se aproximar de uma jovem, a levou em um parque de diversões. Ela citou que ações como essas criam também uma relação de confiança e amizade, e atender fora do contexto no qual o jovem está inserido pode ter resultados positivos. Também pontuaram que seria importante conhecer o grupo com quem a jovem se relaciona, para assim compreender melhor o seu contexto, sendo que muitas vezes esse grupo frequenta as festas que tem ocorrido no centro da cidade, onde estão presentes menores, pessoas ligadas ao tráfico, drogas, prostituição, tudo isso ao som do funk. Segundo os profissionais, seria importante também ter algum tipo de fiscalização nesses locais, porque eles se tornam um atrativo para os próprios meninos e meninas da comunidade.

Após a discussão em grupos pequenos divididos conforme os três eixos – *vínculos, gênero e sexualidade na adolescência e prostituição*, era a hora de socializar

as informações e ações propostas com os demais. Surgiram diversos encaminhamentos propostos pelo grupo dos *vínculos* em relação ao caso, como uma tentativa de aproximação do serviço com a família paterna (que parece já ser atendida por outra equipe Ação Rua), visto que a menina tem bastante afeto pelo pai. Outro ponto citado foi em relação a tentar modificar essa relação entre mãe e filha, tentando sensibilizar Lucia para que a mesma tente outros tipos de aproximações com a menina, com diálogos que não a culpabilizem pela situação, que não a julguem.

Após a apresentação da discussão e encaminhamentos propostos pelo eixo de vínculos, era a vez do grupo do *gênero* apresentar suas inquietações. Os profissionais colocaram ênfase na própria forma como a mídia coloca as mulheres, sempre as colocando como objeto e as sexualizando. Segundo o grupo, seria necessário não apenas discutir questões relativas a mulheres, mas também pensar sobre o próprio abusador, entendendo por que os homens abusam. De acordo com as falas era necessário quebrar essa ideia de sempre culpar a mulher, como se ela houvesse provocado o estupro por conta da roupa que vestia. Outro ponto colocado foi em relação a rua ser um ambiente hostil para a mulher, pontuaram que a morte seria uma ameaça comum para os dois gêneros, mas que a figura feminina teria uma ameaça a mais, o do estupro, porque, de acordo com estes profissionais, grande parte das vítimas são do sexo feminino.

Em relação às questões do grupo de *sexualidade e exploração sexual*, foram levantadas questões sobre o status e a proteção que o tráfico de drogas exerce sob muitas jovens, em que uma figura mais velha pode ser sempre buscada para a proteção. Foi retomada a questão da mídia novamente, dessa vez com as propagandas que sempre remetem a sexualização da mulher. Outro ponto discutido e apresentado foi o do estilo musical funk, que é um objeto do tráfico e seus espaços acabam por envolver drogadição e sexualidade, sendo que o sexo muitas vezes funciona como uma ferramenta para se conseguir determinados fins. Por fim, finalizaram a fala com uma discussão sobre a forma como está sendo colocada em prática questões de educação sexual, educação essa que muitas vezes está bastante distante da realidade dos jovens e das suas pautas. Segundo relatos, é necessário tentar compreender o que esse jovem quer saber, tentar ter a mesma linguagem, ou seja, não se deve tratar essas crianças fora dos contextos deles, deve-se ter a liberdade de falar sobre sexo com eles.

A partir deste relato etnográfico que foi extraído e modificado dos meus diários

de campo, é possível notar a outra metodologia empregada na reunião de gerenciamento. O relato não demonstra apenas a estrutura do encontro, mas é também possível identificar as formas pelas quais os profissionais efetuam o seu trabalho no que diz respeito a tentativas de criação de vínculo com o adolescente e uma aproximação deste com a sua rede familiar. Além de notar as preocupações que norteiam a prática cotidiana dos núcleos que compõe o Ação Rua, se pode apreender o que consideram como um caso grave que deve ser apresentado a outras equipes para uma troca de experiências. Ou seja, ao fazer um recorte não apenas das partes que consideram como significativas para serem apresentadas sobre determinada biografia, as equipes também selecionam qual caso é configurado como mais grave e sem efetividade no acompanhamento dentre as demais trajetórias que atendem. Ao fazer tal escolha demarcam – mesmo que não tenham essa intenção – quais casos demandam mais atenção em detrimento dos outros, efetuando uma ação que acaba por exercer uma diferenciação entre as vidas. Além dessa diferenciação, a partir da narrativa deste único *caso*, é possível pensá-lo como uma tecnologia moral de governo, em que moralidades são acionadas na sua descrição e novas formas de atendimento são configuradas, temática está que será apresentada na seção a seguir.

### 5.6 A configuração do *caso* como tecnologia moral de governo

O relato etnográfico descrito acima sobre o gerenciamento de casos de rua moradia, como o próprio nome já implica, diz respeito ao monitoramento e discussão de trajetórias de crianças e adolescentes configurados como em *rua moradia*. Como descrevi, desde o início deste espaço o foco era a vida de crianças e adolescentes configurados como em *rua moradia*, por suas vivências serem compreendidas como de maiores riscos. Os casos de rua sobrevivência, por exemplo, como pontua Lirene Finkler, são “(...) uma atribuição regional, justamente pelo volume que têm e por se concentrarem mais no território, são crianças em serviço de convivência e em escolas do território”. Para resumir e ilustrar e iniciar a reflexão sobre as mudanças realizadas neste espaço e os seus efeitos, criei a tabela abaixo:

2- Tabela síntese das modificações do espaço do gerenciamento

| Metodologia | Mudanças no formato da reunião | Efeitos |
|-------------|--------------------------------|---------|
|             |                                |         |

|   |  |   |
|---|--|---|
| <p>Discussão dos casos tipificados como crônicos de rua moradia</p> | <p>Todas as equipes apresentavam os seus casos configurados como crônicos e a partir disto ocorria uma discussão para realizar encaminhamentos.</p>                  | <p>O foco do espaço eram apenas as situações de rua moradia. O que ocorria era uma seleção entre quais vidas deveriam ser alvo de atenção no encontro, tendo como eixo da diferenciação a ideia de que tais existências estariam mais expostas a riscos.</p>  |
| <p>Casos Especiais</p>  | <p>Inclusão desta aba na planilha utilizada na reunião do gerenciamento. Os casos especiais são atendimentos considerados complexos e de difícil encaminhamento.</p> | <p>Com a inserção desta aba, outros casos – para além da rua moradia - foram incluídos para serem discutidos no espaço do gerenciamento. O efeito desta inclusão foi uma ampliação da compreensão que se tinha por riscos, ou seja, os profissionais passaram a considerar a complexidade das situações atendidas para além das categorias utilizadas pelo serviço e com a inclusão de novos conceitos a partir das práticas das crianças e adolescentes, movimento este já assinalava o que pontuo como o terceiro efeito dessas mudanças.</p> |
| <p>Apresentação de um único</p>                                     | <p>Discussão realizada a partir</p>  | <p>A partir da descrição de</p>   |

|      |  |  |
|------|--|--|
| caso | de uma única narrativa de um caso acompanhado por alguma das equipes | uma apresentação de um único caso é possível identificar as moralidades envolvidas na construção da narrativa e a inclusão de novos eixos para se pensar a questão da rua para além de uma definição que repousa na rua sobrevivência ou na rua moradia. |
|------|--|--|

As próprias reformulações da metodologia que ocorreram no período em que estive a campo, em que se tentava pensar novas categorizações (os *casos especiais*) – que ia além da categoria de *rua moradia* - e formas de organização das reuniões (apresentação de um único caso), também exerciam uma delimitação de quais biografias poderiam ser retratadas no espaço. Ao selecionar quais casos deveriam ser discutidos neste espaço, por serem considerados como as trajetórias expostas a maiores riscos, acabava se exercendo uma proteção diferenciada sobre determinadas existências. Ou seja, ao tratar determinadas histórias como mais graves e que por isso demandam um olhar e ações mais próximas, podem deixar as outras vidas com um papel secundário. Penso então que, ao realizar essa divisão sobre qual situação de rua é mais problemática e precária, divide-se, mesmo que não seja a intenção, quais vidas merecem mais atenção e cuidado em detrimento de outras.

Para além de pensar os dados apresentados a partir da seleção de quais vidas merecem atenção e são configuradas como mais expostas a riscos, o meu intuito é demonstrar, tendo como insumo a descrição de uma narrativa sobre um *caso*, que as práticas de governo são permeadas por questões morais, em que um dos propósitos da intervenção é modificar as subjetividades e as práticas das pessoas atendidas. Penso essa dimensão das moralidades a partir da proposta de Didier Fassin (2008, 2012) de uma Antropologia Moral, cujo propósito não é fazer com que o pesquisador se torne moralista, mas sim compreender como o mundo é organizado a partir de questões

morais do mundo concreto. Para o autor, e para a análise deste estudo, a moral deve ser entendida como “(...) a crença humana na possibilidade de distinguir o certo do errado e na necessidade de agir em favor do bem contra o mal.” (FASSIN, 2008, p. 334).

É importante ressaltar que antropólogos e antropólogas também são indivíduos que estão dentro de contextos permeados por questões configuradas no mundo como certas e erradas e, assim como os profissionais, nós pesquisadores também temos as nossas formas distintas de interpretar e agir no mundo conforme nossos valores. Com isso, quero ressaltar que não são apenas agentes do Estado que atuam com base em moralidades e suas próprias visões de mundo, mas também a própria pessoa que conduz este estudo. Meu papel - como pesquisadora e como pessoa que possui um grande respeito pela prática profissional dos meus interlocutores - não é realizar uma crítica sobre o ofício realizado e assumir algum dos lados da história (o dos beneficiários do programa ou dos agentes que compõe o Estado), mas sim refletir e demonstrar como estão sendo construídos os valores que informam o trabalho e os modos de intervenção.

Posto isso, penso o *caso* como uma tecnologia moral de governo e considero as tecnologias de governo como táticas cujo intuito é “escolher os meios mais adequados para atingir determinados fins ou metas” (COLLIER & ONG, 2004, p.8), visando a modificação das subjetividades das pessoas para alcançar determinados objetivos (MILLER & ROSE, 1993), meios estes que estão perpassados por concepções morais entre o bem e o mal (FASSIN, 2008). Pensar o caso como uma tecnologia moral é perceber, a partir do relato apresentado de uma história individual, que existem princípios avaliativos sobre a conduta das pessoas atendidas e que as formas de intervenção são configuradas a partir da construção de situações destacadas pelos profissionais como problemáticas. As narrativas morais que constroem o *caso* também criam diferenciações entre os atendimentos realizados pelas equipes, pois ao selecionar uma trajetória para ser apresentada, tendo como princípio norteador a gravidade da situação e dificuldades de resolução do que é configurado como problema, criam as histórias que devem ser privilegiadas e discutidas neste espaço, exercendo uma distinção entre as vidas humanas. Pensando por essa lógica, quanto mais em risco a criança ou o adolescente estiver, mais atenção a sua história merece.

Na descrição da história de Mariana é possível observar as moralidades empregadas na qualificação dos comportamentos, tanto da menor de idade quanto da

sua responsável. Isso ocorre quando os profissionais se referem à conduta da garota em relação ao que consideram como uma falta de juízo de valor ou quando configuram que ela se prostitui porque gosta. Como exemplo de questões morais e formas de intervenção, estão as estratégias traçadas para sensibilizar a mãe de Mariana para que a relação entre as duas possa se transformar e se tornar menos conturbada. As intervenções propostas pelas equipes e o propósito do núcleo que trouxe a narrativa são baseados em concepções que os profissionais possuem sobre quais os melhores caminhos para as pessoas que são atendidas, ou seja, as ações tem como princípio fazer o bem e solucionar o que é visto como um problema. Como pude observar durante o trabalho de campo, não se trata de intervenções realizadas em termos de coerção, mas na base de aconselhamentos e propostas que cabem ou não a adesão pela pessoa.

Considerar o caso como uma tecnologia de governo é estar atenta não apenas aos elementos morais que o constroem, mas também aos modos de intervir, ou seja, compreender como são reconfiguradas as formas de atendimento. Como foi possível observar a partir da descrição sobre a terceira metodologia apresentada (o caso individual como objeto de reflexão), algumas práticas da criança, do adolescente e/ou da sua família constroem a gravidade do problema que a criança está exposta. Na história de Mariana apresentada na seção anterior, os eixos que o núcleo pontuou como fazendo parte da sua vivência na rua eram *o tráfico de drogas, a exploração sexual, uma questão de saúde mental e um diagnóstico de HIV positivo*. A partir disso, podemos pensar que o *caso*, para além de estar definido por uma questão de rua moradia ou rua sobrevivência, é também construído a partir de uma ênfase em outros filtros que fazem parte da história da garota.

A partir dos *casos* selecionados pelas equipes e incluídos no espaço do gerenciamento, é possível identificar uma reclassificação na forma como a rua é entendida, ou seja, outras formas de classificar e outros problemas têm sido incluídos dentro de um espaço que anteriormente era utilizado para discutir as situações relativas à situação de rua moradia empregada por crianças e adolescentes. O que temos, portanto, é outra lógica operando na construção da situação de rua, na qual para além de abarcar os conceitos centrais do serviço – *rua moradia* e *rua sobrevivência* – são enfatizados outros eixos que sempre estiveram presentes na discussão, não apenas do caso que apresentei, mas durante outros encontros que observei, como o tráfico de drogas, exploração sexual e questões de saúde mental. Penso que esses novos eixos

acabam por reconfigurar o próprio atendimento das equipes, pois são situações que dependem de outros setores de serviços para a sua execução e misturam as duas categorias centrais presentes nas diretrizes do Ação Rua, pois essas práticas efetuadas pelos jovens consideradas como *problemas* podem estar presentes tanto em uma situação de moradia quanto de sobrevivência.

Para fins de conclusão, penso que o foco atual deste encontro não tem mais se repousado em uma diferenciação e centralizações sobre qual o tipo de situação de rua empregada, pois outras práticas têm sido enfatizadas na construção *dos casos* e vão além de uma separação fixa entre rua moradia e rua sobrevivência. Elementos como o tráfico de drogas e a exploração sexual, por exemplo, são situações que podem ser incluídas dentro de um conceito de rua sobrevivência, pois estão ligadas ao trabalho infantil. Apesar de o espaço do gerenciamento ter sido construído como um encontro privilegiado para a discussão dos casos de rua moradia, o que tenho observado é que práticas que poderiam ser enquadradas como sobrevivência tem tido uma grande centralidade nas discussões que ocorrem neste espaço, o que, a meu ver, gera uma própria reconfiguração do objetivo do encontro. Portanto, penso que outras problemáticas têm sido configuradas e incluídas para se pensar a gravidade da rua, para além de uma divisão tão estanque entre os dois conceitos utilizados e do entendimento que uma situação de rua seria mais susceptível a riscos do que outra.

### **5.7 Considerações finais sobre o capítulo**

O intuito deste capítulo foi demonstrar como estão ocorrendo as modificações em um dos espaços centrais de discussão sobre a situação de rua em Porto Alegre: a reunião de gerenciamento de casos. A partir do relato etnográfico foi possível acompanhar as mudanças na metodologia que ocorrem ao longo do ano de 2015, quando uma nova categoria (*casos especiais*) foi incluída na tabela que antes acompanhava apenas os casos tipificados como rua moradia e quando um novo formato de reunião foi realizado (a partir de um *único caso*). Considero essas reconfigurações tendo como base a própria forma como os casos são construídos pelo serviço como um problema, ou seja, a partir da criação de casos emblemáticos (seja por serem configurados como graves ou pela dificuldade em realizar o acompanhamento) criam-se também novos elementos para poder enquadrar as situações que fogem aos conceitos tradicionais que estão nas diretrizes do programa.

Para além de pensar na inclusão de um novo conceito para se pensar a rua – os *casos especiais* – é necessário refletir sobre os novos eixos que têm caracterizado a situação de rua na cidade e a própria reconfiguração do atendimento. O que foi possível notar ao longo deste capítulo, a partir da consideração de um *caso* como uma tecnologia moral de governo, é que para além das moralidades envolvidas no trabalho, outros filtros têm sido utilizados para definir a situação de rua dentro da reunião de gerenciamento, eixos estes que constroem uma situação como um problema que ultrapassa uma definição de *sobrevivência* ou *moradia*. Em linhas gerais, quero propor que, atualmente, o que percebo estar ocorrendo é uma atuação profissional que, mais do que de classificar as práticas das crianças e adolescentes atendidos em uma situação de rua tipificada nas diretrizes do programa, tem utilizado outros eixos para pensar a situação de rua e sua gravidade, ou seja, a rua está sendo configurada a partir de elementos que vão além da *rua moradia* e da *rua sobrevivência* que as misturam, como a *saúde mental*, a *exploração sexual*, o *tráfico de drogas*, entre outros.

## 6. Considerações Finais

O objetivo desta dissertação foi refletir sobre os modos de gestão da infância e juventude configurada como em situação de rua em Porto Alegre/RS, partindo de um estudo sobre as categorias utilizadas pelo serviço Ação Rua e pela Proteção Especial de Média Complexidade para se referir ao público alvo da intervenção. A pesquisa ocorreu em dois espaços, o primeiro relativo às reuniões de gerenciamento de casos, coordenada pela Proteção Especial de Média Complexidade, cujo propósito inicial é a discussão dos casos configurados como rua moradia e o segundo a partir da observação das práticas e intervenções cotidianas – como as reuniões de equipe, visitas domiciliares e abordagens sistemáticas - de duas das 13 equipes que compõe este programa governamental.

Como foi possível identificar no capítulo um foram duas as perspectivas teóricas que guiaram este estudo sobre as classificações e formas de gestão: os estudos sobre a biopolítica (FOUCAULT, 1979; 2002; 2008) e sobre as políticas da vida (FASSIN, 2007, 2009). Penso a criação de categorias para nomear determinadas populações a partir de uma invenção, ou seja, os conceitos não devem ser considerados como naturais, mas como processos inventivos realizados por diversos saberes em contextos específicos. Considero as categorizações dentro de processos de construção e regulamentação de populações, objeto este o da biopolítica.

Como foi possível notar, os estudos sobre a biopolítica (FOUCAULT, 1979; 2002; 2008) mostram seu limite para descrever a dimensão do individual e da diferenciação entre as vidas humanas. As intervenções propostas pelo serviço Ação Rua não possuem como foco uma população, e sim *casos* individuais das pessoas atendidas e, por essa razão, é necessário analisá-los a partir dos estudos sobre políticas da vida (FASSIN; 2007,2009), na tentativa de averiguar as moralidades por detrás do trabalho dos profissionais que atuam na diferenciação das existências humanas e os efeitos dessas ações.

A narrativa deste estudo foi construída levando em conta essas duas perspectivas teóricas. No segundo capítulo, ao realizar uma revisão bibliográfica sobre as formas de nomear a infância e juventude (ALVIM & VALADARES: 1988; PILOTTI & RIZZINI, 2009; SCHUCH, 2009) – do *menor ao sujeito de direitos* – e as formas pelas quais crianças e adolescentes foram alvos de atenção e construídos como problema, demonstro a forma

pela qual as categorias são mobilizadas por diversos saberes para a construção de determinadas populações e como são construídas conforme o contexto de saberes propício para o seu surgimento (HACKING, 2001, 2013). Para além da invenção das categorias, este capítulo também se mostrou central para demonstrar um dos principais mecanismos de governo na contemporaneidade: a estatística. Através de uma descrição sobre os censos destinados a contagem e conhecimento sobre crianças e adolescentes tipificados como em situação de rua, será possível notar como os processos numéricos são utilizados como forma de criar e governar populações (SCOTT: 1998), além de atuarem na construção de visibilidade e invisibilidade de determinadas grupos.

Os capítulos posteriores já adentram no cenário etnográfico desta pesquisa. O capítulo três é um regaste dos programas anteriores ao Ação Rua, na tentativa de demonstrar as transformações que ocorreram nos serviços destinados a crianças e adolescentes em situação de rua. Além da descrição histórica, procurei adentrar o programa em questão, no intuito de demonstrar ao leitor quais os seus objetivos, assim como quais práticas estão sendo incluídas dentro do que consideram como uma *situação de rua*, sendo elas categorizadas como *rua moradia* e *rua sobrevivência*. Finalizo o capítulo com a descrição das *abordagens sistemáticas*, uma atividade que consiste na busca por crianças e adolescentes que estejam realizando situação de rua na cidade. Penso que esta atividade também atua na construção de uma população – a de crianças e adolescentes em situação de rua – pois os educadores, ao exercerem um reconhecimento do que é uma prática que possa ser incluída dentro dos conceitos tipificados pelo Projeto Ação Rua exercem um processo de inclusão e exclusão de determinadas vidas em certos conceitos.

Aproximei esta prática cotidiana das patrulhas francesas descritas por Didier Fassin (2013), no que diz respeito às andanças pela cidade na procura por atividades que são consideradas suspeitas. Porém, como procurei pontuar, elas se diferem na ação de uma abordagem. Os educadores sociais, diferentemente dos policiais que tem uma aproximação coercitiva, buscam através do vínculo e da conversa conseguir as informações e criar uma aproximação com o jovem, no intuito de conseguir informações sobre a sua vida pessoal e da sua família.

A família, como foi possível notar no capítulo quatro, é uma entidade construída com uma grande centralidade nas ações desenvolvidas pelo serviço. O

*acompanhamento* é uma das atividades centrais do atendimento e consiste em práticas como a criação de um prontuário para as famílias atendidas, documentos que possam avaliar e planejar as ações com determinados núcleos familiares e através das visitas domiciliares. O objetivo dessas ações é construir uma autonomia nos indivíduos acompanhados para que eles possam garantir os seus direitos. Partindo da ideia de que a família é parte integrante de uma economia moral (FASSIN, 2015) de proteção da infância, foi possível notar ao longo deste trabalho, que os instrumentos utilizados no acompanhamento estão perpassados por categorias morais que avaliam o status de quão organizado é ou está o responsável pela rede doméstica, incluído as práticas do beneficiário dentro de um status de *organização* ou *desorganização*.

Demonstrei que as ações são dirigidas principalmente para a pessoa adulta, no intuito de construção de uma autonomia, para que consiga se auto-gerir para assim gerir os seus dependentes. A partir da etnografia, foi possível identificar que esta autonomia se dá a partir da dependência com o Estado, o que pode parecer como um paradoxo visto a forma como este conceito é trabalhado por antropólogos em outros contextos Ocidentais: mais autônomo o sujeito é quanto menos depende for do Estado. Para fins de conclusão deste capítulo, pontuo que considero as ações do serviço Ação Rua dentro de um sistema de tutela (RAMOS, 2003; SOUZA LIMA, 2002, 2013; VIANNA, 2002) permeado por técnicas de minorização (LUGONES, 2009), que tem como intuito o aconselhamento e a construção de novas subjetividades nos adultos, e não apenas nos indivíduos considerados como menores de idade.

O último capítulo diz respeito ao segundo espaço em que realizei a inserção etnográfica: as reuniões de gerenciamento de casos, coordenada pela Proteção Especial de Média Complexidade vinculada a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). O Ação Rua é uma figura fundamental neste espaço, pois são as equipes conveniadas que atualizam as tabelas utilizadas na reunião do gerenciamento, com dados relativos a crianças e adolescentes que realizam *rua moradia* na cidade. Durante o período em que estive em campo, o encontro passou por algumas modificações, como a inclusão de uma nova categoria para abarcar os casos que ultrapassavam o conceito foco do encontro – os *casos especiais* – e com um novo formato de reunião.

A partir da descrição etnográfica dessas duas modificações, foi possível apreender como as políticas da vida estão imbricadas no cotidiano profissional, no que

diz respeito a quais casos são selecionados para serem apresentados neste espaço. Para além de compreender as diferenciações que ocorrem neste espaço onde são apresentadas as situações configuradas como mais problemáticas, meu intuito foi discorrer – a partir dos *casos especiais* - sobre como as categorias quando colocadas no mundo concreto ganham vida e como os conceitos já estabelecidos são colocados em risco, podendo ser modificados conforme a vontade dos profissionais.

Ademais pensar a ampliação deste espaço do gerenciamento para abarcar as trajetórias atendidas além da rua moradia, demonstrei as mudanças no formato da reunião. Atualmente, o que ocorre é a apresentação de uma única narrativa selecionada por algum dos núcleos que compõem o serviço, para que as outras equipes possam auxiliar na resolução. A partir da descrição de um dos casos apresentados, foi possível identificar que existem moralidades envolvidas na construção da narrativa e que essas biografias são selecionadas tendo como base a gravidade das situações e as práticas encontradas e empregadas pelas crianças e adolescentes. Isso posto, minha perspectiva foi a de adotar o *caso* como uma tecnologia moral de governo, pois além de ser possível apreender as moralidades envolvidas na atuação profissional, o caso também é emblemático no que diz respeito a própria reconfiguração do atendimento.

Através da descrição desta única história e da caracterização dos *casos especiais*, foi possível identificar que outros eixos têm sido incluídos pelos profissionais para narrar *os casos* que acompanham, elementos estes que misturam as categorias de situação de rua sobrevivência e rua moradia, pois há questões recorrentes nos atendimentos - como o tráfico de drogas, a saúde mental e a exploração sexual - que tem sido práticas enfatizadas pelos profissionais em suas narrativas sobre os casos atendidos e que podem estar presentes nas duas situações tipificadas. Pontuo que a ênfase nessas práticas que ultrapassam as fronteiras das categorias não apenas pode trazer um novo entendimento para o que está sendo considerado como situação de rua em Porto Alegre, mas também reconfigura as próprias formas de atendimento, pois os novos problemas encontrados ultrapassam as fronteiras da assistência social e dialogam com outros setores de atendimento, como os serviços voltados à saúde e à polícia.

A partir desta dissertação foi possível compreender como está ocorrendo a gestão da situação de rua empregada por crianças e adolescentes em Porto Alegre e apreender quais categorias e elementos estão sendo incluídos dentro deste conceito.

Compreender as formas de gestão desta problemática se mostrou como necessário, pois a partir da observação das maneiras com as quais os profissionais categorizam as situações atendidas na reunião do gerenciamento e no cotidiano foi possível identificar que a situação de rua está sendo considerada para além de uma diferenciação estanque e fixa entre os dois conceitos tipificados nas diretrizes do Ação Rua. Pontuo ainda que, a partir da narrativa sobre os *casos* apresentados como mais complexos, foi possível identificar que outros eixos têm sido configurados como problemáticos para definir e caracterizar a situação de rua, filtros estes que também misturam as próprias tipificações do serviço.

Para além de contribuir para os estudos sobre a gestão da infância e juventude, sobre a forma pela qual a família e os responsáveis estão sendo incluídos dentro dos serviços voltados à infância e juventude no contexto pós-ECA, e para os estudos sobre Estado e práticas de governo, no que versa sobre as moralidades envolvidas no trabalho de agentes governamentais, penso que esta pesquisa poderá auxiliar nas reflexões dos próprios profissionais que fazem parte da rede de proteção voltada à infância e a juventude em situação de rua em Porto Alegre.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Domingos. **Censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos: a (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras**. Fortaleza: Campanha Nacional Criança não e de Rua, 2009.
- ABU-LUGHOD, Lila. Writing against Culture. In: FOX, R. (ed.) **Recapturing Anthropology**. Santa Fe: School of American Research, p.137-162, 1991.
- ALVES, Aida. Meninos de rua e meninos na rua: estrutura e dinâmica familiar. In FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (Orgs.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos**, v. 80, n. 2, p. 117-132, 1992.
- ALVIM, Rosilene; VALLADARES, Licia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 26, 1988.
- ANDI. **Piores formas de trabalho infantil. Um guia para jornalistas**. Programa Internacional para Eliminação do Trabalho (IPEC), Secretaria Internacional do Trabalho, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), 2007.
- APTEKAR, Lewis. Characteristics of street children of Colombia. **Child Abuse and Neglect** 133, p. 427-437, 1989.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zabar Editores, 1978.
- ASAD, Talal. Where are the Margins of the State?. **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research p. 279-288, 2004.
- BARNA, Agustín. Clasificaciones y estimaciones en la gestión de la infancia “conderechos vulnerados”. Prácticas cotidianas de intervención en un dispositivo estatal del conurbano bonaerense. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, 2014.
- \_\_\_\_\_. Gestionar relaciones, (re)producir vínculos y administrar la vida en un Servicio Local de Protección de Derechos de Niños en la conurbación de Buenos Aires. In JORNADAS DE ESTUDIOS SOBRE LA INFANCIA, 4, 2015. Buenos Aires. Anais... Buenos Aires, 2015. Disponível em: <http://www.aacademica.org/4jornadasinfancia/58.pdf>. Acesso em 13/02/2016.
- BEVILAQUA, Ciméa. Ética e planos de regulamentação da pesquisa: princípios gerais, procedimentos contextuais. In Fleischer, Soraya; Schuch, Patrice (Orgs.) **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres e Editora Universidade de Brasília, p. 71-90, 2010.

BORGES, Antonádia. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 29, p. 23–42, 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 11ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CALAF, Priscila. **Criança que faz criança: (des) construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (UnB), 2007

COLLIER, Stephen J; ONG, Aihwa. Global assemblages, anthropological problems. **Global assemblages: Technology, politics, and ethics as anthropological problems**; USA, UK, Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2005, p. 3-21.

COSTA, Sergio. O desafio da ética em pesquisa e da bioética. In DINIZ, Debora et al (Orgs). **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: LetrasLivres, Editora da Universidade de Brasília, p. 25-52, 2008.

DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios. **Ciências e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.13, n.2, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Rio de Janeiro: Edições, v. 70, 1991.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. **Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 183-203, 1981.

FASSIN, Didier. Clandestins ou exclux? Quand les mots font les politiques. *Politix*, n. 24, p. 77-86, 1996.

\_\_\_\_\_. Humanitarianism: a nongovernmental government. **Nongovernmental Politics**, p. 149-160, 2007.

\_\_\_\_\_. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 4, p. 333-344, 2008.

\_\_\_\_\_. Another politics of life is possible. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.

\_\_\_\_\_. **Enforcing Order. An Ethnography of Urban Policing**. Malden: Polity Press, 320 p, 2013.

\_\_\_\_\_. Introduction: Governing Precarity. In FASSIN, Didier et al (Org). **At the heart of the State: The moral world of institutions**. London: Pluto Press, p. 1- 11, 2015.

\_\_\_\_\_. Conclusion: Raisons d'État. In FASSIN, Didier et al (Org). **At the heart of the State: The moral world of institutions**. London: Pluto Press, p. 255- 262 2015.

FINKLER, Lirene. **Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias.** Tese de Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia/Universidade do Rio Grande do Sul, 2011.

FINKLER, Lirene.; DELL'AGLIO, Debora. Famílias com filhos em situação de rua: Percepções sobre a intervenção de um programa social. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, p. 53-66, 2014.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, v. 5, n. 10, p. 83-121, 1999.

\_\_\_\_\_. Direitos dos mais e menos humanos. In FONSECA, Claudia & SCHUCH, Patrice (Orgs.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 219- 252, 2009.

ESTIVALET, Anelise. **Os jovens e a rua: Trajetórias dos sem-lugar.** Curitiba: Editora Appris, 2014.

FOUCALT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315, 2002.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEHLEN, Evaldo et all. Crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre. In GEHLEN, Evaldo; SILVA, Marta; SANTOS, Simone (Orgs.). **Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Porto Alegre: Century, p. 71-92, 2008.

GIUGLIANI et all. Inter-Rua: Experiência de Porto Alegre. **Endereço Desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua**, p. 465-498, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Crianças e adolescentes em situação de rua e suas circunstâncias de vida.** Secretaria de Estado do Planejamento: Projeto Píá 2000, 1996.

GRANPAL. **Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua da Grande Porto Alegre.** Relatório Final de Pesquisa. GRANPAL; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2004.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: Experiências de meninos nas ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GREENHALGH, Susan. Globalization and Population Governance in China. In COLLIER, Stephen; ONG, Aihwa (Orgs). **Global assemblages: Technology, politics, and ethics as anthropological problems**. USA, UK, Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2005, p. 354 – 372.

GUPTA, Akhil. **Red tape: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. Duke University Press, 2012.

HACKING, Ian. Biopower and the avalanche of printed numbers. **Humanities in society**, p. 279 – 295, 1982.

\_\_\_\_\_. **¿ La construcción social de qué?**. Barcelona: Paidós, 2001.

\_\_\_\_\_. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. **Cadernos Pagu**, v. 40, n. 1, p. 7-66, 2013.

HEILBORN, Maria Luiza et al . Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HETCH, Tobias. **At home in the street of Northeast Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

JUÁREZ, Eduardo. Crianças de rua: um estudo de suas características demográficas. **trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos**, v. 80, n. 2, 1992.

KOLLER, Silvia; HUTZ, Claudio. Meninos e meninas em situação de rua: Dinâmica, Diversidade e Definição. **Aplicações da Psicologia na Melhoria da Qualidade de Vida**. Porto Alegre: ANDEPP, p. 11-34, 1996.

KOTTOW, Miguel. História da ética em pesquisa com seres humanos. In. In DINIZ, Debora et all (Orgs.). **Ética em pesquisa: temas globais**. Brasília: Letras Livres, Editora da Universidade de Brasília, p. 53- 86, 2008.

LANCELLOTTI, Helena. **Do povo da rua à população carcerária: mulheres, rua e prisão**. Trabalho de conclusão do curso de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

LEMOES, Tiago. **A família, a rua e os afetos: Uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua**. Deutschland: Editora Novas Edições Acadêmicas, 2013.

LOWENKRON, Laura. Estratégias tutelares para a "garantia de direitos": uma análise da construção da "pedofilia" como problema político. In: VIANNA, Adriana (Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 96-117, 2013.

LUCCHINI, Ricardo. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In RIZZINI, Irene (Org.). **Vida nas ruas**. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 45- 86, 2003.

LUGONES, María Gabriela. Obrando en autos, obrando en vidas. **Formas e fórmulas de proteção judicial dos Tribunais Previsionais de Menores de Córdoba**,

**Argentina, nos começos do século XXI.** Tese de doutorado em Antropologia, PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

LUSK, Mark; MASON, Derek. Meninos e meninas “de rua” no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia. In: RIZZINI, Irene. (Org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993. p. 153-171.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental Argonautas do Pacífico Ocidental Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, Raul. Crianças e adolescentes em situação de rua: Definições, evoluções e políticas de atendimentos. In KOLLER, Silvia (Org.). **Aplicações da psicologia na melhoria de qualidade de vida.** Porto Alegre: ANPEP, p. 35-44, 1996.

MERRY, Sally. Measuring the world. **Current Anthropology**, v. 52, n. S3, 2011.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. Governing economic life. **Foucault's new domains**, v. 19, n. 1, p. 75, 1993.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA- UNESCO. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua.** 2008.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

MOREIRA, Esdras; BIEHL, João Guilherme. Práticas médicas de aceitação da morte na UTI de um hospital geral no Nordeste do Brasil. **Revista Bioética**, v. 12, n. 1, 2009.

NADER, Laura. Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In HYMES, Dell (Org.). **Reinventing Anthropology.** New York: Pantheon Books, p. 284 – 311, 1972.

NEIVA SILVA, Lucas; KOLLER, Silvia. A rua como contexto de desenvolvimento. In KOLLER, Silvia et al (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo - Salvador: Ed. UFBA, p. 205-230, 2002.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Ma. Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar , p. 105-120, 2006.

ONG, Aihwa. **Buddha is hiding:** Refugees, citizenship, the new America. UnivofCalifornia Press, 2003.

PAICA-RUA. **Meninos e meninas em situação de rua.** Porto Alegre: Cortez, 2002.

PEREIDA, Milena. **Brincando de sair pra rua!** Entre arreganhos, implicâncias e cuidados no “pátio” do quilombo, na “piscina” do laguinho. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/PUC-RS, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (PMPA). **Projeto Ação Rua.** Porto Alegre: FASC, 2006. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/acaoruaversaofinal2006\\_1.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/acaoruaversaofinal2006_1.pdf). Disponível em: 13/02/2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto Serviço de Abordagem Social – Ação Rua.** Porto Alegre: FASC, 2012.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do Serviço de Povoamento do Solo Nacional, do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 19, p. 15-47, 2003.

RIBEIRO, Fernanda. **Conselho tutelar:** um novo espaço de visibilidade social “das” famílias. In ANPOCS, 20. Caxambu, 1996. Anais...Caxambu, 1996. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=5374&Itemid=217](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5374&Itemid=217). Acesso em 13/02/2016

\_\_\_\_\_. Conselho tutelar e negociações de conflitos. In FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Orgs). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-114. 2006.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. Menores institucionalizados e meninos de rua: Os grandes temas de pesquisa na década de 80. In FAUSTO, A. & CERVINI, R (Orgs.). **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80.** São Paulo: Cortez, p. 69-90, 1992.

RIZZINI, Irene; BUTLER, Udi. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In RIZZINI, Irene (Org). **Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?.** Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 17- 44, 2003.

RIZZINI, IRENE et al. **Crianças e adolescentes com direitos violados:** situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano. Rio de Janeiro: PUC-Rio: CIESPI, 2010.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomas Tadeu da (Org.). **Liberdades vigiadas.** Petrópolis: Vozes, p. 30-45, 1989.

ROSEMBERG, Fulvia. O discurso sobre a criança de rua na década de 80. **Cadernos de Pesquisa**, n. 87, p. 71-81, 1993.

\_\_\_\_\_. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n.91, p. 30-45, 1994.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: **Jorge Zahar**,1990.

\_\_\_\_\_. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 231pp, 2003.

SCHUCH, Patrice. **Práticas da justiça: uma etnografia do “Campo de Atenção ao adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. EDUFRGS, 2009

\_\_\_\_\_.SCHUCH, Patrice. Antropologia com grupos up, ética e pesquisa. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, p. 29-48, 2010.

\_\_\_\_\_.Como a família funciona em políticas de intervenção social?. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 309-325, 2013.

\_\_\_\_\_.A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate). In: SARTI, Cynthia e Luiz Fernando Dias Duarte (Orgs). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA, p. 31- 85, 2013.

\_\_\_\_\_.A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Orgs). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora UFRGS/ CEGOV, p. 121- 145, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMADS); FUNDAÇÃO DE INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA (FIPE). **Censo e contagem de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Diego. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área dos Direitos Humanos da criança e do adolescente. **Michel Foucault: o governo da infância**.Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando corpo e violência, a invenção da 'violência doméstica' em Timor-Leste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 133-145, 2006.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. **Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP/UFRJ, p. 11-22, 2002.

\_\_\_\_\_. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2, 2013.

STOECKLIN, Daniel. Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social. In Rizzini, Irene (Org.). **Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 87- 122, 2003.

STRAUSS, Levi. Ciência do Concreto. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

UNICEF. **Protection and Promotion of the rights of children working and/or living on the street**. Unicef, 2012.

VECCHIOLI, Virginia. Las Víctimas del Terrorismo de Estado y la gestión del pasado reciente en la Argentina. **Papeles del CEIC, International Journal on Collective Identity Research**, n. 1, p. 1- 30, 2013.

VIANNA, Adriana. **O mal que se advinha**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

\_\_\_\_\_. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. **Gestar e Gerir: Estudos para Uma Antropologia da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro, RelumeDumará, p. 271-312, 2002.

VILLALTA, Carla. Un campo de investigación: las técnicas de gestión y los dispositivos jurídico-burocráticos destinados a la infancia pobre en la Argentina. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 225-268, 2014.



Direção Técnica - FASD

Decretado por:

12.11.14

À PSEHC:

De acordo

Contatar com a autora e propor essa alteração. Caso seja aceita, a pesquisa fica autorizada.

Em

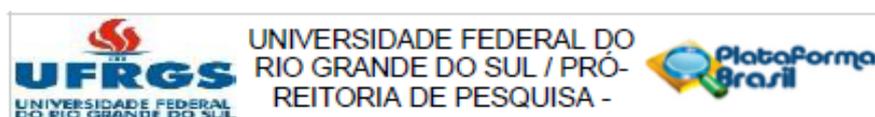
12.11.14

Marta Borges  
 Diretora Técnica F  
 CRESS 3815-161.325

De acordo com o proposto. Em 14/11/2014

Helena Patini Lancalotti

## 8.2 Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Práticas de governo, infância e rua: Um estudo sobre as práticas e desafios contemporâneos dos serviços que atendem crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre

**Pesquisador:** PATRICE SCHUCH

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 46053215.8.0000.5347

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.135.135

**Data da Relatoria:** 02/07/2015

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, orientado pela Profa. Patrice Schuch. Tem como objetivo analisar como os serviços, vinculados à Fundação de Assistência Social e Cidadania- FASC-, que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre têm refletido e atuado em relação às novas configurações de redes de sociabilidade e de apropriação do espaço público por estes grupos. Justifica-se diante da mudança constatada na dinâmica dessas redes no sentido da queda do número de jovens nas ruas e seu reaparecimento em outros espaços, vinculados ao tráfico de drogas e trabalho infantil. Esta mudança impacta as políticas sociais voltadas à essa população, não apenas porque precisam ser adequadas suas formas de nomeação, mas também de intervenção que devem ser adaptadas à realidade emergente. A pesquisa, nesse sentido, pretende acompanhar a reestruturação de categorias, serviços e modos de atendimento, bem como as reflexões, tensões e disputas que se darão no processo de sua constituição. A metodologia inclui a observação das reuniões do Serviço Ação Rua e dos ciclos temáticos dos Centros de Referência da FASC; a observação das abordagens nas ruas; e entrevistas com gestores, técnicos e educadores sociais envolvidos nesses serviços.

#### Objetivo da Pesquisa:

Geral: Compreender como as categorias são pensadas, recriadas e também colocadas em prática

**Endereço:** Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro  
**Bairro:** Farróupilha **CEP:** 90.040-060  
**UF:** RS **Município:** PORTO ALEGRE  
**Telefone:** (51)3308-3738 **Fax:** (51)3308-4085 **E-mail:** etica@propeq.ufrgs.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO GRANDE DO SUL / PRÓ-  
REITORIA DE PESQUISA -



Continuação do Parecer: 1.135.135

pelos serviços de abordagem que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua.

Específicos: -Compreender como funciona um serviço de abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua; como se dá a criação de moralidades e subjetividades na prática dos serviços e na relação com o público alvo; entender como são realizadas as negociações e quais são os posicionamentos dos profissionais e das equipes de serviço envolvidos na questão da rua e da infância; entender como as práticas cotidianas das crianças e adolescentes em situação de rua influenciam na elaboração e nas ações das políticas, através da observação da mediação dos funcionários e através das interações; analisar casos individuais de crianças e adolescentes em situação de rua que o Serviço Ação Rua acompanha.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Foram reformulados os riscos e benefícios em todos os documentos conforme recomendação do CEP. Estes foram reescritos de uma forma mais clara e concisa tendo sido explicitada a possibilidade de que presença da pesquisadora nas equipes possa ser vista como uma avaliação do trabalho dos participantes.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa oportuna, bem fundamentada e justificada conta com a autorização do setor de Média Complexidade da FASC, setor este que engloba as equipes e o serviço que serão estudados FASC para ser realizada junto a suas equipes de atuação. O contato da pesquisa será apenas com os técnicos, educadores e demais membros da equipe. Não serão realizadas entrevistas com os usuários ( crianças e adolescentes ) do programa. Inclui de forma adequada folha de rosto, projeto, roteiro de entrevista, carta de autorização da instituição, parecer da Compesq/IFCH, cronograma e orçamento.

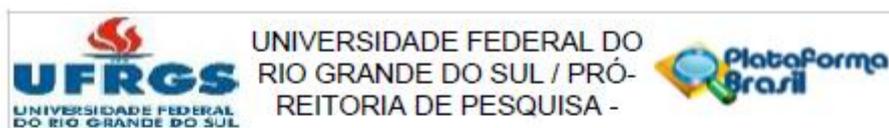
#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Inclui de forma adequada folha de rosto, projeto, roteiro de entrevista, carta de autorização da instituição, parecer da Compesq/IFCH, cronograma e orçamento. O TCLE foi adequadamente modificado. Foi ainda indicada a duração da entrevista ( 30-40 minutos), o local, o anonimato e a preservação de dados que possam comprometer a identidade dos participantes em todos os documentos.

#### **Recomendações:**

Tendo sido realizadas as reformulações relativas a riscos e benefícios; indicada a duração e o local da entrevista; e referidos o anonimato e o compromisso de preservação de dados que possam comprometer a identidade dos participantes, o projeto encontra-se adequado às normas do

Endereço: Av. Paulo Gama, 110 - Sala 317 do Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro  
 Bairro: Farroupilha CEP: 90.040-060  
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE  
 Telefone: (51)3308-3738 Fax: (51)3308-4085 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br



Continuação do Parecer: 1.135.135

sistema CEP/ CONEP em todos os sentidos.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as recomendações foram adequadamente atendidas.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Aprovado.

PORTO ALEGRE, 02 de Julho de 2015

---

Assinado por:  
MARIA DA GRAÇA CORSO DA MOTTA  
(Coordenador)

### **8.3 Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**Título do projeto:** Práticas de governo, infância e rua: Um estudo sobre as práticas e desafios contemporâneos dos serviços que atendem crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Práticas de governo, infância e rua: Um estudo sobre as práticas e desafios contemporâneos dos serviços que atendem crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre”. O estudo em questão terá como resultado a dissertação de mestrado de Helena Patini Lancellotti, a ser defendida em 2016, pelo Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS), sob orientação e coordenação da professora Patrice Schuch.

O objetivo do estudo é compreender como as categorias utilizadas nas diretrizes do Serviço Ação Rua – as de rua moradia e de rua sobrevivência - foram e são refletidas, recriadas e colocadas em prática pelos serviços de abordagem e acompanhamento a crianças e adolescentes em situação de rua, em Porto Alegre. Para atingir esse objetivo, pretendo realizar entrevistas com educadores e técnicos do serviço Ação Rua, gestores e demais profissionais que trabalham com a temática da infância e juventude em situação de rua e com a coordenação da Proteção Social de Média Complexidade da FASC. Além das entrevistas, o estudo propõe a observação das reuniões mensais em que estão presentes representantes de todas as equipes e pretendo acompanhar as abordagens na rua realizada pelos profissionais. A entrevista será gravada e transcrita, se você permitir, e sua identidade será mantida em sigilo. O tempo estimado para a duração da entrevista é de 30/40 minutos.

Ao participar desse estudo, você não estará exposto a nenhum risco significativo e a sua participação é voluntária. Logo, poderá interromper a entrevista a qualquer momento, sem que isso traga implicações ao seu trabalho. A participação nessa pesquisa não lhe trará benefícios diretos, porém o melhor conhecimento da realidade estudada poderá favorecer futuras reflexões sobre as ações voltadas a crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre.

Em caso de dúvidas, intercorrências e para maiores esclarecimentos, entrar em contato com o Comitê de Ética UFRGS pelo seguinte telefone: (51) 3308-3738.

Declaro que concordo em participar voluntariamente do estudo.

Assinatura do (a) entrevistado (a): \_\_\_\_\_